



6ª EDIÇÃO

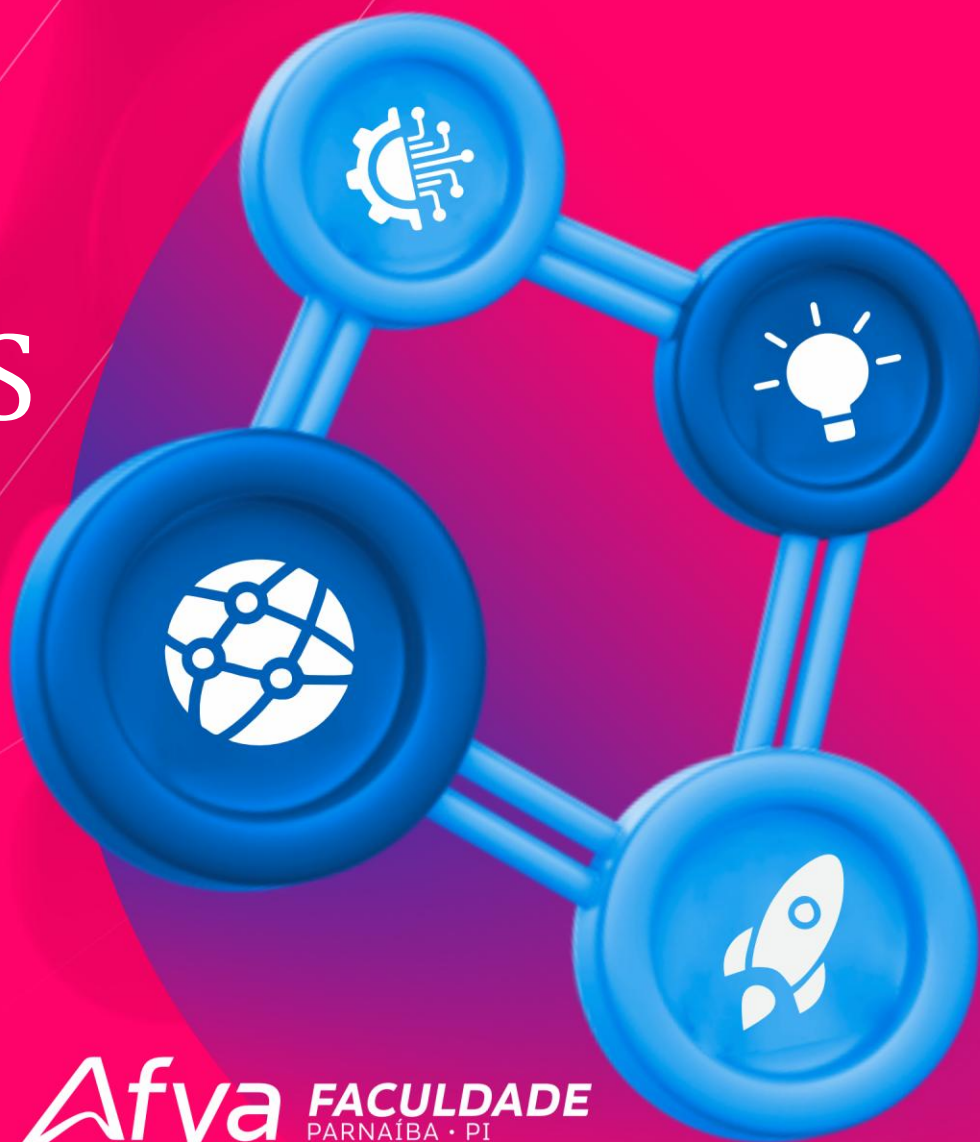
CONGRESSO INTERNACIONAL TRANSDISCIPLINAR E CONGRESSO INTERLIGAS

TEMA

Inovação tecnológica e transdisciplinaridade:
conhecimento integrado para transformar o futuro.

ANAIS

#conitra
2025



Afya FACULDADE
PARNAÍBA • PI

29 A 31 DE OUTUBO DE
2025



6ª EDIÇÃO
**CONGRESSO INTERNACIONAL
TRANSDISCIPLINAR E CONGRESSO INTERLIGAS**

TEMA Inovação tecnológica e transdisciplinaridade:
conhecimento integrado para transformar o futuro.

REVISTA INOVALE
ISSN: 2675-6579

ANAIS

ANAIS DO VI CONGRESSO INTERNACIONAL TRANSDISCIPLINAR E CONGRESSO INTERLIGAS

Luan Kelves Miranda de Souza
Thiago de Souza Lopes Araújo
(org)

REVISTA INOVALE

ISSN:2675-6579

PARNAÍBA –PI

2025

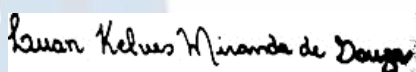


Mensagem do Editor

É com grande satisfação que apresentamos os Anais do VI Congresso Internacional Transdisciplinar e VI Congresso Interligas- CONITRA 2025, realizado pela Afya Faculdade de Parnaíba. Este evento se consolida como um espaço privilegiado de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão e reafirmando o compromisso institucional com a formação científica, ética e humanística dos futuros profissionais de saúde e das demais áreas. Os trabalhos aqui reunidos representam o esforço coletivo de estudantes, docentes e pesquisadores que, movidos pela curiosidade científica e pelo compromisso social, contribuíram com reflexões, descobertas e experiências que enriquecem o campo acadêmico e ampliam as possibilidades de transformação da realidade.

Mais do que um registro técnico, estes anais refletem a vitalidade e o crescimento da produção científica em nossa comunidade acadêmica, demonstrando que o conhecimento se fortalece quando é compartilhado. Cada resumo aqui apresentado expressa uma parcela significativa do talento, da dedicação e da inquietação intelectual que caracterizam o espírito investigativo da Afya Parnaíba.

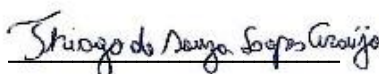
Agradecemos a todos os autores, orientadores, avaliadores e colaboradores que tornaram este evento possível. Que este material sirva como fonte de inspiração e estímulo à continuidade das atividades de pesquisa, inovação e extensão, pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e científico.



Prof. Dr. Luan Kelves Miranda de Souza

Editor-chefe da Revista Inovale

Afya Faculdade de Parnaíba



Prof. Dr. Thiago de Souza Lopes Araújo

Editor Científico - CONITRA 2025

Afya Faculdade de Parnaíba



SUMÁRIO

RESUMOS SIMPLES	7
ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA LEPTOSPIROSE NO ESTADO DA BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2021 E 2023	8
MORTALIDADE POR CARCINOMA MAMÁRIO NO ESTADO DO PIAUÍ DE 2014 A 2023	9
RASTREAMENTO E PREDIÇÃO DO TRABALHO DE PARTO PREMATURO: PRINCIPAIS AVANÇOS	10
BIOMARCADORES VASCULARES E INFLAMATÓRIOS COMO PREDITORES DE COMPLICAÇÕES EM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS E ABDOMINAIS	11
ANÁLISE DO PERFIL DAS NOTIFICAÇÕES POR VIOLÊNCIA SEXUAL NO PIAUÍ ENTRE 2020 E 2024	12
INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO ESTÉTICO E NO USO EXCESSIVO DE SKINCARE	13
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA ESQUISTOSSOMOSE NO BRASIL ENTRE 2020 E 2023	15
ANÁLISE DA INCIDÊNCIA E PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MENINGITE ENTRE AS REGIÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2022-2024: UM ESTUDO ECOLÓGICO	16
CARDIOMIOPATIA DE TAKOTSUBO: A INFLUÊNCIA DO ESTRESSE EMOCIONAL SOBRE O SISTEMA CARDIOVASCULAR	17
ANÁLISE DAS COMPLICAÇÕES CARDIOVASCULARES EM INFECTADOS PELO SARS-COV-2 NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	18
TRIAGEM E PREVENÇÃO DA RETINOPATIA DIABÉTICA NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	19
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA E ESTRATÉGICA PARA AVALIAÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM PARNAÍBA (PI): UMA ABORDAGEM INTEGRADA	21
FATORES QUE INFLUENCIAM A ADESÃO AO TRATAMENTO DE HANSENÍASE	22
RASTREAMENTO E PREDIÇÃO DA PRÉ ECLÂMPSIA: PRINCIPAIS AVANÇOS	23
ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS ADQUIRIDA NO MUNICÍPIO DE ITABUNA ENTRE OS ANOS DE 2021 E 2023	24
DIABETES TIPO 1: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI, ENTRE 2002 E 2013	25
MANEJO AGUDO DA HEMORRAGIA SUBARACNOÍDEA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	26
A IMPORTÂNCIA DA NEUROIMAGEM NA AVALIAÇÃO DO ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO AGUDO	27
ARTEROSCLEROSE: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES NO ESTADO DO PIAUÍ, ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2024	28
APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA DERMATOLOGIA: DIAGNÓSTICO, PERSONALIZAÇÃO DE TRATAMENTOS E ANÁLISE DE FATORES AMBIENTAIS	29



ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS DOS ACADEMÍCOS DO MEDICINA DE PARNAÍBA ACERCA DO CÂNCER DE PELE: UM ESTUDO TRANSVERSAL	30
EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO COM ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO INTERIOR DO AMAZONAS	31
ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS E SOCIOECONÔMICOS DA HIDROCEFALIA E ESPINHA BÍFIDA: UMA ANÁLISE MULTICÊNTRICA	32
ARBOVIROSES E VOCÊ	33
BENEFÍCIOS DA PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIOS FÍSICOS SOBRE A SAÚDE MENTAL E A QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS NA CIDADE DE PARNAÍBA- PI	34
HERANÇA DIGITAL NA REFORMA DO CÓDIGO CIVIL	35
XENOTRANSPLANTE NO BRASIL: UM DESAFIO PARA A BIOÉTICA E O DESENVOLVIMENTO NORMATIVO	36
DIREITO MÉDICO: OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA TELEMEDICINA À LUZ DA LEGISLAÇÃO CONTEMPORÂNEA	37
A PENA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: SUAS FUNÇÕES E PROPÓSITOS	38
ATUAÇÃO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE PARNAÍBA NA DOAÇÃO DE CÔRNEAS: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA PARA O CRESCENTE NÚMERO DE TRANSPLANTES	39
GESTÃO EM SAÚDE E ENFERMAGEM GINECOLÓGICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER	40
ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTOXICAÇÕES EXÓGENAS POR MEDICAMENTOS NO PIAUÍ ENTRE 2020 E 2024	41
LUXAÇÕES, ENTORSES E DISTENSÕES ENVOLVENDO REGIÕES MÚLTIPLAS DO CORPO: PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2025	42
COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E LIDERANÇA DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA	43
INTEGRAÇÃO DO GEOGEBRA AO ENSINO DE MATEMÁTICA: TECNOLOGIAS DIGITAIS E GESTÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO	44
O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE	45
ESCUTA ATIVA NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE: UMA FERRAMENTA DE HUMANIZAÇÃO	46
RODA DE CONVERSA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	47
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO DIAGNÓSTICO: COMO A TEXTURA DE IMAGENS DE ULTRASSOM PODE IDENTIFICAR CÂNCER EM LINFONODOS	48
EDUCAÇÃO EM DIREITOS: A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS SOBRE SUAS GARANTIAS LEGAIS NO TRATAMENTO DO CÂNCER	49
RESUMOS EXPANDIDOS	50
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO EM ADULTOS JOVENS NO NORDESTE BRASILEIRO (2018 A 2023)	51
RELEVÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA AIDS NO ESTADO DO PIAUÍ: IMPACTOS PARA A SAÚDE PÚBLICA E DESAFIOS NA PREVENÇÃO	58
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA TUBERCULOSE NO GÊNERO MASCULINO NO PIAUÍ	



(2020-2024)	64
ANÁLISE DA MORTALIDADE POR DENGUE NO PIAUÍ (2021-2025): TENDÊNCIAS E DESAFIOS DE UMA CRISE SANITÁRIA	72
A EVOLUÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS DE CÂNCER DE MAMA NO PIAUÍ (2017– 2023) E DOS ÍNDICES DE MORTALIDADE NO NORDESTE: DESIGUALDADES SOCIAIS E DESAFIOS NO RASTREAMENTO	80
HIPERTENSÃO ARTERIAL: PREVALÊNCIA, FATORES DE RISCO E DESAFIOS PARA A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA	86
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA AIDS NO ESTADO DO PIAUÍ: ESTUDO TRANSVERSAL RESTROSPECTIVO (2020–2024)	92
CÂNCER NO COLO DO ÚTERO: EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE PREVENÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE	99
ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO PARA HIPERTENSÃO NO ESTADO DO PIAUÍ	106
ANÁLISE DA MORBIDADE CAUSADA PELA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (AIDS) NO PIAUÍ DE 2019 A 2024	112
DIABETES GESTACIONAL: FATORES DE RISCO, COMPLICAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE TRATAMENTO	118
INCIDÊNCIA DA HANSENÍASE NA PLANÍCIE LITORÂNEA: DADOS E DESAFIOS	124



RESUMOS SIMPLES

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA LEPTOSPIROSE NO ESTADO DA BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2021 E 2023

Autores: Felipe Oliveira Santos, Flávio Alves Oliveira, Pedro Costa Campos Filho

Filiação Institucional: Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna, Itabuna, Bahia, Brasil

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

Introdução: A leptospirose é uma zoonose endêmica em todo o mundo, causada pela espiroqueta *Leptospira interrogans* e está diretamente associada a locais susceptíveis à inundação. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico da leptospirose no Estado da Bahia. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico transversal de caráter quantitativo, em que foi utilizado o SINAN, vinculado ao Ministério da Saúde e ao DATASUS, para obtenção do perfil epidemiológico da leptospirose no Estado da Bahia, utilizando as variáveis “critério de confirmação”, “característica do local de infecção”, “sexo”, “faixa etária”, “raça” e “escolaridade”, entre 2021 e 2023. **Resultados e Discussão:** A partir da análise dos dados no período analisado, foram registrados 332 casos de leptospirose no Estado da Bahia, no qual os anos de 2021, 2022 e 2023 apresentaram, respectivamente, 62 (18,6%), 142 (42,7%) e 128 (38,5%) casos. Além disso, o método de confirmação clínico-laboratorial foi utilizado em 228 (68,6%) casos e o clínico-epidemiológico em 92 (27,7%). Com relação à característica do local de infecção, a zona urbana é a mais acometida com 179 (53,9%) casos, seguida pelas zonas rural e periurbana, respectivamente com 19 (5,7%) e 4 (1,2%). Partindo para a análise do perfil dos casos, o sexo masculino é o mais acometido, com 263 (79,2%) casos, sendo as faixas etárias mais frequentes de 20-39 anos com 125 (37,6%), 40-59 anos com 118 (35,5%), 15-19 anos com 31 (9,3%), 60-64 anos com 16 (4,8%) e 65-69 anos com 16 (4,8%). Além disso, em relação à cor, os mais afetados são os pardos com 171 (51,5%) casos, pretos com 70 (21%) e brancos com 15 (4,5%). Por fim, ao se analisar o grau de escolaridade, os níveis mais frequentes são da 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental com 35 (10,5%) casos, ensino médio completo com 23 (6,9%), ensino médio incompleto com 18 (5,4%) e 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental com 18 (5,4%). **Considerações Finais:** Concluiu-se que o perfil epidemiológico da leptospirose no Estado da Bahia entre 2021 e 2023 se caracteriza por pessoas pardas do sexo masculino de idade entre 20 a 29 anos, com o grau de escolaridade da 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental que residem na zona urbana.

Palavras-chave: Perfil epidemiológico, Leptospirose, Bahia, Saúde pública



MORTALIDADE POR CARCINOMA MAMÁRIO NO ESTADO DO PIAUÍ DE 2014 A 2023

Autores: Valdir Vinícius Damasceno Almeida, Ayane Araújo Rodrigues, Silvio Araujo Mariz Junior, Ana Taíssa Lira Sousa Gomes

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O carcinoma mamário é um problema de saúde pública multifatorial que ultrapassa o binômio sexo/idade e reflete desigualdades estruturais; no Piauí, sua carga é agravada por barreiras de acesso, fragilidade das redes de atenção e determinantes sociais que elevam a mortalidade em regiões vulneráveis, como o semiárido. Dados oficiais locais e nacionais apontam para incidência importante em mulheres pós-menopausa, mas também para casos em faixas etárias jovens e em homens, o que exige políticas sensíveis às especificidades regionais, raciais e de gênero. **OBJETIVO:** Analisar a mortalidade por carcinoma mamário no estado do Piauí entre 2014 e 2023, descrevendo distribuição temporal, macrorregional e sociodemográfica (idade, sexo e raça), para subsidiar estratégias de prevenção, detecção precoce e cuidado integral. **METODOLOGIA:** Estudo transversal, descritivo e ecológico, com dados secundários do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) e do IBGE, abrangendo 2014–2023. Foram incluídos óbitos cuja causa básica constou como carcinoma mamário (CID-10: C50); registros incompletos quanto a idade, sexo ou local de residência foram excluídos. As taxas foram calculadas por 100.000 habitantes e estratificadas por macrorregião, faixa etária, sexo e raça; análises descritivas identificaram tendências temporais e padrões de desigualdade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Entre 2014 e 2023 registraram-se 2.008 óbitos por carcinoma mamário no Piauí, resultando em taxa média de 61 mortes/100.000 habitantes; observou-se aumento anual absoluto de 153 óbitos em 2014 para 221 em 2023, sinalizando tanto aprimoramento na notificação quanto persistentes falhas no rastreamento e tratamento. Geograficamente, o Semiárido apresentou a maior taxa (85/100.000) e o Cerrado a menor (44/100.000), sugerindo impacto direto das barreiras de acesso e de condições socioeconômicas na sobrevivência. Por idade, 55–64 anos concentrou 491 óbitos e 45–54 anos 459 óbitos, porém 59 mortes ocorreram em mulheres de 25–34 anos, evidenciando casos agressivos precoces que demandam atenção às faixas jovens. A análise racial revelou 64% dos óbitos em pretas/pardas (51% pardas; 13% pretas), 31% em brancas e 5% com raça ignorada, retratando disparidades raciais no acesso ao diagnóstico e ao tratamento. Homens representaram 1,4% dos óbitos, o que aponta para baixa incidência, mas também para subdiagnóstico e campanhas pouco dirigidas a esse público. **CONCLUSÃO:** Em síntese, os achados sublinham a urgência de ampliação do acesso à mamografia e serviços oncológicos, de estratégias focalizadas nas macrorregiões mais afetadas, de programas que enfrentem desigualdades raciais e de oferta de suporte psicossocial. A integração entre vigilância epidemiológica, atenção primária fortalecida e políticas afirmativas é essencial para reverter as tendências observadas e salvar vidas.

Palavras-chave: Câncer de mama; Mortalidade; Desigualdades sociais; Saúde pública.

RASTREAMENTO E PREDIÇÃO DO TRABALHO DE PARTO PREMATURO: PRINCIPAIS AVANÇOS

Autores: Josias da Silva Rodrigues, Mônica Oliveira Batista Barros, Leonam Costa Oliveira

Filiação Institucional: Afya Faculdade Parnaíba

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Mundialmente nascem cerca 130 milhões de bebês anualmente, entre eles, 4 milhões morrem nos primeiros 28 dias de vida. E em países desenvolvidos, cerca de 63% dessas mortes neonatais ocorrem em recém-nascidos prematuros, cujo parto ocorreu antes de 37 semanas de gestação. Apesar dos avanços médicos, nos últimos 50 anos a taxa de prematuridade continua a crescer nos países desenvolvidos o que se atribui a falta de teste de rastreio eficaz para identificar as gestantes com alto risco para parto prematuro e de um método de intervenção eficaz para preveni-lo. **OBJETIVO:** Mapear e sintetizar as evidências científicas recentes sobre os principais métodos de rastreamento e predição do parto prematuro espontâneo, bem como suas aplicações clínicas no pré-natal. **METODOLOGIA:** Revisão de escopo conduzida conforme as diretrizes do Joanna Briggs Institute (JBI) e checklist PRISMA-ScR. Foram realizadas buscas nas bases PubMed, SciELO e Embase, utilizando os descritores “preterm birth”, “prediction”, “screening” e “cervical length”, combinados por operadores booleanos. Foram incluídos estudos originais e revisões publicadas nos últimos dez anos, em português e inglês, que abordassem estratégias de rastreamento do parto prematuro. Dois revisores realizaram de forma independente a triagem e extração dos dados. Ao todo, 12 artigos foram incluídos e analisados qualitativamente, agrupados em métodos baseados na história clínica, na avaliação ultrassonográfica do colo uterino e no uso de biomarcadores. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os estudos selecionados apontaram que a prevalência de parto prematuro espontâneo antes de 34 semanas é por volta de 3%. Neste grupo, 15% ocorrem em mulheres com parto prematuro espontâneo anterior ou abortamento tardio e quanto menor a idade gestacional desse parto anterior maior risco de recorrência. Os outros 85% ocorrem ou em mulheres primigestas (97%) ou mulheres que já tiveram parto a termo anterior. Portanto, o enfoque nesse grupo é essencial para melhorar o impacto de qualquer estratégia que se proponha a reduzir a prematuridade. A medida do comprimento do colo do útero entre 20 e 24 semanas, por sua vez, é outra estratégia utilizada na predição do parto prematuro. Medida menor que 25 mm é encontrada em 10% das gestantes e nesse grupo ocorrem 40% dos casos de parto prematuro antes de 34 semanas. Em mulheres com parto prematuro prévio, ambas estratégias reduzem o risco de parto antes de 34 semanas em cerca de 25%. Uma vez identificado tais mulheres que estão em risco, métodos foram propostos para reduzir a chance de parto prematuro. Alguns, sem evidência científica até o momento, como repouso no leito, uso profilático de betamiméticos, mudança de estilo de vida, suplementação com ferro, folato, cálcio, zinco, magnésio, vitaminas ou óleo de peixe. Entre os métodos com eficácia já comprovada tem-se a cerclagem cervical e uso de progesterona. **CONCLUSÃO:** A combinação da história obstétrica com o comprimento cervical é um melhor preditor de parto prematuro espontâneo do que cada fator isolado. Nessa estratégia, a sensibilidade do rastreamento melhora quanto maior o grau de prematuridade.

Palavras-chave: Trabalho de parto prematuro, Rastreamento, Predição



BIOMARCADORES VASCULARES E INFLAMATÓRIOS COMO PREDITORES DE COMPLICAÇÕES EM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS E ABDOMINAIS

Autores: Rurion Charles de Souza Meneses, Manoel Aguiar Fenelon Junior, Markus Venancio Rodrigues Oliveira, LEONARDO FERREIRA BRAZ LIMA, Kamyla Victória Santos Oliveira, Letícia Maria Veras Sousa, Yana Elisa Arrozi, Luan Kelves, Luan Kelves Miranda de Souza

Filiação Institucional: 1, 2, 3, 4 e 8 - Docente do Curso de Medicina da Afya Faculdade de Parnaíba; 5, 6 e 7 - Discente do Curso de Medicina da Afya Faculdade de Parnaíba.

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

A resposta inflamatória e vascular pós-operatória constitui um determinante crítico na evolução clínica de pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos de grande porte. Complicações como trombose venosa profunda, infecções e retardo de cicatrização estão frequentemente associadas a desequilíbrios nas vias inflamatórias e endoteliais, que podem ser monitorados por biomarcadores séricos. Este estudo teve como objetivo revisar e analisar o papel de biomarcadores inflamatórios e vasculares, como interleucina-6 (IL-6), fator de crescimento endotelial vascular (VEGF), proteína C reativa (PCR), D-dímero e fator induzido por hipóxia (HIF-1 α), como preditores de complicações em cirurgias ortopédicas e abdominais. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada nas bases PubMed, SciELO e Scopus, incluindo artigos publicados entre 2015 e 2025. Foram incluídos estudos clínicos e revisões sistemáticas que abordaram pacientes adultos submetidos a cirurgias ortopédicas, abdominais ou vasculares, com análise pré e pós-operatória de biomarcadores inflamatórios ou angiogênicos. Excluíram-se relatos de caso, estudos experimentais em animais, trabalhos sem texto completo e publicações em idiomas diferentes do português, inglês ou espanhol. A seleção e triagem dos artigos foram conduzidas por dois revisores independentes, e divergências foram resolvidas por consenso. Os resultados indicam que elevações precoces de IL-6 e PCR estão associadas à inflamação sistêmica exacerbada e maior risco de infecção pós-operatória. O aumento do D-dímero no pós-operatório imediato correlaciona-se com complicações tromboembólicas, especialmente em cirurgias abdominais prolongadas. Já o VEGF e o HIF-1 α demonstram papel duplo, participando tanto na angiogênese fisiológica da cicatrização quanto na formação de neovasos patológicos, implicando em maior risco de fibrose e retardo de regeneração tecidual. A integração desses marcadores em protocolos de monitoramento pode aprimorar a estratificação de risco, permitindo condutas personalizadas e intervenções precoces. Conclui-se que a avaliação combinada de biomarcadores vasculares e inflamatórios constitui uma ferramenta promissora na predição de complicações cirúrgicas, fortalecendo a abordagem multidisciplinar entre cirurgia geral, ortopedia, vascular e TGI, e contribuindo para a consolidação de práticas baseadas em evidências e medicina de precisão no contexto perioperatório.

Palavras-chave: Biomarcadores; inflamação; cirurgia; complicações pós-operatórias; medicina de precisão.



ANÁLISE DO PERFIL DAS NOTIFICAÇÕES POR VIOLÊNCIA SEXUAL NO PIAUÍ ENTRE 2020 E 2024

Autores: Wanderson da Silva Nery, Emanuel Antonio Barros Castelo Branco, Kamyla Victória Santos Oliveira, Yana Elisa Arrosi, Marina Quaresma, Émylle Carvalho Freitas, Ietícia Martins Ioiola, Mari Edeline Veras Dourado, Marcos Aurélio Lima Barros, Artur Teixeira

Filiação Institucional: Afya Parnaíba

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A violência sexual no Brasil constitui um importante problema de saúde pública. Em 2023, o Brasil registrou 83988 vítimas de estupro, o que equivale a uma média chocante de 1 notificação a cada seis minutos, contudo, sabe-se que ocorrem disparidades entre os dados da segurança pública e saúde em razão de uma considerável parte das vítimas que procuram atendimento não prosseguirem com a denúncia formal. Sabe-se que a maior parte desses crimes são cometidas contra menores de idade com idade inferior a 15 anos. Somado a isso, a depender da região do Brasil ocorrem disparidades regionais quanto aos dados, seja por maior índice de violência ou subnotificação. **OBJETIVO:** Analisar o perfil epidemiológico das notificações de violência sexual no Piauí entre 2020 e 2025. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo transversal de caráter quantitativo, com dados retirados do sistema de informação e agravos de notificação (SINAN) relacionados com as notificações de violência sexual registradas no Piauí entre 2020 e 2024 e anexadas pelo departamento de informática do SUS (DATASUS). Após a coleta dos dados tabulou-se conforme faixa etária, local de ocorrência da violência, ano, raça e sexo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Entre os anos de 2020 e 2025, foram registradas 4.618 notificações de violência sexual no estado do Piauí. O ano com maior número de ocorrências foi 2024, com 1.211 casos, seguido por 2022 (988), 2023 (986), 2021 (883) e 2020 (550). No que se refere à faixa etária, observa-se predominância entre crianças e adolescentes: 3.147 notificações ocorreram entre indivíduos de 1 a 14 anos, sendo 1.948 casos na faixa de 10 a 14 anos, 803 casos entre 5 e 9 anos e 396 casos entre 1 e 4 anos. Entre jovens de 15 a 19 anos, foram registradas 547 notificações, enquanto o grupo adulto (20 a 59 anos) somou 817 casos. Já entre pessoas idosas, com 60 anos ou mais, ocorreram apenas 37 notificações. Quanto ao sexo das vítimas, 4.372 eram do sexo feminino, contra 245 do sexo masculino. Em relação à cor/raça, 3.335 vítimas se declararam pardas, 479 brancas, 426 pretas e 32 amarelas. O local de ocorrência mais frequente foi o ambiente residencial, responsável por 69,42% dos casos. Além disso, 46,29% das vítimas (2.138 notificações) relataram ter sofrido violência sexual de forma repetida. **CONCLUSÃO:** Os achados evidenciam a magnitude da violência sexual no Piauí, com predominância entre crianças e adolescentes, especialmente na faixa de 10 a 14 anos. A elevada proporção de casos no ambiente residencial e a recorrência das agressões reforçam a vulnerabilidade das vítimas e a necessidade de estratégias intersetoriais para prevenção e proteção. A predominância do sexo feminino e da raça parda reflete padrões nacionais, indicando desigualdades sociais. Esses resultados destacam a importância do fortalecimento das políticas públicas, da ampliação da rede de apoio e da melhoria na notificação para subsidiar ações efetivas de enfrentamento.

Palavras-chave: Violência Sexual, Perfil Epidemiológico, Abuso Sexual, Maus-Tratos Infantis.



INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO ESTÉTICO E NO USO EXCESSIVO DE SKINCARE

Autores: Letícia Maria Veras Sousa, Andréia Gabrielli da Silva Queiroz, Esther Rocha Portela, Maria Eduarda Gomes De Oliveira, Ywinni De Fátima Aguiar Arrozi, Ana Paula Pierre de Souza

Filiação Institucional: Afya Parnaíba

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

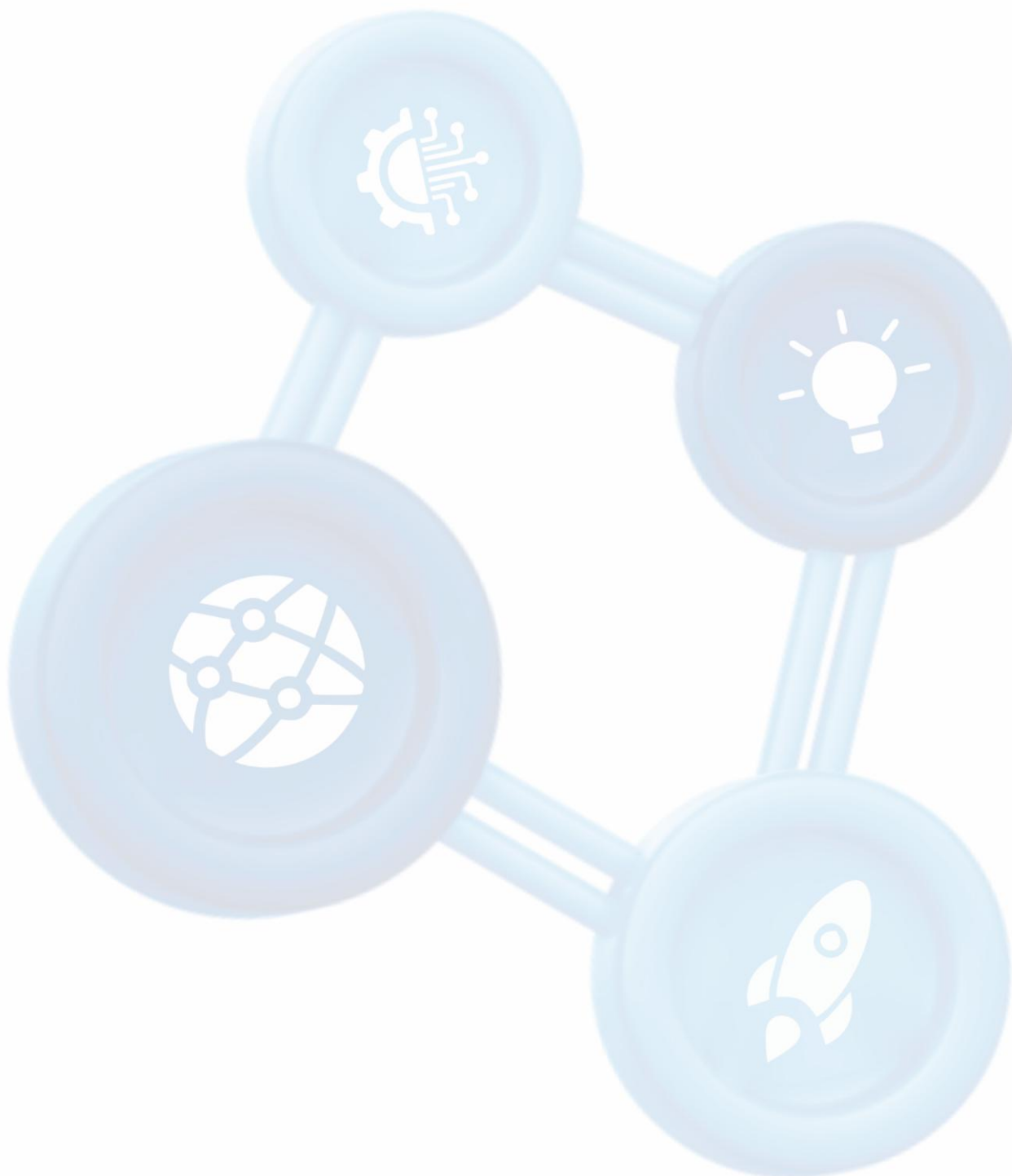
RESUMO:

INTRODUÇÃO: O cuidado com a pele, amplamente promovido como prática de autocuidado e bem-estar, tem se tornado uma rotina cada vez mais intensa em diferentes faixas etárias. No entanto, o uso excessivo de produtos cosméticos sem orientação de profissionais especializados pode trazer efeitos adversos, como irritações, alergias e outros problemas dermatológicos. As mídias sociais desempenham papel central nesse fenômeno, difundindo padrões de beleza muitas vezes irreais e influenciando diretamente a percepção que os indivíduos têm sobre sua aparência. Embora todas as idades sejam impactadas, os jovens apresentam maior exposição a esses padrões, o que os leva a experimentar múltiplos produtos na expectativa de resultados rápidos e eficazes, muitas vezes sem considerar o tipo de pele ou a compatibilidade dos cosméticos. Essa busca por resultados ideais transforma o autocuidado, que deveria promover bem-estar, em uma prática que pode gerar frustração, impactos negativos na autoestima. **OBJETIVO:** Investigar como as redes sociais influenciam o comportamento de uso de produtos de skincare, destacando fatores que levam à prática excessiva e seus possíveis impactos na pele e no bem-estar psicológico. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada nas bases PubMed e SciELO, com os descritores “redes sociais”, “comportamento estético”, “skincare” e “influência digital”. Foram incluídos artigos científicos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso publicados entre 2020 e 2025, em português e inglês, que abordassem a influência das mídias sociais no comportamento estético e no uso de produtos de skincare. A seleção considerou a relevância temática e a relação com o objetivo do estudo. Os dados foram analisados de forma descritiva, destacando impactos comportamentais e riscos dermatológicos relacionados ao uso excessivo de cosméticos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A análise dos estudos revelou que as redes sociais exercem influência significativa sobre o comportamento estético e o consumo de produtos de skincare, especialmente entre o público jovem. Plataformas como Instagram, TikTok e YouTube tornaram-se espaços centrais na divulgação de rotinas de cuidados com a pele, impulsionadas por influenciadores digitais e estratégias de marketing personalizadas. Esse cenário promove um ambiente de comparação social, estimulando o uso excessivo e muitas vezes inadequado de cosméticos, sem orientação dermatológica. Os estudos destacaram que essa prática está associada a reações adversas cutâneas, como dermatite de contato, acne cosmética e irritações causadas pela sobreposição de produtos. Tais fatores contribuem para um ciclo de consumo compulsivo e medicalização da aparência, característico da cultura do “skinfluencing”, em que influenciadores prescrevem rotinas e produtos sem respaldo técnico. Por outro lado, foi observado que o ambiente digital também pode ter efeitos positivos, quando utilizado de forma consciente. Dessa forma, a educação digital e dermatológica surge como estratégia essencial para promover o uso responsável de cosméticos e resgatar o verdadeiro significado do autocuidado, voltado ao bem-estar integral e não à busca pela perfeição estética. **CONCLUSÃO:** As redes sociais influenciam



fortemente o comportamento estético e o uso de Skincare, podendo gerar efeitos psicológicos e dermatológicos negativos quando associadas ao consumo excessivo. Contudo, quando utilizadas de forma responsável, podem atuar como aliadas na educação em saúde, reforçando a importância da orientação profissional para um autocuidado consciente.

Palavras-chave: Redes sociais, Comportamento estético, Skincare, Influenciadores digitais, Autocuidado, Consumo de cosméticos.





PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA ESQUISTOSSOMOSE NO BRASIL ENTRE 2020 E 2023

Autores: Felipe Oliveira Santos, Flávio Alves Oliveira, Pedro Costa Campos Filho

Filiação Institucional: Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

Introdução: A esquistossomose é uma doença parasitária endêmica no Brasil, causada por vermes do gênero *Schistosoma mansoni*, sendo transmitida pelo contato com água contaminada por larvas do parasita. **Objetivos:** Analisar o perfil epidemiológico da esquistossomose no Brasil no período entre 2020 e 2023. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de caráter quantitativo e descritivo, onde utilizou-se dados do Sistema de Informação de Notificação de Agravos (SINAN) de responsabilidade do Sistema de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Para a filtragem dos dados aplicou-se as seguintes variáveis: "ano de notificação", "sexo", "raça", "faixa etária", "escolaridade" e "região de notificação" no período referido. **Resultados/Discussão:** No período analisado, foram registrados um total de 9.442 casos da doença no Brasil, que predominaram no ano de 2023 com 2.706 (28,66%), seguido de 2022 com 2.583 (27,35%), 2021 com 2.298 (24,33%) e 2020 com 1.855 (19,64%). Em relação ao sexo, a maioria dos casos foi do masculino com 5.696 (60,32%), seguido do feminino com 3.744 (39,65%), além de ignorados/em branco com 2 (0,02%). Quanto a raça, prevaleceram os casos entre a parda com 5.611 (59,42%), seguida da branca com 2.250 (23,82%), preta com 790 (8,36%), ignorados/em branco com 662 (7,01%), amarela com 95 (1,00%) e indígena com 34 (0,36%). Referente a faixa etária, preponderaram os casos entre 40 e 59 anos com 3.556 (37,66%), seguido de 20 a 39 com 2.776 (29,40%) e 60 a 64 anos com 655 (6,93%). Referente a escolaridade, a maioria dos casos foram ignorados/em branco com 3.507 (37,14%), seguido de ensino médio completo com 1.377 (14,58%), 1ª a 4ª série incompleta com 1.022 (10,82%) e 5ª a 8ª série incompleta com 864 (9,15%). Acerca da região de notificação, sobressaíram os casos no sudeste com 6.178 (65,43%) e Nordeste com 2.846 (30,14%), seguido do Centro-Oeste com 154 (1,63%), Norte com 149 (1,57%) e Sul com 115 (1,21%). **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que o perfil dos casos de esquistossomose no Brasil é observado em homens pardos, entre 40 e 59 anos com escolaridade ignorada/ em branco e residentes na região Sudeste.

Palavras-chave: Epidemiologia, *Schistosoma mansoni*, Doença parasitária, SINAN

ANÁLISE DA INCIDÊNCIA E PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MENINGITE ENTRE AS REGIÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2022-2024: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Autores: Felipe Oliveira Santos, Flávio Alves Oliveira, Pedro Costa Campos Filho

Filiação Institucional: Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna, Itabuna, Bahia, Brasil

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

Introdução: A meningite é uma doença infectocontagiosa, causada principalmente por vírus e bactérias, caracterizada pela inflamação das meninges. **Objetivos:** Analisar a incidência e o perfil epidemiológico da meningite nas regiões brasileiras no período entre 2022 e 2024. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico ecológico, onde utilizou-se o SINAN(MS/DATASUS). As notificações foram obtidas utilizando as variáveis: “região de notificação”, “ano do 1º sintoma”, “evolução”, “etiologia”, “sexo”, “faixa etária”, “escolaridade” e “raça” no período de 2022-2024. Por fim, a taxa de incidência (TI) foi calculada por 10 mil habitantes. **Resultados/Discussão:** Foram registrados 33.525 casos durante o período analisado, com pico em 2023 que apresentou 16.437 (49%) notificações. A maioria evoluiu com alta, totalizando 2.492 (74,3%) casos, seguidos por 3.499 (10,4%) óbitos por meningite e outros 1.711 (5,1%) por outras causas. As principais etiologias foram a meningite viral, não especificada e bacteriana, respectivamente com 13.987 (41,7%), 6.351 (18,9%) e 5.677 (16,9%) notificações. As regiões com maior incidência foram a Sul com 7.334 (21,8%; TI= 2.36) casos, Sudeste com 17.895(53,3%; TI= 1.95) e Nordeste com 5.457 (16,2%; TI=0.93). Quanto ao perfil dos casos, os homens predominaram com 19.530 (58,2%), sendo que as faixas etárias mais acometidas foram de 20 a 39 anos com 6.109 (18,2%), de 1 a 4 anos com 6.023 (17,9%) e de 40 a 59 anos com 5.782 (17,2%) casos. Acerca da escolaridade, os mais afetados possuíam ensino médio completo com 2.726 (8,1%) casos, seguidos pelos que possuíam da 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental e 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, respectivamente com 1.733 (5,1%) e 1.489 (4,4%) notificações. Quanto a raça, os mais afetados foram os pardos com 11.757 (35%), brancos com 1.586 (4,7%), pretos com 1.405 (4,1%), amarelos com 217 (0,6%) e indígenas com 107 (0,3%) casos. **Considerações Parciais/Finais:** Concluiu-se, portanto, que a região Sul apresentou maior incidência da meningite entre 2022 e 2024, com perfil epidemiológico caracterizado por homens pardos de idade entre 20 e 39 anos, com ensino médio incompleto e que contraíram meningite viral, evoluindo com alta.

Palavras-chave: Epidemiologia, Doença infectocontagiosa, Inflamação, Meninges, SINAN

CARDIOMIOPATIA DE TAKOTSUBO: A INFLUÊNCIA DO ESTRESSE EMOCIONAL SOBRE O SISTEMA CARDIOVASCULAR

Autores: Alexandre Souza, Carlos Eduardo leal de Jesus, Diogo Aquino De Souza Pires, Ana
Cristina Doria dos Santos

Filiação Institucional: FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA REUNIDA

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A cardiomiopatia de Takotsubo (CM) é uma cardiomiopatia aguda que mimetiza a síndrome coronariana aguda sendo caracterizada por insuficiência cardíaca aguda com anormalidades reversíveis da movimentação ventricular com duração média de até quatro semanas, e na ausência de doença arterial coronariana justificadora. É também chamada de síndrome do abaulamento apical ou síndrome do coração partido, associada ao estresse emocional ou físico. Diante disso, os sintomas típicos dessa síndrome são o súbito aparecimento de dor torácica, falta de ar ou colapso, esses pacientes acreditam inicialmente que estão apresentando uma síndrome coronariana aguda. Nesse sentido, o estudo irá avaliar as alterações cardíacas causadas pelo excesso de estresse emocional. **OBJETIVO:** Correlacionar os efeitos do estresse emocional e a sua influência no sistema cardiovasculares, baseando-se em publicações científicas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo revisão integrativa da literatura realizada no período do mês de setembro de 2025, que buscou questões relacionadas a CM e a sua relação com impacto emocional no sistema cardiovascular. A pesquisa foi realizada nas bases de dados da National Library of Medicine (PubMed), Scientific Electronic Library On line (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em português, inglês e espanhol. A busca dos artigos foi baseada em palavras-chaves presentes nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “cardiomiopatia de takotsubo”, “estresse psicológico”, “emoções manifestas” com o uso dos seguintes operadores booleanos: “AND”. Os critérios de inclusão foram: artigos nos idiomas inglês, português e espanhol que abordavam a temática da proposta para esta pesquisa, publicados nos últimos 10 anos, disponibilizados na íntegra e do tipo revisão sistemática, meta-análise, ensaios clínicos randomizados, estudo observacional e estudo prognóstico. Os critérios de exclusão foram: texto incompletos que não abordavam a temática estudada e que não estava de acordo com os critérios de inclusão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir das buscas realizadas nas bases de dados, foi encontrado um total de 577 artigos, sendo selecionados 13 artigos, encontrados nas seguintes plataformas: PubMed (n=9), BVS (n=2) e SciELO (n=2). Após a análise dos artigos, observou-se que há uma correlação entre a CM e a influência do estresse emocional. Mediante a isso, percebe-se que a interação mente-corpo possui importância na saúde pública e para os médicos. A cardiomiopatia de estresse pode ocorrer em uma pessoa que não apresentem fatores de risco, ou seja, indivíduo saudável, podendo ser fatal. Em diversos casos, há um fator ou gatilho claro para esta condição física relacionado a um evento puramente emocional. correlacionada com o estresse. Considere-se como gatilho, a recente pandemia ocasionada pelo SARS-Cov-2. **CONCLUSÃO:** Após análise literária, foi possível concluir que há uma forte correlação entre a CM influenciada pelo estresse emocional. Assim, fica claro que a interação mente-corpo é de interesse para o público em geral. O estresse e hábitos de vida inadequados representam fatores de risco para a Cardiomiopatia de Takotsubo, existindo relação com o aumento exacerbado de catecolaminas.

Palavras-chave: Takotsubo, Estresse psicológico, Disfunção ventricular esquerda.

ANÁLISE DAS COMPLICAÇÕES CARDIOVASCULARES EM INFECTADOS PELO SARS-COV-2 NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Autores: Alexandre Souza, Ana Cristina Doria dos Santos, Carlos Eduardo leal de Jesus, Diogo Aquino De Souza Pires

Filiação Institucional: FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA REUNIDA

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A pandemia de COVID-19, causada pelo SARS-CoV-2, representou um desafio global de saúde pública, com impactos multifacetados que se estenderam para além do sistema respiratório. Evidências crescentes demonstraram que a infecção por SARS-CoV-2 pode induzir uma série de complicações cardiovasculares. **OBJETIVO:** Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão de literatura, as complicações cardiovasculares em indivíduos infectados pelo SARS-CoV-2 no Brasil, contribuindo para a atualização de profissionais e estudantes da área da saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, por meio de uma pesquisa qualitativa. Para este estudo, foram consultadas as bases de dados Scielo e Pubmed, utilizando os descritores: “cardiovascular complications” e “COVID-19 and coronavírus”, resultando em 4.526 artigos. Como critério de inclusão, considerou-se metanálise, revisões sistemáticas e artigos publicados entre o ano de 2019 a 2025, na língua portuguesa e inglesa, totalizando 209 artigos, dos quais 8 artigos foram selecionados para síntese. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após revisão bibliográfica, constatou-se que as complicações da COVID-19 são mais prevalentes em pessoas com mais de 75 anos. Esses pacientes apresentam inflamação sistêmica exacerbada, com diversos marcadores inflamatórios elevados, hipóxia tecidual, disfunção endotelial e lesões cardíacas. As autópsias mostraram lesões cardíacas em 75,8% dos casos, sendo mais frequente em pacientes hipertensos (38%). Os pacientes apresentaram um risco 3,63 vezes maior de acidente vascular cerebral, além de eventos trombóticos, infarto agudo do miocárdio e insuficiência cardíaca. Em gestantes infectadas, há um risco elevado de pré-eclâmpsia, eclâmpsia, hipertensão, insuficiência cardíaca e trombose, com um risco 2,4 vezes maior de parto prematuro. Por outro lado, crianças e adolescentes infectados pelo vírus apresentaram desfechos favoráveis com a recuperação completa da COVID-19. **CONCLUSÃO:** Esses desfechos corroboram para considerar a inflamação sistêmica exacerbada como um fator crucial para a correlação entre a infecção por COVID-19 e complicações cardiovasculares, destacando a necessidade de vigilância contínua de pacientes que foram infectados pelo vírus.

Palavras-chave: COVID-19. Complicações cardiovasculares. SARS-CoV-2.



TRIAGEM E PREVENÇÃO DA RETINOPATIA DIABÉTICA NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Autores: GABRIEL CANADA CAVALCANTE CARNEIRO, Reinaldo Izidorio dos Santos Filho, Arnaldo Leônicio Dutra Da Silva Filho, Diego Leite Barros, Natan Kauan Campos Amorim

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE SANTA INÊS

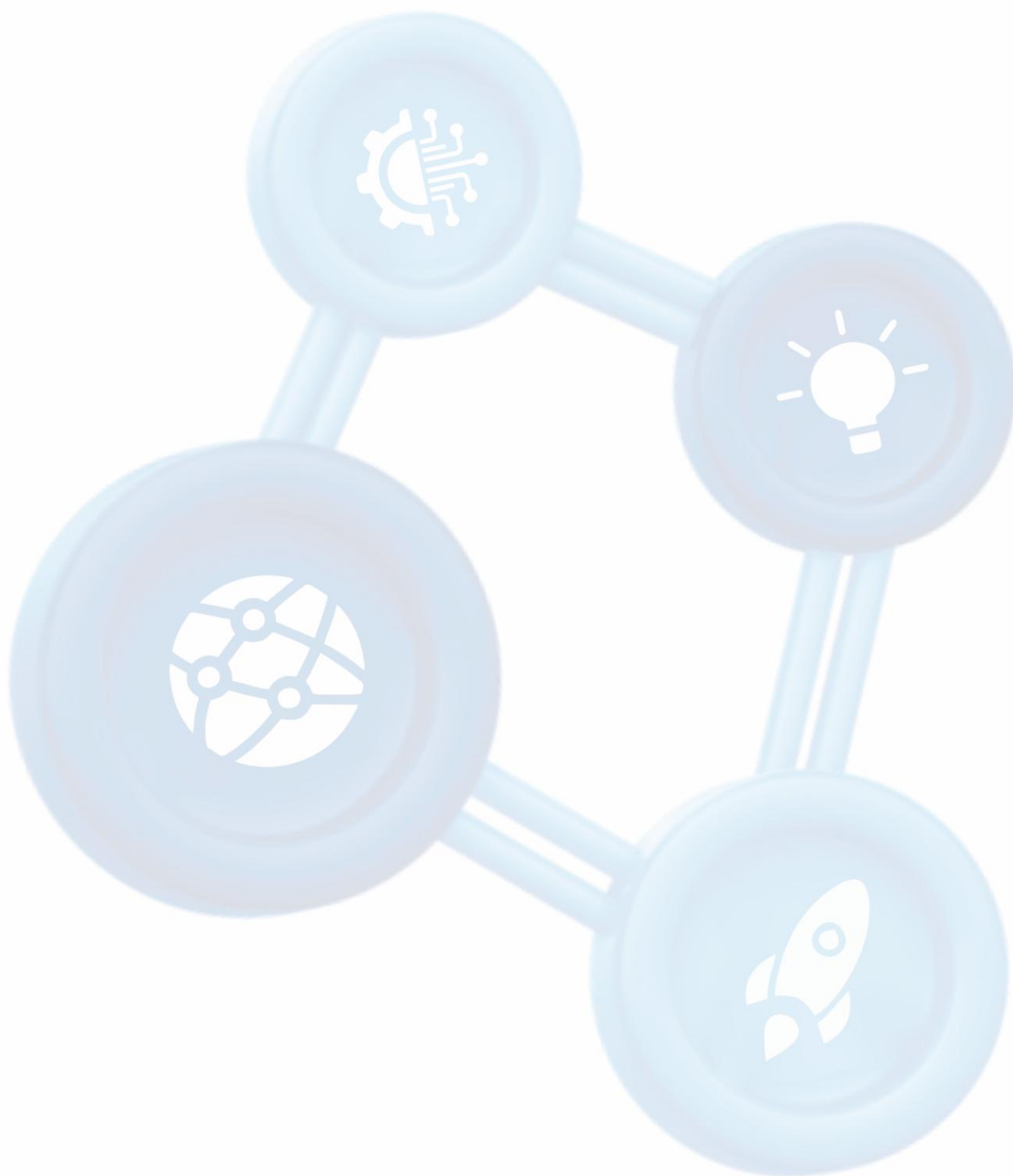
Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A retinopatia diabética é uma das complicações microvasculares mais frequentes do diabetes mellitus e constitui uma das principais causas de cegueira evitável no mundo. Seu desenvolvimento está relacionado ao tempo de evolução da doença e ao controle inadequado de fatores como glicemia, pressão arterial e perfil lipídico. Diante do aumento global da prevalência do diabetes, cresce também a demanda por estratégias eficazes de triagem e prevenção, especialmente na Atenção Básica, que é a porta de entrada do sistema de saúde e desempenha papel fundamental no rastreamento precoce e na redução de complicações visuais. A identificação precoce da retinopatia diabética permite intervenções oportunas, evitando a progressão para estágios mais graves e melhorando os desfechos clínicos e funcionais dos pacientes. **OBJETIVO:** Analisar as principais estratégias de triagem e prevenção da retinopatia diabética na Atenção Básica, destacando a efetividade, acessibilidade e impacto clínico das intervenções voltadas à detecção precoce e ao controle dos fatores de risco. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, de natureza descritiva e abordagem qualitativa. O levantamento de dados foi realizado por meio de buscas nas bases SciELO, PubMed, Google Scholar e repositórios institucionais, abrangendo publicações entre os anos de 2021 e 2025. Foram incluídos estudos que abordaram estratégias de triagem, prevenção e acompanhamento de pacientes diabéticos na Atenção Básica. A seleção dos artigos considerou critérios de relevância, atualidade e pertinência temática. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A análise dos estudos revelou alta prevalência de retinopatia diabética, atingindo até 37% dos indivíduos com diabetes tipo 2. O diagnóstico precoce foi apontado como fator essencial para evitar perdas visuais irreversíveis. Tecnologias como a fotografia retiniana digital e a teleoftalmologia demonstraram ser alternativas eficazes para ampliar o rastreamento em locais com escassez de oftalmologistas, apresentando resultados semelhantes aos exames presenciais. A prevenção mostrou-se fortemente associada ao controle rigoroso da glicemia, da pressão arterial e dos lipídios, capazes de reduzir significativamente a progressão da doença. Contudo, observou-se baixa adesão dos pacientes aos exames oftalmológicos regulares, o que reforça a necessidade de educação em saúde e busca ativa na comunidade. A integração da Atenção Básica com ferramentas tecnológicas e ações educativas se apresenta como estratégia essencial para o enfrentamento da retinopatia diabética, sobretudo em regiões com limitações de acesso aos serviços especializados. **CONCLUSÃO:** A retinopatia diabética é uma complicação grave e comum do diabetes mellitus, com grande impacto na qualidade de vida dos pacientes. A triagem precoce e o acompanhamento sistemático realizados pela Atenção Básica são fundamentais para prevenir a progressão da doença e reduzir o risco de cegueira. O uso de tecnologias como a teleoftalmologia, associado ao controle metabólico e a programas de educação em saúde, contribui para ampliar o acesso ao diagnóstico e fortalecer o cuidado integral ao paciente diabético. Conclui-se que a integração entre ações preventivas, rastreamento contínuo e educação em saúde representa um caminho promissor para a redução das complicações visuais associadas ao diabetes e para o fortalecimento da atenção primária à saúde.



Palavras-chave: Atenção básica, Retinopatia diabética, Triagem preventiva





ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA E ESTRATÉGICA PARA AVALIAÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM PARNAÍBA (PI): UMA ABORDAGEM INTEGRADA

Autores: Maria Clara Sousa Torres Santos, Elton Jones Dias Lira, Italo Vecchi Figueiredo,
Ana Rachel Oliveira de Andrade

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A sífilis congênita constitui um dos mais graves problemas de saúde pública no Brasil, refletindo falhas na assistência pré-natal e na prevenção da transmissão vertical da sífilis adquirida. No estado do Piauí, a situação se mostra alarmante, haja vista que entre os anos de 2019 e 2023, foram registrados 1.399 casos confirmados de sífilis congênita, números que refletem a urgência de investigações que permitam compreender a dinâmica local da doença e subsidiar políticas de enfrentamento adequadas à realidade da região. **OBJETIVO:** Esse estudo teve como objetivo analisar a evolução e os fatores associados aos casos de sífilis congênita no município de Parnaíba (PI) entre 2019 e 2024, utilizando dados epidemiológicos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). **METODOLOGIA:** Tratou-se de um estudo epidemiológico, retrospectivo, descritivo e transversal, com abordagem qualiquantitativa, o qual foi desenvolvido a partir da utilização do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), acessado pela plataforma DATASUS/Tabnet. Nesse sentido, foi realizada aplicação dos critérios de elegibilidade, extração de dados e análise das informações absorvidas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisados 378 casos notificados no período, com maior incidência em 2022 e redução progressiva até 2024. Identificou-se predominância entre mães de 20 a 34 anos, com baixa escolaridade, e elevada proporção de diagnósticos tardios, realizados apenas no parto. Além disso, constatou-se que o perfil dos acometidos foram 58,85% do sexo masculino, 64% pardos e com faixa etária neonatal até 6 dias em 97,6%. Observou-se ainda a baixa adesão ao tratamento dos parceiros, fator determinante para a manutenção da cadeia de transmissão. Apesar da redução recente no número de notificações, os resultados apontam a persistência de desigualdades sociais e assistenciais que impactam a saúde materno infantil. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a eliminação da sífilis congênita exige o fortalecimento da atenção pré-natal, a ampliação da testagem em todos os trimestres gestacionais, a garantia de tratamento para gestantes e parceiros e o desenvolvimento de ações educativas e preventivas culturalmente adequadas.

Palavras-chave: Sífilis Congênita, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Saúde Materno-Infantil, Transmissão Vertical de Doença Infecciosa.

FATORES QUE INFLUENCIAM A ADEÇÃO AO TRATAMENTO DE HANSENÍASE

Autores: Vitória Furtado Silva, Izabelly Da Silva Lima, Juliana Lorreny Soares Lavor, Antonione Santos Bezerra Pinto

Filiação Institucional: IESVAP/AFYA Parnaíba

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A hanseníase é uma doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, que ainda é considerada um problema de saúde pública em países em desenvolvimento. Apesar de curável, a doença permanece cercada por estigmas e desafios sociais que dificultam a adesão ao tratamento. A terapia multidrogas, disponibilizada gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), tem possibilitado a cura de milhões de pessoas, mas fatores médicos, psicológicos, sociais e econômicos ainda influenciam o sucesso terapêutico. **OBJETIVO:** Analisar os fatores médicos, psicológicos, sociais e econômicos que influenciaram a adesão ao tratamento da doença. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo quali-quantitativo realizado com pacientes residentes no Hospital Estadual Colônia do Carpina, em Parnaíba-PI. Aplicou-se o Treatment Adherence Perception Questionnaire (TAPQ) adaptado à realidade dos pacientes do hospital, concentrando-se nos fatores diretamente relacionados à adesão terapêutica e às barreiras enfrentadas no cotidiano. A aplicação do questionário foi complementada por observação clínica e análise de prontuários. Os dados foram organizados e analisados de forma descritiva e temática. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Atualmente, residem no Hospital Estadual Colônia do Carpina 18 pacientes, sendo 16 homens e 2 mulheres, com idades entre 55 e 85 anos. A participação no questionário foi limitada devido à idade avançada e às dificuldades cognitivas de alguns residentes, o que resultou em 10 participantes. Entre os entrevistados, 70% afirmaram ter compreendido as orientações dos profissionais de saúde sempre ou na maior parte das vezes, enquanto 30% relataram compreensão parcial. Em relação à confiança no tratamento, 80% acreditavam na eficácia dos medicamentos sempre ou quase sempre, e 20% demonstraram dúvida inicial, muitas vezes superada com a melhora clínica. De modo geral, observou-se uma comunicação clara e acessível entre profissionais e pacientes, o que favoreceu a adesão e a expectativa de cura ao término do tratamento. O estigma associado à hanseníase, contudo, ainda se mostrou um obstáculo importante, sobretudo no âmbito familiar e comunitário, especialmente devido às lesões visíveis da doença. A análise dos prontuários revelou alta prevalência de comorbidades, principalmente hipertensão arterial, uso contínuo de psicotrópicos e necessidade recorrente de curativos, presente em 11 dos 18 prontuários analisados. Esses achados reforçam a vulnerabilidade clínica e social do grupo e apontam para a importância do cuidado multiprofissional e da abordagem integral no manejo da hanseníase. **CONCLUSÃO:** Apesar da participação de 55% dos pacientes, a pesquisa mostrou boa adesão ao tratamento, atribuída ao acompanhamento da equipe multiprofissional. Embora o estigma persista como barreira, não impediu a conclusão do tratamento. O suporte psicossocial e o cuidado humanizado são essenciais para promover a adesão e melhorar a qualidade de vida dos pacientes com hanseníase.

Palavras-chave: Hanseníase; Adesão; Tratamento

RASTREAMENTO E PREDIÇÃO DA PRÉ ECLÂMPsia: PRINCIPAIS AVANÇOS

Autores: Ana Virgínia Lopes Cunha, Leonam Costa Oliveira, Thainá Pinto dos Santos, Felipe Osório Marques

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A pré-eclâmpsia (PE) é uma das principais causas de morbidade e mortalidade materna e perinatal no mundo. A identificação precoce de mulheres com risco aumentado e o uso preventivo de aspirina ainda no primeiro trimestre têm potencial de reduzir significativamente a incidência e a gravidade da doença. Dessa forma, compreender os avanços no rastreamento e predição da PE é essencial para aprimorar a atenção pré-natal e os desfechos maternos e fetais. **OBJETIVO:** Mapear e sintetizar as evidências científicas mais recentes sobre os principais métodos e marcadores utilizados no rastreamento e predição da pré-eclâmpsia. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de escopo conduzida conforme as diretrizes do Joanna Briggs Institute (JBI) e checklist PRISMA-ScR. Foram realizadas buscas nas bases PubMed, SciELO e Embase, utilizando os descritores “preeclampsia”, “prediction”, “screening” e “biomarkers”, combinados por operadores booleanos. Incluíram-se artigos originais, revisões sistemáticas e revisões de escopo publicados nos últimos dez anos, em português e inglês, que abordassem estratégias preditivas da PE. A seleção e extração dos dados foram realizadas de forma independente por dois revisores, totalizando 15 estudos incluídos na análise, agrupados por tipo de marcador (clínico, bioquímico, ultrassonográfico e genético). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A literatura evidencia que o rastreamento isolado por história clínica apresenta baixa sensibilidade, enquanto a combinação de fatores maternos, pressão arterial média, Doppler das artérias uterinas e biomarcadores séricos, como o fator de crescimento placentário (PIGF) e a tirosina quinase-1 semelhante a FMS solúvel (sFlt-1), alcança acurácia superior a 80% na predição da PE, especialmente nas formas precoces. Modelos combinados permitem estratificar o risco individual de maneira mais precisa e custo-efetiva, possibilitando intervenções profiláticas oportunas. O uso do índice de pulsatilidade das artérias uterinas no primeiro trimestre é um dos marcadores ultrassonográficos de melhor desempenho, sobretudo quando ajustado por características maternas. O rastreamento, entretanto, deve ser adaptado à realidade de cada população e serviço de saúde, considerando disponibilidade tecnológica, perfil epidemiológico e capacidade de implementação. **CONCLUSÃO:** O rastreamento da pré-eclâmpsia por meio de modelos multifatoriais representa um avanço significativo na medicina fetal, favorecendo a identificação precoce e a prevenção de desfechos adversos. Contudo, a padronização dos protocolos e a incorporação desses métodos à rotina do pré-natal ainda são desafios, especialmente em países de média e baixa renda.

Palavras-chave: pré-eclâmpsia, rastreamento, biomarcadores, Doppler, predição.

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS ADQUIRIDA NO MUNICÍPIO DE ITABUNA ENTRE OS ANOS DE 2021 E 2023

Autores: Flávio Alves Oliveira, Felipe Oliveira Santos, Pedro Costa Campos Filho

Filiação Institucional: Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

Introdução: A sífilis é uma doença infectocontagiosa crônica causada pela bactéria *Treponema pallidum*, sendo classificada como adquirida quando é contraída por contato sexual ou por transfusão sanguínea. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico da sífilis adquirida no município de Itabuna, Bahia. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico ecológico transversal de caráter quantitativo, em que foram utilizados os dados SINAN, vinculado ao Ministério da Saúde e ao DATASUS, para obtenção do perfil epidemiológico da sífilis adquirida no município de Itabuna, utilizando as variáveis “classificação”, “ano de notificação”, “mês de notificação”, “sexo”, “faixa etária”, “escolaridade”, “raça” e “evolução”, entre 2021 e 2023. **Resultados e Discussão:** A partir da análise dos dados no período supracitado, foram registradas 570 notificações, das quais 552(96,8%) foram confirmadas, 15(2,6%) descartadas e 1(0,1%) inconclusiva. Ademais, os anos de 2021, 2022 e 2023 apresentaram, respectivamente, 189(34,2%), 183(33,1%) e 180(32,6%) notificações, em que os meses com maior quantidade de ocorrências foram, respectivamente, agosto com 68(12,3%), março com 55(9,9%), julho com 53(9,6%) e outubro com 49(8,7%). Ao observar o perfil dos casos, os homens foram os mais afetados com 377(68,2%), nos quais as faixas etárias mais afetadas são 20-39 anos, com 301(54,5%), 40-59 anos com 124(22,4%), 15-19 anos com 45(8,1%) e 60-64 anos com 21(3,8%). Com relação ao grau de escolaridade, os pacientes mais afetados possuíam ensino médio completo, com 99(17,9%) notificações, educação superior completa com 25(4,5%), educação superior incompleta com 20(3,6%), 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental com 18(3,2%) e ensino médio incompleto com 18(3,2%). Em relação à cor, os mais afetados foram pardos, com 336(60,8%) notificações, pretos com 48(8,6%), brancos com 37(6,7%) e amarelos com 3(0,5%). Por fim, ao se verificar a evolução dos diagnósticos confirmados, percebe-se que 547(99%) evoluíram para cura, 4(0,7%) casos foram ignorados e houve 1(0,1%) óbito pelo agravo notificado. **Considerações Finais:** Concluiu-se que o perfil epidemiológico da sífilis adquirida no município de Itabuna de 2021 a 2023 se caracteriza por pessoas pardas do sexo masculino, na faixa etária de 20 a 39 anos, que possuíam ensino médio completo, dos quais a maioria evoluiu para cura.

Palavras-chave: Perfil epidemiológico, Sífilis adquirida, Itabuna, Saúde pública.

DIABETES TIPO 1: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI, ENTRE 2002 E 2013

Autores: Silvio Araujo Mariz Junior, Valdir Vinícius Damasceno Almeida, Carlos Vinícius Cavalcante da Ponte, Ana Beatriz pereira riotinto, Jaqueline Gonçalves Pampolini, Danilo de Brito Campos

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O diabetes mellitus tipo 1 é uma doença autoimune crônica que se caracteriza pela destruição progressiva das células beta das ilhotas pancreáticas, localizadas no pâncreas, responsáveis pela produção de insulina. A deficiência absoluta desse hormônio leva à hiperglicemia persistente e a importantes disfunções metabólicas envolvendo o metabolismo dos carboidratos, lipídios e proteínas. Essa condição acarreta risco elevado para o desenvolvimento de complicações agudas, como cetoacidose diabética, e crônicas, como nefropatia, retinopatia e neuropatia, além de aumentar substancialmente a morbimortalidade. O diabetes tipo 1 exige acompanhamento clínico contínuo, educação em saúde e acesso a insumos terapêuticos adequados. No contexto da saúde pública, sua análise epidemiológica é essencial para subsidiar políticas de prevenção e estratégias de manejo efetivo, especialmente em regiões com limitações estruturais nos serviços de saúde.

OBJETIVO:

Analisar as características epidemiológicas das hospitalizações por diabetes mellitus tipo 1 no município de Parnaíba-PI, no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2013.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo, com abordagem quantitativa. Os dados foram obtidos a partir das informações disponibilizadas pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). As variáveis consideradas para a análise foram: ano de processamento, sexo, idade e cor/raça. Os resultados foram organizados de forma a permitir a descrição do perfil de internações e suas tendências ao longo do período avaliado.

RESULTADOS: No intervalo analisado, foram registradas 72 internações por diabetes tipo 1. O ano com maior número de casos foi 2002, com 26 registros (36%). Observou-se predominância do sexo feminino (60%) e da cor parda (62%). A faixa etária mais acometida foi a de 55 a 59 anos (22%), evidenciando um padrão que sugere vulnerabilidade maior em mulheres adultas de meia-idade.

CONCLUSÃO: Com base nos resultados, conclui-se que as hospitalizações por diabetes tipo 1 em Parnaíba-PI apresentam predominância em mulheres pardas entre 55 e 59 anos de idade. Tal perfil reforça a necessidade de fortalecimento das ações de prevenção, educação em saúde e acompanhamento contínuo desse grupo populacional. Além disso, a escassez de dados recentes evidencia a importância de aprimorar os sistemas de vigilância epidemiológica para garantir o monitoramento efetivo e atualizado dessa condição crônica no município.

Palavras-chave: Diabetes mellitus tipo 1; Epidemiologia; Internações hospitalares; Saúde pública; Parnaíba-PI

MANEJO AGUDO DA HEMORRAGIA SUBARACNOÍDEA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Autores: CARLA MARIA SOARES BRITO, Lucio Eugênio Cerqueira Lopes

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

Introdução: A hemorragia subaracnóidea (HSA) é definida como o sangramento intracraniano dentro do espaço subaracnóideo, localizado entre a aracnoide e a pia-máter que revestem o cérebro. A ruptura de um aneurisma intracraniano constitui a causa da maioria dos casos de HSA espontânea (não traumática). O tratamento e o prognóstico da HSA aneurismática são cruciais devido à alta morbidade e mortalidade associadas a esta condição. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo primário dissertar acerca do manejo agudo da HSA. **Metodologia:** Consiste em uma revisão bibliográfica fundamentada por pesquisas em bases de dados científicos, tais como Scielo e Pubmed, publicadas em português e inglês no intervalo temporal de 2018 a 2025. Foram utilizadas as palavras chave “Acidente Vascular Cerebral Hemorrágico”, “AVC Hemorrágico Subaracnoideo” e “AVC” presentes nos descritores de ciência da saúde (DECs) interligados por operadores booleanos “AND” e “OR” para refino e precisão do levantamento de dados. **Resultados e Discussão:** O manejo baseia-se na triagem e estabilização imediata, incluindo a garantia de uma via aérea segura, normalização da função cardiovascular e tratamento de convulsões. A indicação para intubação abrange pacientes com Escala de Coma de Glasgow (ECG) ≤ 8 . É determinante classificar a gravidade da HAS rapidamente, utilizando escalas padronizadas como Hunt e Hess e WFNS, que incorporam a pontuação da ECG. Pacientes com HSA aneurismática devem ser admitidos ou transferidos para centros especializados em terapia neurocrítica e equipe experiente. O tratamento envolve terapêuticas sintomáticas e definitivas. O manejo sintomático inicial inclui o controle da pressão arterial (PA), visando uma PA sistólica (PAS) alvo <160 mmHg ou pressão arterial média (PAM) <110 mmHg para a maioria dos pacientes com aneurisma não seguro, utilizando agentes como labetalol ou nicardipina. A manutenção da euvolemia, tipicamente com solução salina normal, é essencial para evitar complicações isquêmicas. A nimodipina (60 mg a cada quatro horas por via oral por 21 dias) é administrada para melhorar os resultados neurológicos, apesar de não haver evidências convincentes na incidência de vasoespasma angiográfico. O tratamento definitivo, seja por clipagem cirúrgica ou embolização endovascular, é o único método eficaz para prevenir o ressangramento, devendo ser realizado idealmente em até 24 horas. As complicações comuns são o vasoespasma e a isquemia cerebral tardia, que ocorrem em cerca de 30% dos pacientes. Após o tratamento do aneurisma, o vasoespasma sintomático pode ser tratado com aumento hemodinâmico, aumentando a PAM através de vasopressores e mantendo a euvolemia. A pressão intracraniana elevada ou a hidrocefalia (que afeta até 30% dos pacientes) requerem desvio imediato do LCR com dreno ventricular externo (DVE). **Conclusão:** O prognóstico após HSA aneurismática é influenciado por fatores como o nível de consciência, grau neurológico na admissão, idade e quantidade de sangue na TC inicial. A mortalidade precoce (30 dias) aproxima-se de 30%. A disfunção neurocognitiva, epilepsia e outros déficits neurológicos focais são complicações de longo prazo relevantes, ressaltando a importância do manejo neurocrítico precoce e agressivo.

Palavras-chave: “Acidente Vascular Cerebral Hemorrágico”, “AVC Hemorrágico Subaracnoideo”, “AVC”.



A IMPORTÂNCIA DA NEUROIMAGEM NA AVALIAÇÃO DO ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO AGUDO

Autores: CARLA MARIA SOARES BRITO, Adriana Saraiva dos Reis, José Evandro de Carvalho Junior, Mariana Oliveira Reis, Lucio Eugênio Cerqueira Lopes

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

Introdução: A neuroimagem no acidente vascular encefálico (AVE) agudo é utilizada, primordialmente, para diferenciar causa isquêmica de hemorrágica, avaliar a extensão da lesão cerebral, identificar o vaso acometido e orientar o tratamento mais adequado. Neste contexto, a tomografia computadorizada (TC) acaba por ser o exame de escolha dado sua maior disponibilidade, rapidez na execução e menor custo quando comparada ao a ressonância magnética (RM). **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo dissertar acerca da importância e aplicabilidade da neuroimagem na avaliação do AVE agudo. **Metodologia:** Consiste em uma revisão bibliográfica fundamentada por pesquisas em bases de dados científicos, tais como Scielo e Pubmed, publicadas em português e inglês no intervalo temporal de 2018 a 2025. Foram utilizadas as palavras chave “Acidente Vascular Encefálico”, “Neuroimagem” e “AVE” presentes nos descritores de ciência da saúde (DECs) interligados por operadores booleanos “AND” e “OR” para refino e precisão do levantamento de dados. **Resultados e Discussão:** A fase aguda do AVE pode ser definida como as primeiras 24 horas do início dos sintomas neurológicos associados ao evento. A neuroimagem deve ser obtida para todos os pacientes com suspeita de AVE agudo ou de ataque isquêmico transitório. A partir disto, é possível diferenciar a isquemia da hemorragia, excluir causas que simulam AVE ou tumores, avaliar o estado das artérias que irrigam o encéfalo, estimar a extensão do dano e o volume de tecido cerebral viável, além de guiar intervenções agudas ao identificar pacientes elegíveis à terapia de reperfusão. Tempo é cérebro e, a neuroimagem é crucial na seleção do tratamento adequado, tendo em mente que não se deve considerar a imagem de forma isolada. A TC, método mais frequentemente utilizado, tem boa sensibilidade para diferenciar isquemia de hemorragia, apesar de seu baixo desempenho nas primeiras horas para detecção de sinais precoces de isquemia, alcançando apenas cerca de 64% nas primeiras 6 horas. As terapias de reperfusão (trombólise intravenosa e trombectomia mecânica) são o alicerce do tratamento do AVE agudo isquêmico, causa mais comum que ocorre em até 80% dos casos, sendo a decisão de realizá-la tempo-dependente e imagem-dependente. Em pacientes com menos de 4,5 horas do início dos sintomas, a TC de crânio e pescoço é suficiente para embasar a decisão de fazer trombólise. Após esse período e em até 24 horas, a TC pode ser adquirida para definir a possibilidade de trombectomia mecânica. Já naqueles que não se tem conhecimento acerca do tempo dos sintomas, a indicação é fazer uso da RM para avaliar a possibilidade de realizar trombólise intravenosa, a depender dos achados. **Conclusão:** É notória a relevância da neuroimagem na avaliação do AVE agudo, visto que sua obtenção é decisiva para a conduta médica ao apoiar a escolha da terapia adequada, em tempo hábil, para os pacientes acometidos.

Palavras-chave: AVE, Acidente Vascular Encefálico, Neuroimagem.



ARTEROSCLEROSE: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES NO ESTADO DO PIAUÍ, ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2024.

Autores: Silvio Araujo Mariz Junior, Valdir Vinícius Damasceno Almeida, Jaqueline Gonçalves Pampolini, Pedro Guilherme Barata Machado Barros, Danilo de Brito Campos, Jáder José Sales Montenegro

Filiação Institucional:

Área Temática: ATENÇÃO À SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: As doenças do aparelho circulatório compreendem um grupo de condições que afetam o coração e os vasos sanguíneos, incluindo a aterosclerose, a hipertensão arterial sistêmica e a insuficiência cardíaca. Essas patologias interferem diretamente na hemodinâmica corporal, prejudicando a perfusão tecidual e a oxigenação sistêmica, o que pode resultar em complicações graves, incapacitantes e até fatais. Devido à sua alta prevalência, essas doenças constituem um importante problema de saúde pública mundial e nacional, figurando entre as principais causas de morbidade e mortalidade no Brasil. Fatores de risco como o envelhecimento populacional, o sedentarismo, o tabagismo, a má alimentação e o controle inadequado da pressão arterial contribuem para o aumento expressivo dos casos, especialmente nas regiões com menor acesso a serviços de prevenção e acompanhamento clínico. **OBJETIVO:** Analisar a incidência e os impactos das doenças do aparelho circulatório na saúde pública do município de Parnaíba-PI, entre os anos de 2020 e 2024, identificando os grupos populacionais mais acometidos e suas implicações epidemiológicas. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa, fundamentado em dados secundários provenientes do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). As variáveis analisadas foram: ano de processamento, sexo, idade, cor/raça e macro-região. As informações foram organizadas e interpretadas de modo a caracterizar o perfil das internações hospitalares associadas às doenças do aparelho circulatório no período estudado. **RESULTADOS:** Durante o intervalo de 2020 a 2024, registrou-se um total de 838 internações relacionadas a essa morbidade. O ano de 2022 apresentou o maior número de registros, com 221 casos (26%). Observou-se predominância do sexo masculino (52%) e da cor parda (66%), com maior incidência na faixa etária de 80 anos ou mais (18%). A macro-região mais afetada foi a do Meio-Norte. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que há elevada incidência de internações por doenças do aparelho circulatório entre indivíduos idosos, pardos e do sexo masculino residentes na região Meio-Norte. Esse padrão epidemiológico revela uma problemática relevante para a saúde pública local e ressalta a importância da implementação de políticas efetivas de prevenção, rastreamento precoce e cuidado contínuo, voltadas principalmente aos grupos populacionais mais vulneráveis, com o objetivo de reduzir complicações e melhorar a qualidade de vida.

Palavras-chave: Doenças do aparelho circulatório; Epidemiologia; Internações hospitalares; Saúde pública; Parnaíba-PI.

APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA DERMATOLOGIA: DIAGNÓSTICO, PERSONALIZAÇÃO DE TRATAMENTOS E ANÁLISE DE FATORES AMBIENTAIS

Autores: Andréia Gabrielli da Silva Queiroz, Esther Rocha Portela, Letícia Maria Veras Sousa, Maria Eduarda Gomes De Oliveira, Ana Paula Pierre de Souza

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A especialidade médica que estuda a pele depende da análise visual e da identificação de padrões morfológicos, o que torna a aplicação de algoritmos de aprendizado de máquina e tecnologias de reconhecimento de imagem particularmente promissora. A IA permite identificar lesões de forma precisa, analisar grandes volumes de dados laboratoriais rapidamente, distinguir fatores de sucesso em testes com maior velocidade que métodos tradicionais e acelerar o desenvolvimento de produtos e terapias personalizadas. Além disso, a integração de informações sobre padrões climáticos e tendências ambientais possibilita prever o impacto do clima na pele, auxiliando na prevenção e no cuidado individualizado. **OBJETIVO:** O presente estudo tem como objetivo analisar o papel da Inteligência Artificial na dermatologia contemporânea, destacando suas aplicações diagnósticas, o desenvolvimento de tratamentos personalizados e a análise de fatores ambientais que influenciam a saúde da pele. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada nas bases de dados PubMed e SciELO, utilizando os descritores “inteligência artificial”, “dermatologia”, “inovações tecnológicas em saúde” e “fatores ambientais”. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, em português e inglês, que abordassem o uso da IA na dermatologia clínica e estética. Os dados foram analisados de forma descritiva, considerando as principais abordagens e tendências tecnológicas, a partir da leitura e seleção dos estudos, dos quais se extraíram informações qualitativas sobre técnicas empregadas, resultados diagnósticos e potenciais aplicações clínicas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os estudos analisados demonstram que a Inteligência Artificial (IA) apresenta elevada acurácia na detecção e classificação de lesões cutâneas, especialmente por meio de redes neurais convolucionais (CNNs). Destaca-se ainda a incorporação da IA na avaliação de imagens histopatológicas e na dermatoscopia digital contribuindo para o diagnóstico precoce de neoplasias cutâneas e redução de biópsias desnecessárias. Além disso, algoritmos vêm sendo utilizados para personalizar tratamentos de acordo com características genéticas, clínicas e ambientais dos pacientes, promovendo uma abordagem mais individualizada e eficiente. Persistem, contudo, desafios ligados à padronização de bancos de dados e validação clínica, reforçando que a IA deve atuar como ferramenta complementar ao julgamento médico. **CONCLUSÃO:** Portanto, a Inteligência Artificial representa um avanço significativo na dermatologia, ao aprimorar o diagnóstico e otimizar tratamentos. Sua aplicação contribui para uma prática médica mais precisa, fortalecendo a integração entre tecnologia e saúde. Este estudo reforça a importância da IA como recurso auxiliar e inovador na assistência dermatológica e como campo promissor para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Dermatologia, Diagnóstico, Tratamentos Personalizados, Impacto Ambiental, Reconhecimento de Imagem.

ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS DOS ACADÊMICOS DO MEDICINA DE PARNAÍBA ACERCA DO CÂNCER DE PELE: UM ESTUDO TRANSVERSAL

Autores: Wanderson da Silva Nery, Caio Luís Martins de Campos, Caroline Tapia Da Silva,
Thiago de Souza Lopes Araújo

Filiação Institucional: Afya Parnaíba

Área Temática: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A pele é a principal interface entre o corpo e o meio ambiente, servindo como o primeiro sistema de defesa externo. As neoplasias que afetam essa barreira estão entre as mais frequentes do mundo. Agravando esse cenário, estudos revelam lacunas no conhecimento e na prática de fotoproteção entre estudantes de Medicina. Observa-se que preceitos da proteção solar não são totalmente conhecidos ou, quando o são, os estudantes os executam de forma inadequada ao preconizado pelas sociedades de dermatologia. Tal fato inspira cuidados, já que eles serão os futuros médicos responsáveis por orientar a população. **OBJETIVOS:** Avaliar os conhecimentos gerais e preventivos dos estudantes de Medicina acerca do câncer de pele, bem como compreender suas percepções e atitudes frente à prevenção da doença. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de abordagem mista (quantitativa e qualitativa), de natureza descritiva e transversal. A investigação foi realizada com acadêmicos de instituições de ensino superior em Parnaíba (PI). A amostra, selecionada por conveniência, foi composta por 105 estudantes do curso de Medicina, todos regularmente matriculados. A coleta de dados ocorreu via questionário estruturado (Google Forms) com 30 questões de múltipla escolha. O instrumento abordou aspectos sociodemográficos, conhecimentos teóricos sobre câncer de pele, práticas preventivas, percepção de fatores de risco e atitudes frente à prevenção e orientação de pacientes. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A amostra foi predominantemente feminina (63,8%). As aulas acadêmicas foram a principal fonte de informação sobre câncer de pele para 42 (40%) dos estudantes, seguidas por leituras de livros e artigos científicos (28,6%) e campanhas na mídia (19%). A maioria, 53 (50,5%), afirmou conseguir diferenciar o melanoma de outras formas de câncer de pele apenas parcialmente. A importância da prevenção e conscientização foi amplamente reconhecida. A grande maioria, 79 (75,2%), considerou fundamental a realização de exames dermatológicos regulares. Quase a totalidade, 103 (98,1%), considerou importante a conscientização de grupos de risco específicos, como trabalhadores ao ar livre. Paralelamente, 90,5% consideraram que a mídia tem influência negativa no que tange a padrões de beleza danosos. Em relação ao uso de protetor solar, 49 (46,7%) relataram usar diariamente, e 52 (49,5%) afirmaram que o uso é parte da rotina regular; 18 (17,1%) o utilizam apenas em piscina ou praia e 19 (18,1%) raramente. A maioria, 77 (73,3%), sabe que "FPS" significa Fator de Proteção Solar e indica a capacidade de bloquear os raios ultravioleta. No entanto, uma lacuna de conhecimento foi identificada na compreensão da diferença entre FPS 30 e FPS 50: 54 (51,4%) acreditam erroneamente que o FPS 50 oferece o dobro da proteção do FPS 30, enquanto apenas 31 (29,5%) acreditam que não há diferença significativa, o que é mais próximo da realidade. Contudo, essa lacuna de conhecimento sobre o FPS não foi estatisticamente relevante. **CONCLUSÃO:** Observou-se reconhecimento da importância dos cuidados a pele, contudo ainda existem lacunas de conhecimento prático entre os estudantes que deve ser preenchida, por isso ainda são necessários mais estudos para entender as causas e corrigir tais fenômenos, promovendo uma formação médica focada na prevenção dos agravos a pele.

Palavras-chave: Educação Médica, Neoplasias de Pele, Fator de Proteção Solar, Bronzeamento.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO COM ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO INTERIOR DO AMAZONAS

Autores: Monalisa Galvão Aguiar, Alessandro Pará Pinheiro, Valber Lima de Oliveira Junior

Filiação Institucional: Afya Itacoatiara

Área Temática: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O Câncer do Colo do Útero (CCU) é um grave problema de saúde pública, sendo a terceira neoplasia mais incidente em mulheres e a segunda mais frequente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Sua prevenção primária (vacinação contra HPV) e secundária (rastreamento por Papanicolau) é de baixo custo e alta eficácia. No entanto, a baixa adesão ao rastreamento e a necessidade de intensificar a prevenção primária evidenciam a importância de intervenções educativas. Neste contexto, estudantes de medicina atuaram junto à comunidade escolar do município de Itacoatiara-AM, visando aplicar conhecimentos acadêmicos e sensibilizar a população jovem sobre a prevenção do CCU, reforçando o papel social da formação médica e incentivando comportamentos preventivos capazes de causar impactos positivos nos indicadores de saúde e na qualidade de vida da população. **OBJETIVO:** Relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de medicina no âmbito da saúde coletiva, através de uma ação de educação em saúde em rede pública de ensino, como estratégia de promoção de saúde e prevenção do CCU. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma ação educativa em uma escola estadual do município de Itacoatiara-AM, envolvendo 98 alunos do segundo ano do ensino médio, com idades entre 15 e 18 anos. A atividade teve duração aproximada de 3 horas e consistiu em uma conversa interativa e acessível sobre: definição do CCU, vias de transmissão do HPV, fatores de risco, sinais e sintomas, prevenção, Papanicolau, vacinação, tratamento e dados epidemiológicos da doença. A atividade incluiu uma dinâmica de perguntas e respostas com premiação, para estimular a participação e a fixação do conteúdo, finalizando com a distribuição de um folder digital. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A ação demonstrou ser uma ferramenta eficaz, despertando o interesse e engajamento ativo dos alunos pelo tema. A metodologia interativa facilitou a receptividade e assimilação do conteúdo, sendo o folder digital um recurso útil para reforçar o aprendizado e ampliar o alcance da mensagem a outros membros da comunidade escolar e familiar. Para os acadêmicos, a atividade proporcionou uma experiência enriquecedora na prática da comunicação em saúde e na sensibilização sobre as necessidades populacionais. Essa vivência reforça a importância das ações extensionistas na grade curricular, contribuindo para uma formação médica mais humanizada e alinhada às demandas sociais e regionais do país. A ação dialoga com os princípios da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS) e do Programa Saúde na Escola (PSE), evidenciando a importância da integração ensino-serviço-comunidade. **CONCLUSÃO:** Os resultados obtidos evidenciam o impacto positivo do projeto tanto para o público-alvo, ao fomentar atitudes preventivas e conscientização sobre o CCU, quanto para a formação dos acadêmicos envolvidos, ao ampliar sua vivência prática e social na área da saúde. A extensão universitária, neste caso, confirma seu papel crucial no aprimoramento da educação médica e na promoção da saúde pública.

Palavras-chave: Educação em Saúde, Neoplasias do Colo do Útero, Extensão Comunitária.

ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS E SOCIOECONÔMICOS DA HIDROCEFALIA E ESPINHA BÍFIDA: UMA ANÁLISE MULTICÊNTRICA

Autores: Sarah de Aguiar Morais, Juliana Lorreny Soares Lavor, Vitória Furtado Silva, Ricardo Lira Araújo

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

RESUMO:

A hidrocefalia congênita e a espinha bífida são malformações neurológicas graves que afetam o desenvolvimento do sistema nervoso central e estão associadas a elevados índices de morbidade e mortalidade em todo o mundo. Essas condições exigem atenção constante dos sistemas de saúde, uma vez que envolvem diagnósticos precoces, tratamentos complexos e acompanhamento multidisciplinar prolongado. A hidrocefalia decorre do acúmulo anormal de líquido cefalorraquidiano nos ventrículos cerebrais, levando ao aumento da pressão intracraniana e a déficits neurológicos variados. Já a espinha bífida é causada pelo fechamento incompleto do tubo neural durante o desenvolvimento embrionário, o que pode resultar em comprometimentos motores e sensoriais importantes. Fatores genéticos, ambientais e nutricionais, como a deficiência de ácido fólico, estão entre as principais causas associadas. Diante disso, compreender a distribuição epidemiológica dessas doenças e seus determinantes socioeconômicos é essencial para orientar políticas públicas e aprimorar o diagnóstico e tratamento no contexto brasileiro. O estudo teve como objetivo examinar os aspectos epidemiológicos e sociais relacionados à ocorrência de hidrocefalia e espinha bífida no Brasil, avaliando sua distribuição segundo sexo, idade materna e região, e correlacionando tais dados a fatores socioeconômicos e demográficos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, com caráter descritivo e explicativo, que utilizou análise documental e revisão bibliográfica. Foram coletados dados secundários do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do DataSUS, referentes ao período de 2018 a 2024. As variáveis analisadas incluíram sexo, raça/cor, idade materna, duração da gestação e região geográfica. A amostragem foi intencional, abrangendo todos os registros disponíveis e consistentes. Os dados foram organizados em tabelas e analisados estatisticamente com base em frequências absolutas e relativas, complementados por revisão teórica em bases como SciELO, PubMed e LILACS. Os resultados mostraram que a hidrocefalia congênita apresentou maior prevalência nas regiões Sudeste (39,4%) e Nordeste (28,08%), seguidas pelo Sul. Essa concentração pode refletir tanto a densidade populacional quanto a melhor estrutura de notificação nessas regiões. Observou-se predominância de casos no sexo masculino (54,16%) e maior incidência entre mães de 20 a 34 anos. Crianças pardas representaram 58,69% dos casos, o que sugere influência de fatores socioeconômicos e desigualdades no acesso à saúde. A maioria dos diagnósticos ocorreu entre 37 e 41 semanas de gestação. Na espinha bífida, a distribuição por sexo foi equilibrada, e a prevalência regional repetiu o padrão da hidrocefalia, com destaque para o Sudeste (41,24%). Tais achados corroboram estudos anteriores, que destacam o impacto de determinantes sociais e ambientais sobre as malformações do tubo neural. O estudo evidenciou disparidades regionais e desigualdades socioeconômicas relacionadas à ocorrência de hidrocefalia e espinha bífida no Brasil. A análise reforça a importância de políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil, ao diagnóstico precoce e à prevenção por meio da suplementação de ácido fólico e educação em saúde. A integração entre vigilância epidemiológica, capacitação profissional e investimento em infraestrutura de saúde é essencial para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida das crianças afetadas por essas condições congênitas.

Palavras-chave: Hidrocefalia congênita; Espinha bífida; Epidemiologia.



ARBOVIROSES E VOCÊ

Autores: Antonio Erick Silva Pereira, Pedro Augusto Rodrigues Bezerra, Pedro Miquéias
Pessoa França, Hugo Feliphy Pereira Rocha, Ana Rachael Oliveira Andrade

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: As arboviroses, como dengue, zika, chikungunya, oropouche e febre amarela, representam um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente em regiões onde a população não toma medidas adequadas de prevenção. Nesse sentido, o projeto de extensão “Arboviroses e Você: Oficinas de Educação em Saúde” busca sensibilizar estudantes do ensino fundamental sobre a importância da prevenção e do combate às arboviroses. **OBJETIVO:** Promover a educação em saúde de alunos do ensino fundamental do município de Parnaíba-PI sobre arboviroses: dengue, zika, chikungunya, oropouche e febre amarela, abordando tópicos como sintomatologia, diferenças entre arboviroses e vetores. Além disso, também foi visado orientar acerca da prevenção por meio da vacinação e os mecanismos por trás das vacinas. **METODOLOGIA:** O projeto de extensão foi realizado com alunos do sétimo ano do fundamental das instituições de ensino Escola Alpha Kids e Escola Crescer, onde foi feito o uso de métodos ativos de aprendizagem como quiz de verdadeiro ou falso com competição educativa por medalhas. Para executar a oficina de educação em saúde, as turmas foram divididas em dois grupos e orientadas a acertar o máximo possível de perguntas, que eram compostas por três tópicos, de oito perguntas cada: arboviroses, vacinas e sustentabilidade na prevenção das arboviroses. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** As ações do projeto “Arboviroses e Você: Oficinas de Educação em Saúde” demonstraram a eficácia dos métodos ativos na geração de impactos positivos na compreensão e no interesse dos estudantes sobre os temas. Por meio das perguntas abordadas no quiz, os alunos foram capazes de corrigir noções errôneas sobre as arboviroses e as vacinas, além de compreenderem a relação da sustentabilidade com o combate às arboviroses. **CONCLUSÃO:** A promoção da educação em saúde por meio de métodos ativos, no lugar de métodos passivos usuais, demonstrou-se uma forma eficaz para estimular a atenção e aprendizagem dos alunos, permitindo que os objetivos do trabalho de extensão fossem alcançados. Por meio desse projeto, a ação consciente foi estimulada ainda mais na formação dos alunos, que futuramente agirão não somente de forma mais adequada a fim de lidar com a prevenção de doenças, especialmente arboviroses, mas também no consumo consciente, com o intuito de prevenir complicações ambientais que possam facilitar a invasão urbana dessas doenças. Assim, ficou claro que a integração da faculdade no meio em que está inserida é essencial para conscientizar as pessoas precocemente e auxiliar na prevenção de infecções recorrentes no ambiente em que está inserida, como dengue, zika, chikungunya, oropouche e febre amarela.

Palavras-chave: Educação em Saúde, Infecções por Arbovirus, Vacinas



BENEFÍCIOS DA PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIOS FÍSICOS SOBRE A SAÚDE MENTAL E A QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS NA CIDADE DE PARNAÍBA-PI

Autores: Sarah de Aguiar Moraes, Vitória Marcela De Medeiros Carvalho, Luan Kelves Miranda de Souza

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

RESUMO:

O envelhecimento populacional é um fenômeno crescente e demanda ações voltadas à promoção da saúde e à melhoria da qualidade de vida dos idosos. A prática regular de exercícios físicos tem se mostrado uma estratégia eficaz para reduzir sintomas de ansiedade e depressão, melhorar a autonomia funcional e fortalecer vínculos sociais. Nesse contexto, o projeto buscou aproximar a comunidade acadêmica da população idosa, promovendo práticas de saúde integradas e baseadas em evidências científicas. Avaliar os efeitos da prática regular de exercícios físicos sobre a saúde mental e a qualidade de vida de idosos residentes na cidade de Parnaíba-PI. As atividades ocorreram em espaços comunitários acessíveis e acolhedores, selecionados de modo a favorecer a inclusão e o engajamento do público-alvo. Ao todo, foram realizados quatro encontros presenciais, com a participação de 62 idosos, em sua maioria mulheres com idade superior a 65 anos. As ações contemplaram a aplicação de questionários estruturados e instrumentos validados, a realização de sessões práticas de exercícios físicos adaptados, incluindo alongamentos, caminhadas supervisionadas e atividades leves de fortalecimento muscular, além da promoção de rodas de conversa e momentos de convivência social. Todo o processo foi acompanhado por meio de registros sistemáticos em diários de campo, que possibilitaram observar o desempenho, a motivação e as dificuldades enfrentadas pelos participantes ao longo das atividades. Os resultados obtidos durante o desenvolvimento do projeto foram positivos. Observou-se boa aceitação e participação ativa dos idosos, além de um engajamento crescente a cada encontro. As práticas corporais e os momentos de interação contribuíram significativamente para o fortalecimento dos vínculos entre os participantes, a redução do isolamento social e o estímulo à adoção de hábitos saudáveis. A principal dificuldade enfrentada esteve relacionada à adesão aos encontros, pois os horários pré-definidos nem sempre se adequam às rotinas pessoais dos idosos. Ainda assim, com o apoio da Unidade Básica de Saúde vinculada ao projeto e com ajustes na comunicação e na organização logística, foi possível minimizar esses obstáculos e garantir o cumprimento das metas propostas. Os resultados obtidos estão em consonância com as evidências científicas citadas por Barbosa e Sousa (2021), Socoloski et al. (2021) e Galle et al. (2023), que reforçam os efeitos benéficos da prática regular de exercícios físicos na saúde mental, na autonomia funcional e no bem-estar geral da população idosa. Conclui-se que as atividades desenvolvidas durante o projeto representaram uma etapa fundamental de aproximação com a comunidade e de implementação prática do programa de exercícios. A experiência foi enriquecedora tanto para os participantes quanto para as pesquisadoras, proporcionando aprendizado, troca de experiências e fortalecimento de vínculos sociais. Além disso, o projeto contribuiu de forma significativa para a formação acadêmica e humana das alunas, desenvolvendo habilidades de pesquisa, empatia, comunicação e atuação em saúde comunitária. Dessa forma, os resultados alcançados reforçam a relevância dos exercícios físicos regulares como instrumento de promoção da saúde mental e de melhoria da qualidade de vida dos idosos, demonstrando o impacto positivo que ações simples, quando bem direcionadas, podem ter na realidade social e emocional dessa população.

Palavras-chave: saúde mental, exercício, idosos

HERANÇA DIGITAL NA REFORMA DO CÓDIGO CIVIL

Autores: Yasmin Jane Silva Moraes, Raylanne costa dos santos, Gislane dos Santos Silva, Maria Mirele Brito de Sousa, Maria Beatriz Araujo Costa, Luiza Marcia Carvalho Dos Reis

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ESTUDOS EM DIREITO

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O direito sucessório tem ganhado novos contornos com o avanço dos meios digitais, sobretudo diante do surgimento da concepção de “herança digital” e da consequente proteção dos bens virtuais e intangíveis, como senhas bancárias e redes sociais deixadas pelo autor da herança. Esses bens são passíveis de transmissão e necessitam de regulamentação legal específica no novo Código Civil, principalmente quanto à forma de sucessão do patrimônio digital. **OBJETIVOS:** O presente trabalho busca identificar a lacuna normativa relacionada à transmissão de bens digitais no âmbito da reforma do Código Civil, bem como a necessidade de novas regulamentações que garantam segurança jurídica e proteção aos herdeiros nesse contexto. **METODOLOGIA:** O desenvolvimento do trabalho baseou-se em revisão bibliográfica, fundamentada na análise de obras doutrinárias, legislações estrangeiras e artigos científicos disponíveis em bases de dados jurídicas e acadêmicas, como SCIELO, Google Acadêmico e periódicos especializados em Direito Civil e Direito Digital. **Resultados:** A pesquisa identificou que a discussão sobre o tema vem ganhando espaço no Judiciário brasileiro. O Superior Tribunal de Justiça, em decisão recente (Recurso Especial nº 2.124.424), criou a figura do inventariante digital, responsável por organizar os bens virtuais deixados por uma pessoa falecida, cabendo ao juiz decidir o que pode ou não ser transmitido aos herdeiros. Nos tribunais estaduais, como o Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Cível nº 1074848-34.2020.8.26.0100), ainda há entendimentos diferentes: em alguns casos, o acesso de familiares a contas em redes sociais foi negado para proteger a intimidade do falecido, enquanto em outros foi autorizado por envolver questões patrimoniais. Apesar da relevância do tema, não há estatísticas oficiais sobre quantos processos de “herança digital” tramitam no país. Por isso, os resultados se baseiam em decisões marcantes e estudos recentes da área. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O tema ainda carece de legislação clara, o que gera insegurança jurídica para profissionais e sociedade em geral diante de casos sobre herança digital, pois há divergências entre tribunais superiores e estaduais. Além disso, o tema revela uma tensão entre direitos: de um lado, o direito dos herdeiros de acessar bens digitais com valor econômico; de outro, a proteção da intimidade e da memória digital do falecido. Essa disputa evidencia a complexidade de equilibrar interesses patrimoniais e pessoais em um contexto jurídico em consolidação. O impacto social também é evidente, já que grande parte da vida contemporânea ocorre no ambiente digital. Assim, é essencial uma regulamentação capaz de proteger a privacidade e a memória afetiva, ao mesmo tempo em que viabilize a transmissão de bens digitais com valor patrimonial. **CONCLUSÃO:** O Direito está em constante transformação e precisa acompanhar os avanços tecnológicos, que hoje são indispensáveis em todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, a concretização da reforma do Código Civil será bem-vinda, pois aborda de forma necessária e atual a temática da sucessão, especialmente no que se refere à herança digital.

Palavras-chave: direito civil, reforma, sucessão hereditária, herança digital.

XENOTRANSPLANTE NO BRASIL: UM DESAFIO PARA A BIOÉTICA E O DESENVOLVIMENTO NORMATIVO

Autores: Davi Gomes Macêdo, Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco, José Ricardo Fortes de Assis

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ESTUDOS EM DIREITO

RESUMO:

O Xenotransplante é uma prática médica que possui vestígios de seus registros históricos conservados até o século XVII, quando Richard Lower realizou os primeiros transplantes malsucedidos em 1666. Embora essas tentativas pioneiras não tenham avançado mais devido ao conhecimento científico ou limitações legais nos séculos seguintes, este assunto torna-se extremamente relevante nos debates médicos e legais modernos. Isso é explicado pelo rápido desenvolvimento das biotecnologias modernas que tornaram a xenotransplante uma área promissora para enfrentar o problema global do déficit de órgãos. No contexto do transplante de órgãos, animais geneticamente modificados surgiram como uma possível solução devido à sua compatibilidade com muitos parâmetros fisiológicos, bem como à possibilidade técnica de eliminar a rejeição imunológica por meio da engenharia genética. Contudo, no Brasil, a falta de regulamentação específica cria insegurança jurídica, dificultando severamente a pesquisa científica e o possível desenvolvimento da biomedicina. Xenotransplante no Brasil: Um Desafio para a Bioética e Desenvolvimento Normativo. O objetivo deste artigo é compreender as limitações legislativas e questões bioéticas enfrentadas atualmente pela prática de xenotransplantes no Brasil. Também objetiva-se explicar a necessidade de criar um sistema regulatório sócio-temporal que permita o desenvolvimento da ciência de forma ética. A pesquisa baseia-se na tipologia qualitativa, descritiva e exploratória e foca na análise de documentação legislativa. A base fundamental envolve análise bibliográfica na forma de fontes primárias, como as Leis nº 9.434/1997, Lei nº 11.105/2005 e leis primárias com competências da ANVISA e CTNBio, e acordos internacionais. Além disso, o material para a análise foram artigos científicos existentes e relatórios científicos disponíveis em bases de dados como Scielo, Google Scholar. A análise subsequente foi usada para identificar as seguintes categorias: proibições a nível legislativo; riscos a nível ético; modelos internacionais; propostas de normas. Os resultados identificaram uma séria proibição à pesquisa científica. As normas atuais de proibição na legislação brasileira estendem-se unicamente a transplantes entre humanos, bem como ao uso de qualquer OGM. Por outro lado, a demonstração é representada pela falta de hierarquia legislativa para este tipo de prática entre ANVISA, CTNBio e ConEP com ênfase na falta de normas civis, criminais e administrativas direcionadas a possíveis acidentes, bem como a ausência de diretrizes sobre a humanização genética de animais. Já em contraste com a biomedicina, os Estados Unidos realizaram vários transplantes exitosos e experimentais, enfatizando assim a relativa prisão de radicais no Brasil. Além disso, o destaque em problemas bioéticos representa o consentimento informado, perigo epidemiológico e questões de direitos dos animais. Xenotransplante é uma esfera viável e em rápido desenvolvimento que rapidamente resolve o problema do déficit de órgãos na medicina humana. No entanto, pode desenvolver-se ao máximo apenas dentro do quadro normativo sócio-legal que o permita. Apenas a criação de um sistema legal baseado em princípios científicos e bioéticos permitirá seu desenvolvimento responsável e em nível internacional, garantindo a segurança dos pacientes, biossegurança e saúde pública de toda a sociedade.

Palavras-chave: Xenotransplante, Bioética, Biossegurança



DIREITO MÉDICO: OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA TELEMEDICINA À LUZ DA LEGISLAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Autores: Juliana Alves Albuquerque, Allany Dores Oliveira Hudson, Jefferson de Andrade Costa, Jessika Rebelo Fontenele, Luiza Marcia Carvalho Dos Reis

Filiação Institucional: Afya faculdade Parnaíba

Área Temática: ESTUDOS EM DIREITO

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A pandemia de Covid-19 impulsionou profundas transformações na área da saúde, consolidando a telemedicina como uma alternativa viável para a prestação de serviços médicos. No Brasil, essa prática ganhou destaque nos setores público e privado, impulsionada pelo uso intensivo de tecnologias que buscam ampliar o acesso da população a um direito fundamental: a saúde, garantido pela Constituição Federal de 1988 e por tratados internacionais. A medicina praticada de forma remota se estabeleceu pela praticidade e pelo alcance a regiões vulneráveis e desassistidas. Entretanto, essa nova abordagem ainda enfrenta desafios significativos, principalmente no campo do Direito Médico. Questões envolvendo responsabilidade civil e penal, sigilo médico, consentimento informado e aspectos ligados à bioética tornam-se centrais nesse novo cenário. **OBJETIVO:** O presente estudo tem como objetivo analisar os desdobramentos jurídico-sociais da telemedicina à luz da legislação vigente, com destaque para a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e os princípios éticos que regem a atuação dos profissionais de saúde, evidenciando a responsabilização médica e os riscos envolvidos. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, utilizando fontes normativas, legislações aplicáveis e o Código de Ética Médica, com enfoque qualitativo. A análise considerou os aspectos jurídicos relacionados ao atendimento remoto, especialmente no que diz respeito à proteção de dados, segurança da informação e aos impactos na relação médico-paciente. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Entre os principais achados, destaca-se a fragilidade da relação médico-paciente no ambiente virtual, que pode comprometer a confiança, a qualidade do atendimento e a comunicação efetiva. Observa-se, ainda, a existência de riscos concretos de violação do sigilo profissional e vazamento de informações pessoais sensíveis, especialmente em plataformas que não adotam protocolos adequados de segurança digital. A ausência de um arcabouço jurídico específico e detalhado para regulamentar a prática da telemedicina no Brasil contribui para a insegurança jurídica e pode acarretar responsabilizações indevidas ou omissões por parte dos profissionais. Além disso, o consentimento informado, quando obtido de forma eletrônica, ainda levanta questionamentos quanto à sua validade jurídica, especialmente diante da assimetria de informação entre médico e paciente. A discussão evidenciou a necessidade de normas claras e atualizadas que orientem a atuação dos profissionais de saúde nesse novo cenário, assegurando a proteção dos direitos fundamentais dos pacientes. **CONCLUSÃO:** Em suma, embora a telemedicina represente um avanço na democratização do acesso à saúde, sua consolidação requer um fortalecimento do marco regulatório, com especial atenção à segurança da informação, à ética médica e à responsabilidade civil. A atuação médica remota deve ser respaldada por instrumentos legais que garantam segurança jurídica para profissionais e pacientes, de forma a promover um exercício ético, responsável e alinhado às novas demandas da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Telemedicina, Direito Médico, Responsabilidade Civil, Comunicação, tecnologia.

A PENA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: SUAS FUNÇÕES E PROPÓSITOS

Autores: Dominique Dos Santos Oliveira Da Silveira, Stella Cristina de Carvalho Souza
Garcês Miranda

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE PARNAÍBA

Área Temática: ESTUDOS EM DIREITO

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O Direito Penal brasileiro tem como objetivo a proteção dos bens jurídicos mais relevantes para a convivência em sociedade. Nesse contexto, a pena surge como um dos principais instrumentos do Estado para responsabilizar quem viola a lei penal. Segundo o art. 59 do Código Penal, a função da pena, entretanto, não se limita à punição. Ela envolve também aspectos de prevenção e possibilidade de reintegração social do condenado. A reflexão sobre esse tema é essencial, pois o excesso punitivo pode levar a violações de direitos, enquanto sua ausência comprometeria a ordem social. Ao mesmo tempo é importante a discussão sobre o viés de ressocialização por trás da pretensão punitiva estatal de modo que seja possível a reinserção no seio social. **OBJETIVO:** Compreender as funções atribuídas à pena no Direito Penal brasileiro, discutindo suas dimensões de punição, prevenção e ressocialização, além dos desafios relacionados à sua aplicação prática. **METODOLOGIA:** O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica exploratória em obras introdutórias de Direito Penal, artigos científicos e documentos normativos buscados em bases de dados com Scielo e Google Acadêmico. A análise dos materiais permitiu a construção de uma visão clara e crítica sobre o papel da pena no sistema jurídico e suas respectivas implicações. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa mostrou que a pena desempenha funções múltiplas. A primeira é a retributiva, que busca punir o infrator pelo mal causado à sociedade. A segunda é a preventiva, que se divide em prevenção geral, ao transmitir à coletividade a mensagem de que o crime não compensa, e prevenção especial, ao tentar impedir que o próprio condenado volte a delinquir. Por fim, destaca-se a função ressocializadora, que tem como objetivo oferecer condições para a reintegração social do apenado. Apesar dessas funções, na prática, o sistema penitenciário brasileiro enfrenta sérios desafios, como a superlotação carcerária, a reincidência criminal e a ausência de políticas efetivas de ressocialização, o que compromete a finalidade da pena enquanto instrumento de justiça e transformação social. **CONCLUSÃO:** A análise permitiu verificar que a pena, no Direito Penal brasileiro, não deve ser vista apenas como castigo, mas como mecanismo de proteção social e de promoção de justiça. Contudo, a efetividade de suas funções depende de uma aplicação equilibrada e da existência de políticas públicas que priorizem a dignidade humana. Refletir sobre esse tema é essencial para os futuros operadores do Direito, pois estimula a busca por soluções mais humanas e eficazes no enfrentamento da criminalidade.

Palavras-chave: Palavras-chave: Direito Penal; Pena; Ressocialização; Prevenção.



ATUAÇÃO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE PARNAÍBA NA DOAÇÃO DE CÓRNEAS: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA PARA O CRESCENTE NÚMERO DE TRANSPLANTES

Autores: Augusto Herbert Azevedo Silva, Gabriel Luiz Araújo dos Santos, Lara Santos de Oliveira, Thalles Barbosa de Sousa, Maria da Graça Borges de Moraes Castro

Filiação Institucional: UESPI

Área Temática: ESTUDOS EM DIREITO

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A doação de órgãos é um ato de altruísmo essencial para pacientes em filas de transplante. Apesar dos avanços médicos, a prática enfrenta ceticismo social, implicando uma colisão entre o direito à vida (receptor) e o direito à integridade física (doador). Isto exige ponderação de valores. Frequentemente, a decisão recai sobre os familiares, na ausência de declaração prévia do falecido. O Instituto Médico Legal (IML) de Parnaíba-PI ganha destaque, atuando com a Secretaria de Saúde do Piauí. O pioneirismo na coleta de córneas resulta da orientação prestada por servidores, que esclarecem dúvidas e superam ideias equivocadas, concretizando a empatia. **OBJETIVO:** O IML de Parnaíba-PI é peça-chave no aumento de doações de córnea no Piauí, fomentando a conscientização populacional. A Secretaria da Saúde (SESAPI) registrou um aumento de 150% nas doações em 2024 (comparado a 2023) no Hospital Dirceu Arcoverde. A colaboração do IML é crucial na captação de doações pela sensibilização em Parnaíba e municípios adjacentes. Em maio de 2024, 47% das doações provieram do IML. Ao modular a percepção social, o IML amplia a adesão familiar, colaborando para o aumento das doações e beneficiando pacientes na fila de transplante, que buscam restaurar a visão. **METODOLOGIA:** O presente relato de experiência originou-se de visita técnica ao Núcleo Regional de Polícia Científica (NRPC) de Parnaíba, detalhando o procedimento local de doação de córneas. Baseado em dados da visita, websites, legislação e doutrina, o estudo adota caráter explicativo. Analisa-se, sob a ótica da medicina forense, o procedimento de captura de doadores post mortem de córneas e as etapas para o êxito da doação. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** A bioética é crucial nos transplantes de órgãos, buscando equilibrar avanços científicos, dignidade humana e justiça. Sá e Naves (2023) abordam a importância do consentimento informado (doador ou familiares), destacando a Lei n. 9.434/97, que regulamenta os transplantes no Brasil. Isso evidencia a necessidade de capacitação dos servidores do IML na abordagem familiar. A legislação brasileira exige autorização familiar, mesmo com documento de doador, respeitando a autonomia e questões emocionais. A doação de córneas levanta questões específicas, dada sua vulnerabilidade; a bioética reforça a necessidade de procedência ética, evitando a comercialização. Sá e Naves (2023) também defendem a doação pareada (troca de órgãos entre incompatíveis), desde que observados os princípios bioéticos. A bioética guia a prática médica e a legislação, assegurando que a evolução tecnológica sirva ao bem-estar humano sem comprometer valores éticos. **CONCLUSÃO:** A atuação do IML de Parnaíba-PI impacta significativamente o aumento das doações de córnea no Piauí. A parceria com a Secretaria de Saúde, a capacitação dos servidores na abordagem familiar e a ênfase na bioética geraram resultados expressivos. A bioética é crucial para equilibrar avanços médicos com dignidade humana, consentimento e justiça. O IML de Parnaíba consolida-se como exemplo de atuação ética e humanizada, fomentando a conscientização social sobre o tema.

Palavras-chave: Medicina, Córnea, Doação, Legislação, Parnaíba.



GESTÃO EM SAÚDE E ENFERMAGEM GINECOLÓGICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER

Autores: Everson Charllison da Silveira, Thiago Santos Garces, Samuel Miranda Mattos

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: GESTÃO EM SAÚDE

RESUMO:

Introdução: A atenção à saúde da mulher, especialmente nos aspectos ginecológicos, é estratégica para garantir a integralidade do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). A enfermagem ginecológica desempenha papel central no acompanhamento clínico, na prevenção de agravos, na promoção da saúde sexual e reprodutiva e na educação em saúde. Suas ações incluem rastreamento do câncer de colo do útero e de mama, orientação sobre métodos contraceptivos, planejamento familiar e monitoramento do bem-estar físico e emocional da mulher. A gestão em saúde oferece suporte essencial ao organizar fluxos assistenciais, definir protocolos clínicos, monitorar indicadores de qualidade e fortalecer políticas que ampliem o acesso aos serviços, promovendo maior resolutividade, eficiência e humanização do cuidado. Diante disso, torna-se relevante mapear a produção científica que discute a interface entre gestão, enfermagem ginecológica e saúde da mulher, identificando avanços, lacunas e perspectivas para a qualificação da assistência. **Objetivo:** O estudo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a atuação da enfermagem ginecológica na gestão da saúde da mulher, com foco nos avanços, desafios e perspectivas para aprimorar a prática profissional e a qualidade do cuidado. **Metodologia:** A revisão foi conduzida nas bases PubMed, SciELO, LILACS e Google Acadêmico, utilizando descritores em português, inglês e espanhol relacionados a “saúde da mulher”, “enfermagem ginecológica” e “gestão em saúde”. Foram incluídos artigos publicados entre 2013 e 2023 que abordassem práticas assistenciais e dimensões organizacionais aplicadas ao cuidado ginecológico. Trabalhos duplicados, revisões narrativas sem rigor metodológico e artigos sem acesso ao texto completo foram excluídos. Após triagem e análise de elegibilidade, 34 estudos foram selecionados para análise detalhada. **Resultados e Discussão:** A análise dos estudos revelou três tendências principais. Primeiro, evidencia-se o papel central da enfermagem ginecológica na prevenção de agravos, incluindo rastreamento de câncer, planejamento reprodutivo e orientação em saúde sexual. Segundo, destaca-se a relevância da gestão em saúde para estruturar linhas de cuidado, definir protocolos clínicos, capacitar profissionais e ampliar o acesso das mulheres aos serviços. Terceiro, foram identificados desafios recorrentes, como sobrecarga profissional, insuficiência de recursos, baixa adesão às práticas preventivas, lacunas na educação continuada e necessidade de integração multiprofissional. A articulação entre gestão eficiente e atuação da enfermagem fortalece a integralidade e a humanização do cuidado, contribuindo para reduzir desigualdades em saúde. No entanto, persistem lacunas na implementação de tecnologias de informação, no reconhecimento institucional do enfermeiro e na qualificação contínua dos profissionais. **Conclusão:** A enfermagem ginecológica, apoiada por processos de gestão em saúde, é essencial para qualificar a atenção à saúde da mulher, promovendo práticas resolutivas, humanizadas e sustentáveis. Apesar dos avanços observados, persistem desafios relacionados à infraestrutura, capacitação profissional e adesão da população feminina às ações de saúde. Torna-se necessário investir em políticas públicas que valorizem a atuação da enfermagem ginecológica, fortaleçam sua integração com a gestão em saúde e promovam equidade no acesso aos serviços, consolidando práticas assistenciais de qualidade no SUS.

Palavras-chave: Palavras-chave: saúde da mulher, enfermagem ginecológica, gestão em saúde, revisão integrativa, integralidade da assistência.

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTOXICAÇÕES EXÓGENAS POR MEDICAMENTOS NO PIAUÍ ENTRE 2020 E 2024

Autores: Wanderson da Silva Nery, Yana Elisa Arrosi, Emanuel Antonio Barros Castelo Branco, Kamyla Victória Santos Oliveira, Marina Quaresma, Artur Teixeira, Émylle Carvalho Freitas, Letícia Martins Loiola, Camila Silveira, Marcos Aurélio Lima Barros

Filiação Institucional: Afya Parnaíba

Área Temática: GESTÃO EM SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: No Brasil, as intoxicações exógenas representam uma parcela significativa dos atendimentos de urgência, refletindo desafios no armazenamento, uso racional de substâncias e saúde mental. Os medicamentos, em particular, são os principais agentes envolvidos na maioria dos casos notificados de intoxicação exógena, inclusive com fins de suicídio. Diante desse cenário nacional, torna-se essencial investigar as particularidades regionais referentes a esse tipo de intoxicação no estado do Piauí, visando obter fomento para subsídios de ações locais. **OBJETIVOS:** Analisar o perfil epidemiológico das intoxicações exógenas por medicamentos no Piauí entre 2020 e 2024. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico transversal, de abordagem quantitativa, baseado em dados provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foram analisadas as notificações de intoxicações exógenas registradas no estado do Piauí no período de 2020 a 2024. Os dados foram obtidos por meio da base do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e posteriormente tabulados e organizados de acordo com as seguintes variáveis: tipo de intoxicação, ano de ocorrência, circunstância do evento, faixa etária e público afetado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Entre 2020 e 2024, foram notificados no Piauí 6.160 casos de intoxicação exógena por medicamentos. O ano de 2024 apresentou o maior número de ocorrências, com 1.642 casos, seguido de 2023 (1.451), 2022 (1.187), 2021 (1.143) e 2020 (737). As principais causas dessas intoxicações foram: tentativa de suicídio (4.282 casos), ingestão acidental (392) e uso terapêutico inadequado (341). Quanto à faixa etária, observaram-se 1.204 casos entre crianças e adolescentes de 1 a 14 anos, 1.211 casos entre 15 e 19 anos, 2.641 entre 20 e 39 anos, 898 entre 40 e 59 anos, e 205 em indivíduos com 60 anos ou mais. No que se refere ao sexo, as mulheres foram as mais afetadas, com 4.600 casos, enquanto os homens representaram 1.559 notificações. Além disso, 48 casos ocorreram em gestantes. Em relação à raça/cor, 4.008 pessoas se autodeclararam pardas, 534 brancas, 201 pretas e 32 amarelas; em 1.379 notificações, essa informação foi ignorada. Por fim, quanto ao tipo de exposição, 3.306 casos decorreram de exposição aguda única, 837 de exposição aguda repetida, e 91 de exposição crônica. **CONCLUSÃO:** Os achados deste estudo demonstram que as intoxicações exógenas por medicamentos constituem um relevante desafio de saúde pública no Piauí, com aumento expressivo dos casos ao longo do período analisado, especialmente em 2024. A maior frequência entre mulheres jovens e adultos de 20 a 39 anos, associada à predominância das tentativas de suicídio como principal causa, evidencia a necessidade de fortalecer as políticas de saúde mental, acolhimento psicológico e uso seguro de medicamentos. A ocorrência significativa entre crianças e adolescentes também aponta para falhas na armazenagem doméstica e no cuidado supervisionado. A predominância de casos agudos indica exposições pontuais, frequentemente evitáveis com educação em saúde e vigilância adequada. Assim, os resultados reforçam a importância de ações intersetoriais, com enfoque na prevenção, promoção do uso racional de fármacos e fortalecimento da rede de atenção psicossocial, contribuindo para a redução da morbimortalidade por intoxicações no estado.

Palavras-chave: Intoxicação exógena, Medicamentos, Perfil Epidemiológico.



LUXAÇÕES, ENTORSES E DISTENSÕES ENVOLVENDO REGIÕES MÚLTIPLAS DO CORPO: PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2025

Autores: Silvio Araujo Mariz Junior, Ana Beatriz Pereira Riotinto, Pedro Guilherme Barata Machado Barros, Maria José Neves Osterno Aguiar, Antônio Charles De Oliveira Junior, Leonardo Ferreira Braz Lima

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: GESTÃO EM SAÚDE

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A Classificação Internacional de Doenças (CID-10), em sua categoria T03, abrange as morbidades relacionadas a luxações, entorses e distensões que acometem múltiplas regiões do corpo humano. Esses agravos correspondem a lesões musculoesqueléticas frequentemente associadas a traumas mecânicos, esforços físicos intensos ou movimentos bruscos que excedem o limite fisiológico das articulações e tecidos adjacentes. Tais ocorrências são comuns em atividades esportivas, tanto em contextos recreativos quanto em competições profissionais, sendo observada maior incidência entre atletas de alto rendimento devido à sobrecarga física e à repetição de gestos esportivos específicos. Além do impacto direto na saúde e funcionalidade dos indivíduos, essas lesões representam um importante problema de saúde pública, gerando custos hospitalares, afastamentos laborais e prejuízos à qualidade de vida. **OBJETIVO:** Identificar o perfil epidemiológico das internações hospitalares decorrentes de luxações, entorses e distensões no município de Parnaíba, Piauí, no período compreendido entre os anos de 2020 e 2025. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico, transversal, quantitativo e retrospectivo de caráter temporal. Foram analisados dados provenientes do Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), disponibilizados por meio da plataforma DATASUS/Tabnet. As variáveis consideradas incluíram: ano de processamento, caráter do atendimento, sexo, faixa etária e cor/raça, possibilitando uma análise descritiva do comportamento dos casos ao longo dos anos avaliados. **RESULTADOS:** Durante o período analisado, registraram-se 419 internações associadas a essas morbidades. O ano de 2023 apresentou o maior número de ocorrências, totalizando 108 casos (26%). O sexo masculino foi o mais acometido (62%), com predomínio da cor parda (43%) e maior concentração na faixa etária entre 20 e 29 anos (22%). Em quase todos os casos, o atendimento ocorreu em caráter de urgência (99%). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o perfil epidemiológico dos pacientes internados por luxações, entorses e distensões em Parnaíba-PI caracteriza-se predominantemente por homens jovens, pardos, entre 20 e 29 anos, com necessidade de atendimento emergencial. Tais achados reforçam a importância do planejamento e da implementação de políticas públicas voltadas à prevenção dessas lesões, à promoção da saúde musculoesquelética e à oferta de assistência qualificada, visando reduzir a incidência e os impactos sociais e econômicos dessas condições no município.

Palavras-chave: Luxações Articulares, Entorses e Distensões, Exercício físico



COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E LIDERANÇA DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA

Autores: Everson Charllison da Silveira, Jessica Raianne de Carvalho Silva, Ana Beatriz Fortes Siqueira, Viviane Braga do Nascimento, Adriana Sousa da Silva

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: GESTÃO EM SAÚDE

RESUMO:

Introdução: A atuação do profissional de enfermagem vai além do cuidado direto ao paciente, englobando também funções de gestão e liderança, essenciais para a qualidade e a segurança do cuidado em saúde. Enfermeiros que assumem cargos de coordenação ou liderança são responsáveis por organizar equipes, distribuir tarefas, otimizar recursos, promover a capacitação profissional e garantir a implementação de protocolos baseados em evidências. A liderança eficaz contribui para a motivação da equipe, melhora a resolução de problemas, fortalece a comunicação interprofissional e impacta diretamente na satisfação do paciente e nos resultados organizacionais. Apesar da relevância, desafios como sobrecarga de trabalho, falta de capacitação formal em gestão e dificuldade na tomada de decisão ainda são frequentes, tornando relevante mapear a produção científica sobre o tema. **Objetivo:** Realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a atuação do profissional de enfermagem em gestão e liderança, identificando competências exigidas, estratégias adotadas, desafios enfrentados e perspectivas para a qualificação do cuidado e da gestão em serviços de saúde. **Metodologia:** A revisão foi conduzida nas bases PubMed, SciELO, LILACS e Google Acadêmico, utilizando descritores em português, inglês e espanhol relacionados a “gestão em enfermagem”, “liderança de enfermagem”, “enfermeiro gestor” e “qualidade do cuidado”. Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2023 que abordassem práticas de gestão e liderança, competências profissionais, formação e resultados organizacionais. Excluíram-se trabalhos duplicados, revisões narrativas sem rigor metodológico e artigos sem acesso completo. Após triagem e análise de elegibilidade, 26 estudos foram selecionados para análise detalhada. **Resultados e Discussão:** A síntese dos estudos revelou três tendências centrais. Primeiramente, os enfermeiros desempenham papel estratégico na coordenação de equipes, gestão de recursos, planejamento de atividades e implementação de protocolos clínicos, influenciando diretamente a qualidade do cuidado e a segurança do paciente. Em segundo lugar, a liderança efetiva envolve competências como tomada de decisão, resolução de conflitos, comunicação assertiva e motivação da equipe, sendo essencial para promover um ambiente de trabalho colaborativo e produtivo. Terceiro, os desafios mais recorrentes incluem sobreposição de funções assistenciais e administrativas, falta de formação específica em gestão, resistência de equipes e pressões institucionais por resultados. Observa-se que programas de capacitação em gestão e liderança, aliados a estratégias de mentoria e suporte institucional, contribuem significativamente para fortalecer a atuação do enfermeiro gestor. Os estudos também destacam a necessidade de reconhecimento formal da função de liderança na enfermagem e de integração com políticas organizacionais e de saúde. **Conclusão:** A revisão integrativa evidencia que a gestão e liderança do profissional de enfermagem são fundamentais para a qualidade do cuidado, motivação das equipes e eficiência dos serviços de saúde. Apesar de avanços na formação e reconhecimento da importância da liderança, persistem desafios relacionados à capacitação, sobrecarga de funções e integração institucional. Investir em programas de desenvolvimento de competências em gestão e liderança e promover o reconhecimento formal do enfermeiro gestor representam estratégias essenciais para consolidar práticas assistenciais mais resolutivas, humanizadas e sustentáveis.

Palavras-chave: gestão em enfermagem, liderança de enfermagem, enfermeiro gestor, revisão integrativa, qualidade do cuidado.

INTEGRAÇÃO DO GEOGEBRA AO ENSINO DE MATEMÁTICA: TECNOLOGIAS DIGITAIS E GESTÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO

Autores: Nildo Sena Ribeiro Filho, Maria Carolina Cascino da Cunha Carneiro, Erick dos Santos Ribeiro

Filiação Institucional: Centro Universitário SENAC - Santo Amaro - São Paulo

Área Temática: TECNOLOGIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

RESUMO:

A inserção das tecnologias digitais no ambiente educacional tem promovido transformações significativas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente no ensino da matemática. Essa mudança reflete a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas às demandas da sociedade contemporânea, que valoriza o uso de recursos tecnológicos como instrumentos de mediação do conhecimento. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o uso do software GeoGebra como ferramenta pedagógica, com foco em uma abordagem interdisciplinar. A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, fundamentada em publicações científicas produzidas entre os anos de 2020 e 2025. O levantamento das obras e estudos existentes possibilitou identificar como o GeoGebra tem sido incorporado em diferentes etapas do ensino, especialmente no trabalho com conteúdo de geometria plana, geometria espacial, álgebra e funções. Os resultados parciais apontam que o uso do software contribui de maneira expressiva para a visualização dos conceitos matemáticos, tornando a aprendizagem mais concreta e acessível aos estudantes. Além disso, observa-se que o GeoGebra, quando utilizado de forma planejada e articulada com os objetivos de ensino, favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, do pensamento crítico e da autonomia intelectual. Outro aspecto relevante é o aumento da participação dos alunos nas atividades, que passam a interagir de modo mais ativo na construção do conhecimento. A utilização desse recurso digital também potencializa a interdisciplinaridade, permitindo a integração entre a matemática e outras áreas do saber, o que torna o processo de ensino mais significativo e contextualizado. Assim, conclui-se que o GeoGebra se mostra uma ferramenta eficaz para dinamizar as aulas, despertar o interesse dos estudantes e atender às exigências da educação atual, que valoriza práticas inovadoras e interativas. Dessa forma, o uso pedagógico do software representa uma contribuição relevante para o aprimoramento do ensino da matemática e para a formação de alunos mais críticos e autônomos.

Palavras-chave: Matemática; GeoGebra; tecnologia; interdisciplinaridade.



O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE

Autores: Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda, Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco, Geilson Silva Pereira, Thaís Silva Alves Galvão, Leidyane França Liberato, Clesivane do Socorro Silva do Nascimento

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ÁREA TRANSDICIPLINAR

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A extensão universitária, ao lado da pesquisa e da extensão, forma um dos pilares do ensino superior no Brasil de acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996). A extensão universitária busca estreitar os laços entre a universidade e a sociedade de forma que os discentes possam, desde o âmbito acadêmico, aliar a teoria à prática. Dessa forma o estudante assume um papel de extrema importância, pois se torna um agente ativo na construção do conhecimento e na busca de soluções para problemas reais. É por meio da extensão que os saberes populares e os científicos se conectam em um processo de trocas que permite a transformação da comunidade e o contexto em que está inserida. **OBJETIVO:** O objetivo do presente estudo é analisar de que modo a extensão universitária contribui para a formação acadêmica dos discentes destacando suas contribuições na formação ética, profissional e social bem como a importância na consolidação de uma educação superior mais humanizada e comprometida com o desenvolvimento social. **METODOLOGIA:** Para a realização do presente estudo foi realizada uma revisão bibliográfica com base em artigos científicos, documentos institucionais e legislações educacionais publicadas entre 2019 e 2024. Trata-se ainda de uma pesquisa descritiva e qualitativa que teve como bases os dados que constam no SciELO, Google Acadêmico e Portal CAPES e cuja temática central se refere a integração entre extensão, ensino e pesquisa e a formação cidadã e profissional dos estudantes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir dos textos analisados é possível perceber o papel da atividade extensionista no âmbito superior uma vez que promove aprendizado significativo ao permitir que o estudante aplique na prática o que aprende em sala de aula. Também é através dela que é possível o desenvolvimento de competências socioemocionais como a empatia, a liderança, a comunicação, a ética e a responsabilidade social. É pelo contato com as comunidades, organizações sociais e instituições que o aluno compreende melhor a realidade do país e a função social da universidade. O discente, ao entrar em contato com problemas reais, pode encontrar soluções sustentáveis e interdisciplinares para a sua resolução e ampliar sua consciência como agente de transformação social. Além disso, a extensão fortalece o vínculo entre a universidade e a comunidade ao fazer o ensino ser mais dinâmico, contextualizado e participativo. É por meio dela que se pode ter uma visão mais ampla das distintas realidades sociais e, assim, ter profissionais mais sensíveis às diversidades humanas. **CONCLUSÃO:** É por meio da extensão universitária que o discente pode ter uma formação acadêmica de forma integral, pois há articulação entre teoria e prática. A partir da extensão é possível formar cidadãos mais conscientes de seus papéis e engajados com o desenvolvimento social. Ela deve ser entendida como uma possibilidade de, no Ensino Superior, dar novos ares a práticas pedagógicas bem como de fortalecer a missão social da sociedade.

Palavras-chave: Extensão; Universidade; Sociedade



ESCUITA ATIVA NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE: UMA FERRAMENTA DE HUMANIZAÇÃO

Autores: Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda, Giovanna Peressin da Paz,
Alinne Marília Moraes Carneiro, Demétrio Felix Beltrão da Silva

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ÁREA TRANSDISCIPLINAR

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A prática de uma Medicina humanizada pede o desenvolvimento de uma comunicação assertiva entre médico e paciente. Para tanto é necessário que a troca de informações entre ambos seja pautada pela empatia, acolhimento e uma compreensão além dos aspectos físicos. É dentro desse contexto que surge a escuta ativa: o ato de ouvir com atenção, sem interrupções e com interesse genuíno que permite a construção de uma relação de confiança capaz de favorecer o diagnóstico e aumentar a adesão ao tratamento. É por meio dessa escuta que o profissional pode compreender as angústias, expectativas e valores do paciente assim como praticar uma Medicina mais humana, ética, empática e centrada na pessoa. **OBJETIVO:** O objetivo do resumo é analisar a relevância da escuta ativa no contexto da comunicação médico-paciente a fim de melhorar a qualidade do atendimento, promover o fortalecimento do vínculo terapêutico e permitir um cuidado integral bem como destacar os principais benefícios dela na construção de uma relação médico - paciente mais humanizada e eficaz. **METODOLOGIA:** A presente pesquisa é uma revisão de literatura de caráter descritivo e qualitativo sobre o tema levando em conta artigos publicados nas bases de dados do Scielo e PubMed. Os textos selecionados tratam da temática referente à comunicação interpessoal na área médica, escuta ativa e humanização do cuidado médico. A análise procurou reconhecer aspectos teóricos e práticos sobre o impacto positivo da prática da escuta ativa no atendimento e adesão ao tratamento. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a análise dos materiais verifica-se que praticar escuta ativa permite melhora significativa na satisfação do paciente, além de aumentar a adesão ao tratamento proposto e reduzir as chances de possível erro de diagnóstico. O médico, ao demonstrar interesse genuíno pela fala do paciente, é capaz de captar informações que transcendem a sua linguagem verbal fazendo com que compreenda melhor o contexto de desenvolvimento da doença e o que está por trás dele. O paciente, por sua vez, se sente valorizado e acolhido pelo profissional e, assim, cria um vínculo que é favorável ao atendimento da conduta terapêutica traçada. Por outro lado, as pesquisas mostram que a ausência de uma escuta ativa é causa de conflitos, insatisfação e falha na comunicação em saúde. Utilizar uma escuta ativa exige uma compreensão da linguagem não verbal através das manifestações corporais, contato visual e silêncio no momento oportuno. **CONCLUSÃO:** A partir do que foi exposto, é possível concluir que a escuta ativa é uma competência de extrema relevância para o desenvolvimento de uma Medicina mais humanizada, pois torna possível um atendimento acolhedor, empático e eficaz. Quando o médico a pratica permite que o paciente seja compreendido de forma integral, pois entende o corpo, a mente e o contexto em que vive. Isso, por sua vez, possibilita um diagnóstico mais preciso e um tratamento mais adequado. Sendo assim, realizar uma escuta ativa do paciente fortalece a relação entre o médico e o paciente além de viabilizar uma prática profissional ética, humana e voltada ao ser humano na compreensão da sua integralidade.

Palavras-chave: Medicina humanizada; escuta ativa; comunicação.



RODA DE CONVERSA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Autores: Jefferson de Andrade Costa, Juliana Alves Albuquerque, Allany Doros Oliveira Hudson, Jessika Rebelo Fontenele, Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda, Luiza Marcia Carvalho Dos Reis

Filiação Institucional: Afya Faculdade Parnaíba-PI

Área Temática: ÁREA TRANSDICIPLINAR

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A violência doméstica é um assunto que tem promovido debates no meio social e acadêmico, pois tem atingindo um número significativo de vítimas. São vários os tipos dessa violência, que podem ser de natureza psicológica, patrimonial, física, sexual e moral. **OBJETIVO:** Relatar as experiências vivenciadas na aula inaugural proposta pela Liga Acadêmica de Direito Médico e da Saúde-LADIMES, cuja temática foi sobre o Agosto Lilás, que tratou-se de uma roda de conversa com uma abordagem médica e jurídica sobre a violência doméstica. **METODOLOGIA:** Este trabalho configura-se como relato de experiência, sendo uma pesquisa qualitativa, pois descreve uma vivência, abordando os resultados e reflexões geradas a partir dela. O objeto de estudo relatado trata-se de uma aula inaugural da LADIMES, que ocorreu no dia 27 de agosto de 2025 às 18 horas, com duração de 3 horas. A mesma foi mediada pelo presidente da liga, além da participação de quatro profissionais, sendo eles da área da segurança pública e da saúde, como perito médico, delegada, psicóloga e defensora pública. O evento foi promovido gratuitamente e contou a emissão de certificados de participação para os estudantes inscritos. Em primeiro momento ocorreu a abertura da aula inaugural onde foi apresentada a LADIMES e seus membros para a comunidade acadêmica. Em seguida foram apresentados os palestrantes convidados para compor a roda de discussão e iniciou-se o diálogo com as perguntas que iam sendo realizadas pelo mediador. Foram feitas um total de doze perguntas desde sobre como equilibrar a escuta empática e o acolhimento emocional com a necessidade de encaminhamentos práticos para as esferas jurídicas, policiais e médicas sem sobrecarregar ainda mais a mulher, até sobre compreender o modelo atual de delegacias especializadas no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e sobre novos formatos de atendimento policial para casos de violência doméstica. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os palestrantes convidados se engajaram com a proposta da atividade e o público foi participativo e demonstrou interesse pela temática. Quanto mediador foi possível identificar que a roda de diálogo é rentável para a aprendizagem e abordagem de assuntos, pois os palestrantes convidados ao serem questionados, abriam espaço para que os demais profissionais contribuíssem quanto ao conteúdo, gerando engajamento com os presentes. Doze perguntas foram realizadas ciclicamente, tornando o bate-papo agradável. No final os alunos fizeram perguntas explorando a temática. Compreende-se que momentos assim são necessários para promover debates no meio acadêmico e aguçar o senso crítico dos alunos, contribuindo para expandir e aprimorar os conhecimentos destes sobre determinadas pautas de relevância social. **CONCLUSÃO:** Em suma, os resultados mostraram-se relevantes, pois é uma forma de reforçar a importância e implementação de atividades práticas como esta que foi apresentada, instigando os alunos a explorarem diferentes formas de trabalhar temas de impacto social e trazerem essas abordagens para dentro do espaço universitário, através de metodologias inovadoras, que vai além do método tradicional de ensino, pois dessa forma o aluno se torna protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: LADIMES, Aula inaugural, violência doméstica, roda de conversa.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO DIAGNÓSTICO: COMO A TEXTURA DE IMAGENS DE ULTRASSOM PODE IDENTIFICAR CÂNCER EM LINFONODOS

Autores: Antonione Santos Bezerra Pinto, Gabrielle Agostinho Rolim Marques, Vânia Cristina Costa de Vasconcelos Lima Carvalho, Thais Eugenio Gomes, Mariema Bona Paranagua da Paz, Giuliano da Paz Oliveira

Filiação Institucional: AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA

Área Temática: ÁREA TRANSDICIPLINAR

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A correta distinção entre linfonodos cervicais reacionais e neoplásicos é um desafio diagnóstico crucial, impactando diretamente o prognóstico e a conduta terapêutica de pacientes com linfonodomegalias. A ultrassonografia, método de imagem amplamente acessível e não invasivo, permite a avaliação morfológica, porém a análise subjetiva de suas imagens pode limitar a acurácia. Neste contexto, a análise de textura de imagens, base da radiômica, emerge como uma ferramenta computacional promissora para quantificar a heterogeneidade tecidual não perceptível ao olho humano, extraindo dados texturais que podem refletir alterações microestruturais subjacentes. **OBJETIVO:** Investigar o potencial de parâmetros texturais, extraídos de imagens de ultrassonografia cervical em modo B, para diferenciar linfonodos reacionais daqueles de origem neoplásica, utilizando confirmação histopatológica como padrão-ouro. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo analítico que avaliou 36 imagens ultrassonográficas de linfonodos cervicais, sendo 16 reacionais e 20 neoplásicos, todas com confirmação histopatológica. As imagens, adquiridas com equipamento GE LOGIQ E9 e transdutor linear (7,5-12 MHz), foram processadas pelo software MaZda para extração de parâmetros de textura baseados na matriz de co-ocorrência de níveis de cinza em múltiplas direções (0°, 45°, 90°, 135°) e distâncias ($d=1$ a 5). Parâmetros como Soma dos Quadrados (SumOfSqs), Diferença de Entropia (DifEntrp), Soma da Média (SumAverg) e Soma da Entropia (SumEntrp) foram calculados. A análise estatística comparativa entre os dois grupos foi realizada utilizando o teste não paramétrico de Mann-Whitney, adotando-se um nível de significância de $p < 0,05$. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dentre os diversos parâmetros texturais analisados, quatro demonstraram diferença estatisticamente significativa entre os grupos: SumOfSqs na direção S(1,-1) ($p<0,05$), DifEntrp em S(2,0) ($p<0,05$), SumAverg em S(4,0) ($p<0,05$) e SumEntrp em S(0,4) ($p<0,05$). Os linfonodos reacionais apresentaram maior dispersão e valores mais elevados para SumOfSqs, DifEntrp e SumEntrp, indicando maior heterogeneidade e complexidade textural. Em contrapartida, o parâmetro SumAverg mostrou-se significativamente mais elevado nos linfonodos neoplásicos. Estes achados estão alinhados com a fisiopatologia, onde a arquitetura desorganizada pela infiltração tumoral pode alterar padrões de distribuição de cinza, enquanto processos reacionais hiperplásicos podem gerar uma textura mais grosseira e heterogênea. Os resultados corroboram estudos recentes que utilizam radiômica em outras modalidades de imagem, reforçando o valor de biomarcadores texturais. **CONCLUSÃO:** A análise de textura radiômica demonstrou potencial para discriminar linfonodos cervicais reacionais e neoplásicos em imagens de ultrassonografia, com destaque para os parâmetros SumOfSqs, DifEntrp, SumAverg e SumEntrp. A metodologia apresenta-se como um valioso auxílio quantitativo ao diagnóstico, podendo, futuramente, ser integrada a algoritmos de inteligência artificial para aumentar a precisão e reduzir a subjetividade, contribuindo para condutas mais assertivas. A validação desses achados em coortes maiores e multicêntricas é essencial para sua incorporação na prática clínica.

Palavras-chave: Análise de Imagem, Linfonodo, Neoplasia, Ultrassonografia.



EDUCAÇÃO EM DIREITOS: A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS SOBRE SUAS GARANTIAS LEGAIS NO TRATAMENTO DO CÂNCER

Autores: Ana Cristina De Paula Brito, Joyce Pinho Bezerra, Ingrid Paula de Araujo Gomes

Filiação Institucional: LADIMES - Liga Acadêmica de Direito Médico e da Saúde (Afya Parnaíba-PI)

Área Temática: ÁREA TRANSDICIPLINAR

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O tratamento do câncer, caracterizado por longas jornadas de adoecimento, alto impacto social e financeiro, exige a plena concretização do direito constitucional à saúde, conforme o pressuposto da dignidade humana. A legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal, a Lei nº 14.238/2021 (Estatuto da Pessoa com Câncer) e a Portaria nº 874/2013, estabelece uma série de garantias legais, sociais e assistenciais destinadas a mitigar a vulnerabilidade do paciente oncológico e a garantir seu cuidado integral. Contudo, a mera existência formal dessas normas não assegura sua efetividade, frequentemente confrontada por entraves estruturais, insuficiência de recursos e inércia estatal, levando à crescente judicialização da saúde. Nesse contexto, a educação em direitos emerge como um fator crítico para o exercício pleno da cidadania e a garantia da tutela estatal digna. **OBJETIVO:** Ressaltar a importância do conhecimento dos pacientes oncológicos sobre suas garantias legais no tratamento do câncer, investigando a acessibilidade e o nível de ciência sobre os direitos sociais e a influência desse conhecimento na efetivação do tratamento. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica e documental de estudos que abordam o direito à saúde do paciente oncológico e a legislação aplicável, a partir de artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os achados indicam uma baixa proporção de pacientes oncológicos elegíveis que de fato conhecem seus direitos. Em um estudo com pacientes em início de tratamento, a maioria de baixa renda e atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a proporção de conhecimento sobre a maior parte dos 15 direitos sociais investigados permaneceu abaixo de 50%, chegando a menos de 5% para garantias como isenção de impostos e prioridade na tramitação de processos, sendo o auxílio-doença o único direito conhecido por mais da metade dos elegíveis (70,6%). A carência de acesso à informação é acentuada por fatores socioeconômicos e educacionais da população assistida, resultando na perda de benefícios essenciais para a qualidade de vida durante o tratamento. A ineficácia da tutela estatal é evidenciada pela lacuna entre a previsão legal e o acesso factual aos direitos, muitas vezes superada apenas pela instrumentalização judicial. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que o conhecimento das garantias legais não é apenas um instrumento de empoderamento, mas um componente indispensável do cuidado integral, que atua na superação das barreiras assistenciais e na redução das desigualdades. É imperativa a implementação de políticas públicas coordenadas e interinstitucionais que promovam ativamente a educação em direitos dentro das unidades de saúde, transformando o paciente oncológico de sujeito passivo para agente ativo na defesa de sua dignidade e na busca pela efetividade plena de seu direito à saúde.

Palavras-chave: Pacientes Oncológicos, Direitos Legais, Educação em Direitos, Acesso à Informação



RESUMOS EXPANDIDOS



PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO EM ADULTOS JOVENS NO NORDESTE BRASILEIRO (2018 A 2023)

Cândido de Almeida Athayde¹; Gabriella Gomes Maia Castello Branco¹; Marina
Ramos Silva; Juliana Gomes Loyola Reis Sotero ¹; Ayane Araújo Rodrigues²

julianagloyolar@gmail.com

¹ Discente do Curso de Medicina da Afya Parnaíba, Parnaíba - PI

² Docente do Curso de Medicina da Afya Parnaíba, Parnaíba - PI

ÁREA TEMÁTICA: Atenção a Saúde

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) é uma das principais causas de morte dentre as doenças cardiovasculares no Brasil e tem apresentado aumento expressivo entre adultos jovens, representando um grande desafio de saúde pública, marcado por desigualdades entre os estados e regiões. Este cenário evidencia a importância de novos estudos sobre IAM para embasar estratégias de prevenção, diagnóstico precoce mais eficazes voltadas à faixa etária em questão. **OBJETIVO:** Analisar o perfil clínico e os fatores de risco do Infarto Agudo do Miocárdio em adultos jovens na região Nordeste do Brasil. **METODOLOGIA:** O referente estudo tem caráter quantitativo descritivo e exploratório, classificando-se como um estudo transversal, baseado em revisões bibliográficas e dados epidemiológicos secundários acerca da prevalência de Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) entre adultos a partir de 20 anos da região Nordeste, provenientes de estudos e registros oficiais de saúde realizados no Brasil entre 2018 e 2023. Foram selecionados artigos científicos indexados em plataformas como SciELO e PubMed, bem como analisados dados registrados pela plataforma Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados apontaram um aumento de 23% nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) em adultos jovens na região Nordeste, destacando-se com maiores índices: Bahia e Pernambuco. A incidência dos casos foi mais frequente entre homens (68%), seguidos pelas mulheres (32%). Entre os principais fatores de risco identificados, sobressaíram o tabagismo (45%), obesidade (37%), histórico familiar de doença cardiovascular (29%) e hipertensão arterial (27%). Observou-se, ainda, que pessoas pardas e brancas apresentaram maior suscetibilidade à ocorrência do IAM, o que pode estar relacionado a desigualdades sociais e raciais. A análise sugere que a carência



de campanhas educativas e informativas voltadas à prevenção primária associada a disparidades regionais contribui para o desconhecimento dos sintomas iniciais e para a busca tardia por atendimento, resultando no agravamento dos desfechos clínicos evidenciando a necessidade de políticas públicas mais equitativas e direcionadas às populações vulneráveis da região. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o aumento dos casos de IAM em jovens nordestinos está fortemente relacionado a hábitos de vida inadequados e ao diagnóstico tardio, reforçando a necessidade de políticas públicas preventivas e campanhas educativas voltadas a esse grupo etário.

Palavras-chave: infarto agudo do miocárdio; adultos jovens; epidemiologia; fatores de risco.

INTRODUÇÃO

O Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) é uma doença cardiovascular cuja fisiopatologia envolve a morte de células cardíacas por oclusão parcial ou total das artérias coronárias, apresentando alta morbimortalidade. No Brasil, o IAM é a principal causa de morte entre as doenças cardiovasculares, sendo um desafio marcado por desigualdades regionais que afetam a incidência e os desfechos clínicos, devido a dificuldades de acesso à saúde e ao tratamento em tempo hábil (Bett et al., 2022).

No Nordeste, dados indicam aumento nas hospitalizações por IAM, com a segunda maior taxa do país. Entre 2018 e 2023, houve um acréscimo de cerca de 25%, totalizando 144.015 internações. A região também apresentou a maior taxa de mortalidade hospitalar por IAM, de 10,67% (Marques et al., 2024).

Segundo dados do Ministério da Saúde - DATASUS (Brasil, 2024) a caracterização da incidência por faixa etária e raça fornece uma visão ampliada sobre o impacto do IAM na população nordestina, apresentou variações que permitiu constatar desigualdades e possíveis determinantes sociais em saúde associados à mortalidade.

Apesar da maioria dos casos ocorrer em pessoas entre 50 e 69 anos, tem havido aumento expressivo entre adultos jovens (20 a 39 anos), grupo que demonstra maior vulnerabilidade devido a fatores como sedentarismo, obesidade, tabagismo, histórico familiar e alterações metabólicas (Cavalheiro et al., 2024; Menezes et al., 2024).

Um estudo em Salvador (BA) com adultos jovens (25 a 45 anos) evidenciou predomínio do sexo masculino. A dor torácica foi o principal sintoma, presente na maioria dos casos, todos com alterações nos marcadores de necrose miocárdica



(troponina) e submetidos ao cateterismo cardíaco. Muitos pacientes apresentavam sobrepeso e ausência de antecedentes familiares (Lima et al., 2019). Esse panorama reforça a importância de novos estudos sobre o IAM em jovens no Nordeste, considerando perfis clínico-epidemiológicos. Compreender essa realidade é fundamental para orientar estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e políticas públicas mais eficazes para essa faixa etária.

O trabalho tem como objetivo geral analisar o perfil clínico e os fatores de risco do IAM em adultos jovens no Nordeste do Brasil e como específicos caracterizar o perfil clínico e demográfico de adultos jovens (20 a 69 anos) hospitalizados por IAM na região Nordeste entre os anos de 2018 e 2023, identificar os principais fatores de risco associados à ocorrência de IAM em adultos jovens nordestinos, bem como observar quais são as consequências imediatas e tardias do IAM nesta faixa populacional.

METODOLOGIA

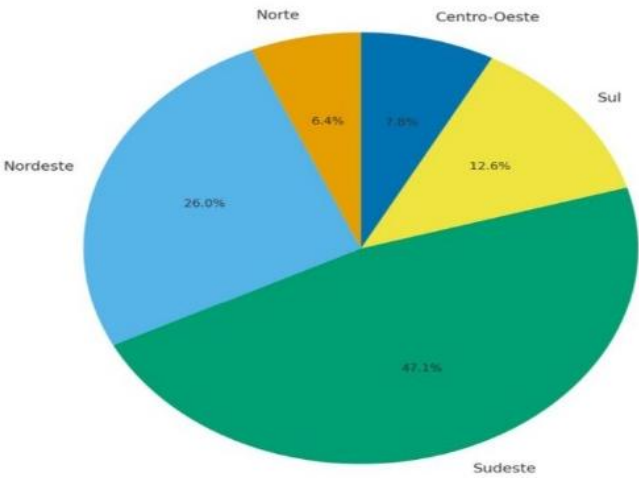
O referente estudo tem caráter quantitativo descritivo e exploratório, classificando-se como um estudo transversal, baseado em revisões bibliográficas e dados epidemiológicos secundários acerca da prevalência de Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) entre adultos a partir de 20 anos da região Nordeste, provenientes de estudos e registros oficiais de saúde realizados no Brasil entre 2018 e 2023. Foram selecionados artigos científicos indexados em plataformas como SciELO e PubMed, bem como analisados dados registrados pela plataforma Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS).

Acerca da pesquisa norteada pelo DataSUS, os dados foram filtrados mediante os seguintes critérios: idade, sexo, cor, raça e fatores de risco (associados a comorbidades e hábitos de vida precários), é válido mencionar que houve a exclusão dos casos de informação incompletas, registros duplicados ou inconsistência de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre 2018 e 2023, registraram-se 165.631 internações por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM). Pesquisas indicam aumento de 23% nas internações de jovens no Nordeste nesse período. O Gráfico 1 mostra que na incidência de IAM por regiões, o Nordeste ocupa a segunda posição, com 26% dos casos, como também descrevem Melo Neto et al. (2022) e Rodrigues et al. (2024).

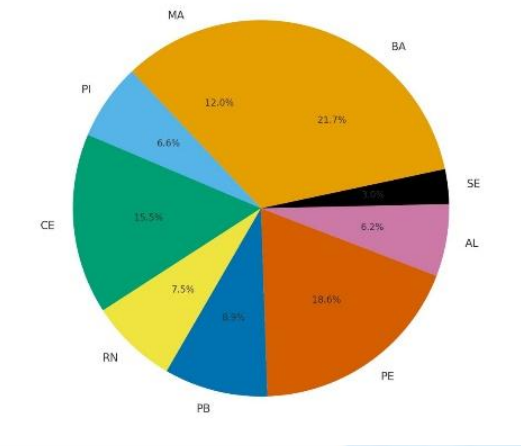
Gráfico 1 – Incidência de Infarto Agudo do Miocárdio nas regiões brasileiras (2018–2023)



Fonte: Autoria própria

Os estados da Bahia e Pernambuco destacaram-se com os maiores índices segundo o DataSUS (Brasil, 2025) e Sergipe apresenta o menor número como mostrado no gráfico 2. Fernandes et al. (2023) também encontraram a maior incidência nesses estados, no entanto, verificaram que Alagoas ocupava a última posição entre essas unidades da federação.

Gráfico 2 – Incidência de Infarto Agudo do Miocárdio no Nordeste (2018–2023)



Fonte: Autoria própria

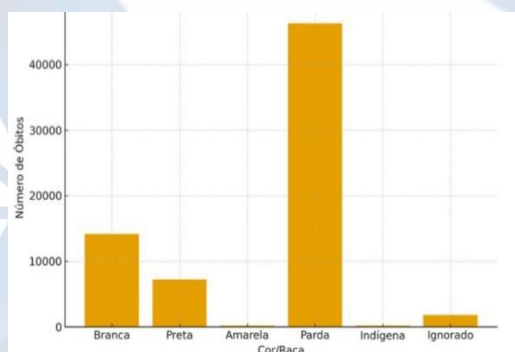
A ocorrência foi maior entre homens (68%), enquanto as mulheres corresponderam a 32% dos casos conforme Lima et al. (2019). A faixa etária mais afetada foi a partir dos 20 anos, indicando aumento preocupante de eventos cardiovasculares em jovens, associado à urbanização acelerada, rotina estressante e fatores de risco modificáveis, segundo Silva, Moura e Perez (2022).

Os principais fatores de risco são o tabagismo, a obesidade, o histórico familiar de doença cardiovascular e a hipertensão arterial, reforçando que o estilo de vida e as condições metabólicas permanecem determinantes para o desenvolvimento do IAM precoce.

Cavalheiro et al. (2024) também indicaram que o sedentarismo e a obesidade contribuem diretamente para o aumento dos casos, Marques et al. (2024) apontam obesidade e tabagismo como fatores predominantes.

Na análise por cor/raça na região Nordeste, observou-se maior morbidade entre pardos (66%), seguidos por brancos (20%) e pretos (10%), reforçando as desigualdades raciais e sociais destacadas por Bett et al. (2022).

Gráfico 3 – Incidência de Infarto Agudo do Miocárdio por cor/raça no Nordeste (2018–2023).



Fonte: Autoria própria.

A disparidade decorre da baixa cobertura da Atenção Primária e do acesso restrito a serviços especializados, resultando em atendimentos tardios, maior mortalidade e internações evitáveis.

Menezes et al. (2024) apontam que a falta de campanhas educativas e as desigualdades regionais agravam o desconhecimento dos sintomas e o atraso na busca por cuidado. Urge implementar políticas equitativas que fortaleçam a Atenção Primária e promovam educação e autocuidado em saúde.



CONCLUSÃO

O aumento da incidência de IAM entre adultos nordestinos é um alerta para o sistema de saúde, expondo a necessidade de maior atenção à concretização de atitudes voltadas à prevenção, diagnóstico precoce e promoção de saúde cardiovascular para que, assim, previna internações e outros óbices causados por essa condição. O estudo expõe que o perfil predominante é de homens adultos com fatores de risco modificáveis, o que reforça a importância de estratégias de educação em saúde, incentivo à atividade física, alimenta saudável e controle de hábitos nocivos. Ademais, políticas públicas que garantam o acesso rápido ao atendimento emergencial e a capacitação de profissionais da atenção primária são fundamentais para reduzir a morbimortalidade nessa faixa etária.

REFERÊNCIAS

- BETT, M. S. et al. Infarto agudo do miocárdio: Do diagnóstico à intervenção. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 3, p. e23811326447, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i3.26447. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/26447>. Acesso em: 6 set. 2025.
- BRASIL. DataSUS. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Indicadores de internação hospitalar por causas cardiovasculares no Brasil (2019–2023). Brasília:Ministério da Saúde, 2024.
- CAVALHEIRO, William Silva et al. Epidemiologia do infarto agudo do miocárdio no Brasil: análise das internações e mortalidade (2014–2023). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 12, p. e12633, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.12-152. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/12633>. 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.12-152>
- FERNANDES, C. L. A. et al. Perfil de hospitalizados por infarto agudo do miocárdio na região Nordeste nos últimos 5 anos. In: Freitas, G. B. L. et al. Trauma e Emergência: Teoria e prática. [S. l.] Ed. Pasteur, 2023, p. 25-29.
- LIMA, M. N. M. et al. Caracterização de pessoas jovens com infarto agudo do miocárdio. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 33, e33591, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v33.33591>
- MARQUES, C. S. et al.. Epidemiologia das internações por infarto agudo do

miocárdio na região nordeste de 2019 a 2023. In: 3º Congresso Nacional de Trauma e Medicina de Emergência. **Anais do III Congresso Nacional de Trauma e Medicina de Emergência**, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/traumaemergencia/798256-EPIDEMIOLOGIA-DAS-INTERNAcoes-POR-INFARTO-AGUDO-DO-MIOCARDIO-NA-REGIAO-NORDESTE-DE-2019-A-2023>.

MELO NETO, F. et al. Análise da incidência de infarto agudo do miocárdio no Brasil entre os anos de 2017 e 2021. **Pesquisas e Ações em Saúde Pública**. [S. l.], 6 ed., p. 116-122, 2022.

MENEZES, G. D. et al. Análise epidemiológica das notificações de óbitos em adultos jovens, por infarto agudo do miocárdio, no Brasil, no período de 2019 a 2023. **Brazilian**

Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 7, p. 587–597, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n7p587-597>

RODRIGUES, P. V. M. et al. Infarto Agudo do Miocárdio em território brasileiro: Análise das taxas e do perfil de morbidade. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 793–802, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n2p793-802. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1419>.

SILVA, T. M.; MOURA, V. A.; PEREZ, C. N. Rejuvenescimento dos eventos cardiovasculares no Brasil: análise de tendência e fatores associados. **Revista Brasileira de Medicina e Saúde Pública**, v. 42, n. 1, p. 34–45, 2022.

RELEVÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA AIDS NO ESTADO DO PIAUÍ: IMPACTOS PARA A SAÚDE PÚBLICA E DESAFIOS NA PREVENÇÃO

Mariana Caldas Sousa de Ramalho Barros¹; Mário Gustavo Martins Freitas¹; Ludmila Sousa Castelo Branco¹; Marcus Vinicius Santos de Oliveira¹; Tales Oliveira Pimentel¹; Ayane Araújo Rodrigues²(AFYA FACULDADE DE PARNAÍBA)

¹ Discente do Curso de Medicina da Afya Faculdade de Parnaíba

² Docente do Curso de Medicina da Afya Faculdade de Parnaíba

ÁREA TEMÁTICA: ATENÇÃO A SAÚDE, SAÚDE COLETIVA E EPIDEMIOLOGIA

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é uma condição crônica causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), que compromete o sistema imunológico tornando o organismo vulnerável a infecções oportunistas e certos tipos de câncer. O HIV pode ser classificado em dois principais tipos — HIV-1 e HIV-2 — sendo o primeiro o mais prevalente em nível mundial e também no Brasil.

OBJETIVO: O objetivo do presente estudo é determinar a prevalência da AIDS entre residentes do Estado do Piauí. **METODOLOGIA:** A pesquisa teve uma abordagem quantitativa de natureza básica e representou um estudo transversal retrospectivo e com metodologia de caráter descritivo observacional. Os dados quantitativos que constituem os resultados, foram coletados por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) da plataforma Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS) em um recorte temporal de 2018 a 2024, e o suporte bibliográfico foi fundamentado em estudos coletados nas bases de dados PubMed, SciELO e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Além disso, o público alvo do estudo compreende indivíduos com Aids e registrados no sistema de saúde do Piauí no período analisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Resultados: No caso do Piauí, observam-se oscilações, com picos em 2019 (445 casos) e 2022 (451 casos), seguidos de uma redução significativa em 2024 (210 casos). Essa queda pode estar relacionada à ampliação das ações preventivas e de testagem, mas também à subnotificação decorrente da pandemia da COVID-19. Na Região Nordeste, a tendência foi semelhante: de 9.321 casos em 2018 para 4.352 em 2024. Discussão: A oscilação observada nos casos do Piauí, com picos em 2019 e 2022 seguidos por uma expressiva redução em 2024, pode estar relacionada a múltiplos fatores, incluindo mudanças nas estratégias de diagnóstico, intensificação ou retração das campanhas de testagem, além de possíveis variações na qualidade e cobertura da vigilância epidemiológica. **CONCLUSÃO:** Diante dos dados analisados, conclui-se



que o Piauí e a Região Nordeste apresentam uma tendência de redução na incidência de AIDS entre 2018 e 2024, embora com oscilações pontuais ao longo do período. Essa diminuição pode indicar avanços nas políticas públicas de prevenção, diagnóstico e tratamento, refletindo o impacto positivo das estratégias de controle do HIV/AIDS.

Palavras-chave: AIDS. HIV. Epidemiologia. Piauí. Saúde pública.

INTRODUÇÃO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é uma condição crônica causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), que compromete o sistema imunológico tornando o organismo vulnerável a infecções oportunistas e certos tipos de câncer. O HIV pode ser classificado em dois principais tipos — HIV-1 e HIV-2 — sendo o primeiro o mais prevalente em nível mundial e também no Brasil.

A epidemiologia da AIDS no Piauí reflete uma realidade de crescimento gradual dos casos, principalmente entre jovens e populações vulneráveis. De acordo com dados do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), observa-se uma concentração maior de diagnósticos nas regiões urbanas, com destaque para Teresina e cidades de médio porte como Floriano e Parnaíba. Nos últimos cinco anos, estudos têm apontado avanços na ampliação do diagnóstico e do acesso ao tratamento, embora persistam desafios relacionados à prevenção e à adesão à terapia antirretroviral (TARV). Os sintomas variam conforme o estágio da infecção, indo desde manifestações leves, como febre e perda de peso, até infecções graves e comprometimento do sistema imunológico. O tratamento baseia-se no uso contínuo da TARV, que controla a replicação viral, melhora a qualidade de vida e reduz a transmissão.

A relevância do estudo sobre a AIDS no Piauí está na necessidade de fortalecer políticas públicas de prevenção, diagnóstico precoce e combate ao estigma, elementos essenciais para reduzir a incidência e melhorar o prognóstico dos indivíduos afetados. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a situação epidemiológica e os avanços no tratamento da AIDS no estado do Piauí, destacando as estratégias mais recentes e suas implicações para a saúde pública. Nos últimos cinco anos, diversas pesquisas brasileiras têm enfatizado a importância da



regionalização das políticas de enfrentamento ao HIV/AIDS, reforçando que o controle efetivo da doença depende tanto do acesso à informação quanto do fortalecimento das redes de atenção à saúde (SILVA et al., 2021; MOURA et al., 2023; BRASIL, 2024)

METODOLOGIA

A pesquisa teve uma abordagem quantitativa de natureza básica e representou um estudo transversal retrospectivo e com metodologia de caráter descritivo observacional. Os dados quantitativos que constituem os resultados, foram coletados por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) da plataforma Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS) em um recorte temporal de 2018 a 2024, e o suporte bibliográfico foi fundamentado em estudos coletados nas bases dedados PubMed, SciELO e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Além disso, o público alvo do estudo compreende indivíduos com Aids e registrados no sistema de saúde do Piauí no período analisado. Dentre os critérios para realização do estudo, tem-se o de inclusão, que baseia no registro de diagnóstico de Aids de homens residentes no Piauí entre 2018 a 2024 e de exclusão são casos com informações incompletas, registros duplicados ou inconsistências nos dados. Ademais, em relação às variáveis, foram avaliadas: fatores de risco como idade, cor/raça, escolaridade e estado civil.

Por se tratar de um estudo baseado em dados secundários de domínio público e sem identificação individual dos pacientes, não há necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme a Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Contudo, todas as diretrizes éticas para pesquisa com dados populacionais serão respeitadas, garantindo a confidencialidade das informações analisadas. Portanto, este delineamento metodológico permitirá compreender os padrões epidemiológicos de Aids no Piauí e contribuir para o planejamento de estratégias preventivas e políticas públicas mais eficazes no combate à doença.

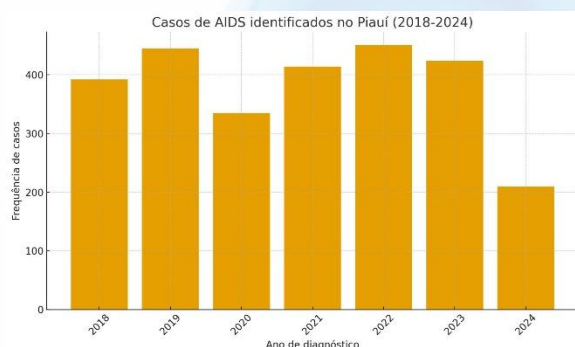
RESULTADOS E DISCUSSÕES

RESULTADOS

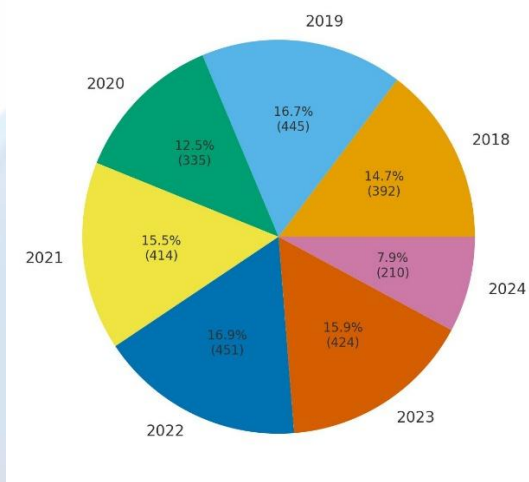
A análise dos dados do TABNET/DATASUS evidencia variações importantes na incidência da AIDS no Piauí e na Região Nordeste entre 2018 e 2024. No caso do Piauí, observam-se oscilações, com picos em 2019 (445 casos) e 2022 (451



casos), seguidos de uma redução significativa em 2024 (210 casos). Essa queda pode estar relacionada à ampliação das ações preventivas e de testagem, mas também à subnotificação decorrente da pandemia da COVID-19. Na Região Nordeste, a tendência foi semelhante: de 9.321 casos em 2018 para 4.352 em 2024, sugerindo possível estabilização ou redução dos registros. Contudo, a diminuição também pode refletir fragilidades na vigilância epidemiológica e no rastreamento de novos casos.



Distribuição dos casos de AIDS no Piauí (2018-2024)



DISCUSSÃO:

A análise dos dados evidencia um cenário epidemiológico de transição no enfrentamento da AIDS tanto no Piauí quanto na Região Nordeste entre 2018 e 2024. A oscilação observada nos casos do Piauí, com picos em 2019 e 2022 seguidos por uma expressiva redução em 2024, pode estar relacionada a múltiplos fatores, incluindo mudanças nas estratégias de diagnóstico, intensificação ou retração das campanhas de testagem, além de possíveis variações na qualidade e cobertura da vigilância epidemiológica. A redução mais ampla identificada na Região Nordeste, que praticamente reduziu pela metade o número de casos notificados no período, sugere avanços importantes nas políticas públicas voltadas à prevenção, ao



acesso ao tratamento antirretroviral (TARV) e a ampliação da testagem rápida. Tais medidas, impulsionadas por programas nacionais de controle do HIV/AIDS, podem ter contribuído para a redução da transmissão e para o aumento da sobrevivência e da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV.

Entretanto, é necessária cautela na interpretação desses dados. A diminuição dos casos notificados pode também refletir subnotificação, especialmente em regiões com limitações estruturais na rede de atenção básica e vigilância em saúde. A pandemia de COVID-19, ocorrida entre 2020 e 2022, é outro fator relevante que pode ter impactado a notificação de casos, devido à sobrecarga dos serviços de saúde e à redução na procura por testagem durante esse período.

CONCLUSÃO

Diante dos dados analisados, conclui-se que o Piauí e a Região Nordeste apresentam uma tendência de redução na incidência de AIDS entre 2018 e 2024, embora com oscilações pontuais ao longo do período. Essa diminuição pode indicar avanços nas políticas públicas de prevenção, diagnóstico e tratamento, refletindo o impacto positivo das estratégias de controle do HIV/AIDS. No entanto, é importante considerar a possibilidade de subnotificação e os efeitos de fatores externos, como a pandemia de COVID-19, que podem ter influenciado os registros oficiais. Assim, reforça-se a necessidade de manter e ampliar as ações de vigilância epidemiológica, educação em saúde e acesso universal à testagem e ao tratamento, a fim de consolidar os progressos alcançados e avançar no enfrentamento da doença.



REFERÊNCIAS

SILVA, J. F. T. et al. Panorama dos casos de HIV/AIDS notificados no estado do Piauí entre 2000 a 2021. Revista Saúde Coletiva (ou Anais da revista Saúde Coletiva), 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico HIV e Aids — 2023. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2023/hiv-aids/boletim-epidemiologico-hiv-e-aids-2023.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório de Monitoramento Clínico do HIV — 2021. Brasília: Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde, 2022. 153 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_monitoramento_clinico_hiv_2021.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde / Secretaria Estadual de Saúde do Piauí. Notícia/boletim sobre queda das mortes por Aids no Piauí (dados até 2023). Portal Gov.br — notícia publicada em 20 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/piaui/2024/dezembro/piaui-registra-queda-nas-mortes-por-aids-entre-2013-e-2023>. Acesso em: 22 out. 2025.



ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA TUBERCULOSE NO GÊNERO MASCULINO NO PIAUÍ (2020-2024)

Ana Luiza Martins Barros¹; Anaclara Vitória Carneiro de Souza Fontenele¹; Lia Araújo
Moraes¹; Maria Eduarda Silva Barbosa Carvalho¹; Ayane Araújo Rodrigues²

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP- AFYA PARNAÍBA

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP – AFYA PARNAÍBA

ÁREA TEMÁTICA: Atenção a Saúde

RESUMO

INTRODUÇÃO: A tuberculose (TB) permanece como um grave desafio para a saúde pública no Brasil e no Piauí, sendo a segunda principal causa de morte por um único agente infeccioso no mundo. Apesar da disponibilidade de tratamento, a baixa adesão terapêutica compromete o controle da doença, sendo influenciada por fatores como desinformação e estigma social, o que justifica a análise aprofundada de seu perfil epidemiológico. **OBJETIVO:** Analisar o perfil epidemiológico dos casos de tuberculose, com foco no gênero masculino, no estado do Piauí entre 2020 e 2024, a fim de identificar as populações mais vulneráveis e subsidiar estratégias de cuidado mais eficazes e humanizadas. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa, transversal e retrospectiva, com metodologia de caráter descritivo observacional. Os dados foram coletados da plataforma do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS) e abrangeram o período de 2020 a 2024. As variáveis analisadas incluíram sexo, faixa etária, cor/raça e desfecho do tratamento (cura, abandono, óbito). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados revelam que a doença afeta desproporcionalmente a população masculina, de cor parda e em idade economicamente ativa (20-59 anos). A análise dos desfechos apontou um pico de 593 curas em 2023, seguido de um registro de 256 em 2024. Ressalta-se que os dados de 2024 são parciais, e o menor número de curas é esperado devido ao tempo de tratamento (mínimo de 6 meses) e à latência de notificação do sistema. A persistência



do abandono terapêutico e dos óbitos ao longo do período, aliada à alta prevalência de comorbidades, evidencia falhas na continuidade do cuidado e na adesão ao tratamento. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a tuberculose no Piauí está intrinsecamente ligada a determinantes sociais e raciais. Para reverter o cenário adverso, é imprescindível o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, com a implementação de estratégias de busca ativa e suporte psicossocial direcionadas às populações mais vulneráveis, visando aumentar as taxas de cura e atingir as metas de controle da doença.

Palavras-chave: Tuberculose; Epidemiologia; Saúde Pública; Piauí; Determinantes Sociais da Saúde.

INTRODUÇÃO

A tuberculose (TB) permanece como um dos mais graves desafios para a saúde pública global. Segundo o mais recente Relatório Global da Tuberculose, a doença é a segunda principal causa de morte por um único agente infeccioso no mundo, superada apenas pela COVID-19 (Organização mundial de saúde, 2024).

No Brasil, o cenário epidemiológico é igualmente preocupante. O país faz parte da lista de 30 nações com maior carga de TB, tendo notificado mais de 80 mil casos novos em 2023. Apesar da disponibilidade de um tratamento eficaz e gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a adesão terapêutica é um obstáculo crítico. O Brasil tem registrado taxas de sucesso no tratamento inferiores a 75%, abaixo da meta de 85% recomendada pela OMS, o que contribui para a manutenção da cadeia de transmissão e o risco de desenvolvimento de cepas resistentes (Ministério da saúde, 2025).

Fatores como a desinformação e o estigma associado à doença impactam diretamente a procura por diagnóstico e o comprometimento com um tratamento que dura, no mínimo, seis meses. As repercussões sociais, como o preconceito, levam ao isolamento do paciente, dificultando ainda mais o processo de cura (BRAGA; et al., 2020). Embora a literatura aponte que a qualidade da relação entre paciente e profissional seja crucial para mitigar o estigma (SOUSA; et al., 2022), é fundamental primeiramente entender a dimensão epidemiológica do problema.

Nesse contexto, o monitoramento epidemiológico através de dados secundários é uma ferramenta crucial para a vigilância em saúde. A análise dos registros do

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) permite identificar as populações mais vulneráveis e mapear os desfechos dos tratamentos em larga escala, revelando falhas assistenciais e áreas prioritárias para intervenção. Este estudo torna-se relevante por analisar o panorama da doença, buscando subsídios para o fortalecimento de estratégias de cuidado alinhadas às diretrizes do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT), visando a melhoria dos indicadores de saúde.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo geral analisar o perfil epidemiológico e os desfechos do tratamento da tuberculose pulmonar no estado do Piauí, com base nos dados do DATASUS. Especificamente, buscou-se traçar o perfil sociodemográfico (sexo, faixa etária e raça/cor) dos casos novos de tuberculose pulmonar notificados, descrever as taxas de incidência da doença no período analisado e analisar os indicadores de desfecho do tratamento, identificando os percentuais de cura, abandono e óbito. Adicionalmente, o estudo propôs-se a verificar a frequência da coinfeção TB-HIV entre os casos notificados e comparar os índices de abandono de tratamento entre diferentes grupos sociodemográficos.

METODOLOGIA

A pesquisa teve uma abordagem quantitativa, de natureza básica, e representou um estudo transversal, retrospectivo, com metodologia de caráter descritivo observacional. Os dados quantitativos que constituem os resultados foram coletados por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), da plataforma Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), em um recorte temporal de 2020 a 2024, e o suporte bibliográfico foi fundamentado em estudos coletados nas bases de dados PubMed e SciELO.

Além disso, aos critérios avaliados para o estudo, compreende a homens e mulheres diagnosticados com tuberculose registrados no sistema de saúde do Piauí no período analisado, idade, escolaridade e fatores de risco. Dentre os critérios para realização do estudo, tem-se o de inclusão, que se baseia no registro de óbitos por tuberculose (CID-10: A15–A19 = tuberculose) de residentes no Piauí entre 2020 e 2024; e o de exclusão, que corresponde a casos com informações incompletas, registros duplicados ou inconsistências nos dados.

Ademais, em relação às variáveis, foram avaliados fatores de risco como sexo, idade, cor/raça e escolaridade. Por se tratar de um estudo baseado em dados

secundários, de domínio público e sem identificação individual dos pacientes, não há necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme a Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Contudo, todas as diretrizes éticas para pesquisa com dados populacionais serão respeitadas, garantindo a confidencialidade das informações analisadas.

Portanto, este delineamento metodológico permitirá compreender os padrões epidemiológicos da tuberculose no Piauí e contribuir para o planejamento de estratégias preventivas e políticas públicas mais eficazes no combate à doença.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados

A análise dos dados quantitativos sobre a tuberculose (TB) no Piauí, no período de 2020 a 2024, revela um panorama detalhado e complexo da doença no estado. Observou-se que o Piauí acompanhou a tendência de crescimento observada em nível nacional. Enquanto o Brasil registrou um aumento contínuo de casos, o estado do Piauí apresentou uma trajetória de crescimento progressivo ano a ano, com as notificações passando de 800 em 2020, para 888 em 2021, 924 em 2022, atingindo um pico de 1.047 casos em 2023, seguido por uma leve redução para 1.041 casos em 2024.

No que tange ao perfil dos casos, a estratificação por sexo evidencia uma disparidade marcante e persistente ao longo de todo o período analisado. O gênero masculino é consistentemente o mais afetado, com um número de casos que é mais do que o dobro do registrado no gênero feminino anualmente. Em 2020, foram 471 casos em homens contra 247 em mulheres; essa diferença se acentuou ao longo dos anos, chegando a 679 casos masculinos e 299 femininos em 2024. A análise da faixa etária dentro do grupo masculino, o mais vulnerável, demonstra que a população economicamente ativa, de 20 a 59 anos, concentra a maior carga da doença, com um aumento notável de 377 casos em 2020 para 500 em 2024. O grupo de 60 anos ou mais representa o segundo segmento mais impactado, com seu pico de notificações em 2023, com 198 casos.

A distribuição dos casos masculinos por marcadores sociodemográficos aprofunda a compreensão sobre as populações mais vulneráveis. Indivíduos autodeclarados da cor parda representam a maioria absoluta dos casos, exibindo uma tendência de crescimento contínuo, passando de 360 notificações em 2020 para 522

em 2024. Em relação à escolaridade, os dados do ano de 2020 mostram uma concentração nos extremos do espectro educacional: homens com Ensino Médio Completo representaram 35% dos casos (54 notificações), seguidos de perto pelos analfabetos, com 30% (46 notificações).

A investigação de condições associadas revelou uma alta prevalência de comorbidades e fatores de risco que podem complicar o quadro clínico e o tratamento da TB. O uso de drogas ilícitas figurou como a principal condição associada, com um pico de 141 casos em 2023. O tabagismo apareceu como a segunda comorbidade mais frequente, atingindo 129 casos associados em 2023, seguido por AIDS e Diabetes, com 86 e 76 casos, respectivamente, no mesmo ano.

Finalmente, a análise do desfecho do tratamento no Piauí aponta para um cenário que exige atenção. Após uma relativa estabilidade e um pico de 593 casos de cura em 2023, registraram-se 256 curas em 2024. Este último dado deve ser interpretado com cautela, pois é preliminar; muitos casos notificados em 2024 ainda estão em tratamento ou aguardando o registro do desfecho no sistema.

Figura 1- Casos notificados/escolaridade (2020)

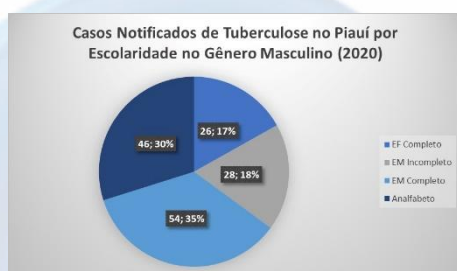


Figura 3 - Casos notificados/sexo (2020-2024)

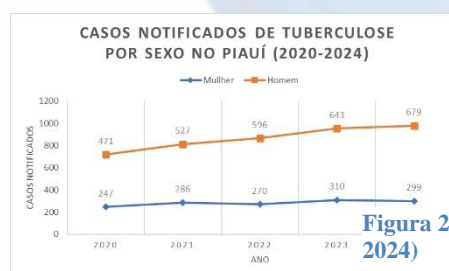


Figura 2 - Desfecho do tratamento (2020-2024)

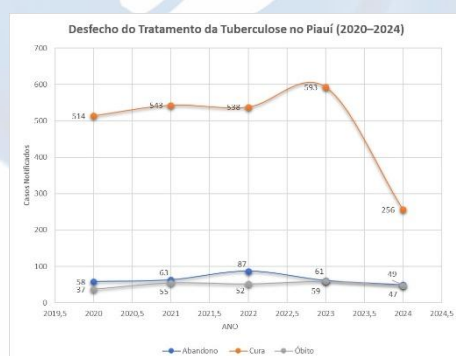


Figura 4 - casos notificados/cor-raça (2020-2024)

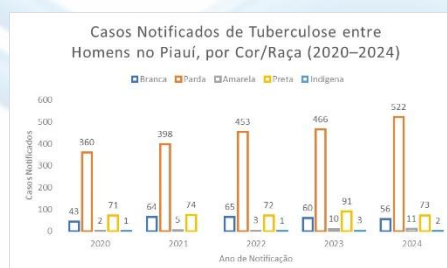
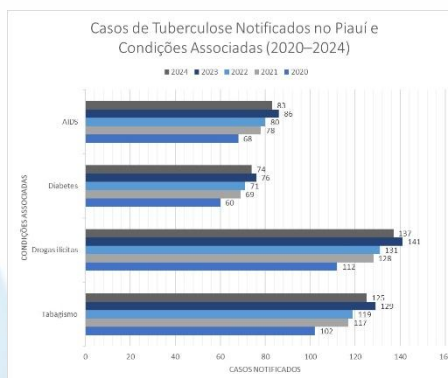




Figura 5 - Perfil etário masculino (2020-2024)



Figura 6 - Condições associadas



Discussão

A tuberculose segue como um grave problema de saúde pública no Piauí e no Brasil, com desafios tanto epidemiológicos quanto sociais. De 2020 a 2024, os dados mostram variações nos desfechos do tratamento, com aumento nos casos de cura entre 2020 (514) e 2023 (593), seguido de queda expressiva em 2024 (256), o que pode estar relacionado à baixa adesão e à descontinuidade do acompanhamento (Ministério da Saúde, 2022). Os casos de abandono, que variaram entre 37 e 87, e a estabilidade dos óbitos reforçam essa hipótese.

O segundo gráfico indica maior incidência entre homens de 20 a 59 anos, refletindo maior exposição social, uso de álcool e tabaco e menor procura por serviços de saúde (SOUZA et al., 2020; WHO, 2023). Também houve aumento entre idosos, possivelmente em razão da imunossenescência e comorbidades (Brasil, 2022).

O terceiro gráfico revela predominância de casos entre homens pardos, seguidos por pretos e brancos, evidenciando o impacto dos determinantes sociais da saúde (Brasil, 2021). Segundo a OMS (2023), desigualdades socioeconômicas e raciais influenciam diretamente a incidência e mortalidade por tuberculose, especialmente em regiões com baixo desenvolvimento humano.

Diante disso, é essencial fortalecer políticas públicas com foco em equidade, busca ativa, apoio psicossocial e campanhas educativas, conforme orienta o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública (Brasil, 2017). Apesar de

avanços, persistem desafios na adesão terapêutica e no enfrentamento das desigualdades, exigindo ações intersetoriais e fortalecimento da atenção primária.

CONCLUSÃO

A tuberculose (TB) é um grave e crescente problema de saúde pública no Piauí, com aumento progressivo de casos entre 2020 e 2023, alinhado à tendência nacional. A doença está fortemente ligada a desigualdades sociais e raciais, o que exige uma reorientação urgente das políticas de saúde.

A análise mostra que a população masculina é a mais afetada (mais que o dobro de notificações), com maior carga concentrada em indivíduos na faixa etária economicamente ativa (20 a 59 anos) e de cor parda. A alta predominância em pessoas de cor parda e baixa escolaridade reforça o impacto dos determinantes sociais da saúde (como moradia precária e nutrição) na incidência da TB.

Um ponto de atenção é o número de curas registradas em 2024 (256), significativamente inferior ao pico de 2023 (593). Contudo, é fundamental considerar que os dados de 2024 são parciais, e o registro completo dos desfechos dos casos notificados nesse ano ainda está em andamento. O desafio real reside nos patamares preocupantes de abandono e óbitos observados ao longo de todo o período, que, aliados à alta prevalência de comorbidades (uso de drogas, tabagismo, AIDS), sugerem falhas persistentes na adesão terapêutica e na continuidade do cuidado.

Para reverter esse quadro, é imprescindível fortalecer a Atenção Primária à Saúde, focando em estratégias ativas de busca de casos (sintomáticos respiratórios) nas populações e territórios mais vulneráveis (homens, faixa ativa, cor parda/preta, baixa escolaridade). O investimento em suporte psicossocial e socioeconômico e em campanhas é essencial para combater o abandono e elevar as taxas de cura, alinhando-se às metas nacionais.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. M.; PEREIRA, D. R.; ANDRADE, M. T. Fatores de risco associados ao desenvolvimento da tuberculose: uma revisão de literatura. Revista Fisioterapia & Terapia Ocupacional, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico de Tuberculose. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico de Tuberculose. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico de Tuberculose. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

BRAGA, S. K. M. et al. Estigma, preconceito e adesão ao tratamento: representações sociais de pessoas com tuberculose. Revista Cuidarte, v. 11, n. 1, p. e785, 2020.

BUCAR, A. T. et al. Perfil epidemiológico dos casos notificados de Tuberculose entre 2016 e 2021 no estado do Piauí., 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Global Tuberculosis Report 2024. Genebra: WHO, 2024.

PIAUÍ (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. Boletim Epidemiológico da Tuberculose. Teresina: SESAPI, 2024. Disponível em: <https://site.saude.pi.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, Evenny Karoniny Ribeiro da; MIRANDA, Raimundo Ato Cardoso. Tuberculose: Um estudo epidemiológico no Piauí nos anos de 2014 a 2019.

SOUSA, L. M. M. de et al. A relação profissional-paciente e a adesão ao tratamento da tuberculose: uma revisão integrativa. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 30, p. e3555, 2020.



ANÁLISE DA MORTALIDADE POR DENGUE NO PIAUÍ (2021-2025): TENDÊNCIAS E DESAFIOS DE UMA CRISE SANITÁRIA

Resumo Expandido

*Adryane Victória de Sousa Borges¹; Ana Luiza Antonia Gomes Rodrigues¹;
Émylle Carvalho Freitas¹; Giuliana Katlyn Pereira Costa¹; Heloysa Fontenele Louro¹;
Jomara Toane Pereira Fernandes¹ Ayane Araújo Rodrigues²*

1 Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

2 Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

adryanevitoria.facul@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A dengue consolidou-se como uma das arboviroses de maior impacto na saúde pública brasileira, culminando em uma crise sanitária sem precedentes em 2024. A doença, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, pode evoluir para formas graves, e o diagnóstico precoce é crucial para evitar óbitos. A magnitude da epidemia recente reforça a urgência de reavaliar as estratégias de controle e prevenção.

METODOLOGIA: Este estudo tem como objetivo analisar a evolução da mortalidade por dengue, especialmente no estado do Piauí, com foco no período crítico de 2021 a 2025, identificando tendências e os desafios impostos pela epidemia recorde. Foi realizada uma análise quantitativa, descritiva e retrospectiva, com dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponibilizados pelo DataSUS e por informes epidemiológicos do Ministério da Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Entre 2021 e 2025, o Piauí registrou 53 óbitos por dengue, com pico em 2024 (23 casos). As mulheres foram levemente mais afetadas (52,8%). A maioria das vítimas tinha baixa escolaridade ou dados ignorados, e os adultos de 20 a 59 anos foram o grupo mais atingido. Quanto à raça/cor, prevaleceram pessoas pardas (81,1%). Os dados evidenciam que a dengue continua sendo um problema de saúde pública, relacionado a desigualdades sociais e à necessidade de reforçar ações preventivas no estado. Em 2021 não houve casos notificados. **CONCLUSÃO:** Entre 2021 e 2025, a dengue permaneceu um importante desafio de saúde pública no Piauí, com pico de mortalidade em 2024. As populações mais vulneráveis, especialmente as de baixa escolaridade, foram as mais afetadas, refletindo desigualdades sociais e falhas na prevenção. Diante disso, torna-se essencial fortalecer ações educativas, melhorar o saneamento básico e manter



políticas contínuas de combate ao *Aedes aegypti*, visando reduzir os óbitos e evitar novas epidemias no estado.

Palavras-chave: Dengue; Epidemiologia; Mortalidade; Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

A dengue é uma doença infecciosa febril aguda que representa um dos mais sérios problemas de saúde pública no Brasil. Transmitida pela picada do mosquito *Aedes Aegypti*, a doença possui um espectro clínico amplo, e sua capacidade de causar epidemias. Este cenário impõe uma sobrecarga ao sistema de saúde e resulta em um número trágico de óbitos possivelmente evitáveis (Ministério da saúde, 2024).

Fatores como mudanças climáticas, com ondas de calor e chuvas intensas, somados à urbanização desordenada e à dificuldade de erradicação do vetor, criaram um ambiente propício para a proliferação recorde do mosquito. A circulação simultânea de diferentes sorotipos do vírus potencializou o risco de infecções secundárias, que estão associadas a uma maior probabilidade de evolução para formas graves da doença (Santos et al., 2023).

O papel da atenção primária é crucial na contenção dos danos, mas a magnitude da epidemia de 2024 extrapolou a capacidade de resposta, levando a um diagnóstico tardio em muitos casos. A população precisa estar ciente dos sinais de alarme — como dor abdominal intensa, vômitos persistentes e sangramentos — que indicam a necessidade de busca imediata por atendimento médico (Oliveira et al., 2022).

Diante da crise sanitária de 2024 e das novas tendências observadas no início de 2025,

este estudo visa analisar a evolução recente da mortalidade por dengue no Piauí. O objetivo é compreender os padrões da epidemia, investigar os fatores associados às variações na mortalidade e destacar os desafios urgentes para a formulação de estratégias de prevenção e controle mais resilientes e eficazes.

METODOLOGIA

A pesquisa teve uma abordagem quantitativa de natureza básica e representou um estudo transversal retrospectivo e com metodologia de caráter descritivo

observacional. Os dados quantitativos que constituem os resultados foram coletados por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) da plataforma Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS) em um recorte temporal de 2021 a 2025, e o suporte bibliográfico foi fundamentado em estudos coletados nas bases de dados PubMed e SciELO. O público-alvo da pesquisa compreende indivíduos residentes no estado do Piauí que evoluíram a óbito por dengue durante o intervalo temporal estudado.

Os critérios de inclusão consideraram registros de óbitos por dengue (CID-10: A90 e A91) entre 2021 e 2025. Foram excluídos os registros com dados incompletos, inconsistentes ou duplicados. Entre as variáveis analisadas, incluíram-se fatores, como faixa etária, sexo, cor/raça e escolaridade buscando identificar possíveis padrões e desigualdades na mortalidade.

Por se tratar de um estudo baseado em dados secundários de domínio público, sem identificação individual dos pacientes, não foi necessária a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Ainda assim, todas as normas éticas referentes ao uso de dados populacionais foram respeitadas, garantindo a confidencialidade das informações. Dessa forma, este delineamento metodológico permite compreender os padrões epidemiológicos da mortalidade por dengue no Piauí e subsidiar o planejamento de ações preventivas e políticas públicas mais eficazes no enfrentamento da doença.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados

Dentre os resultados, observou-se que, entre os anos de 2021 e 2025, o estado do Piauí

registrou 53 casos de dengue que evoluíram para óbito, além disso, em 2021, não houve casos notificados, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Ao analisar a evolução anual (Figura 1), nota-se que 2024 foi o ano com maior número de registros, com 23 óbitos, representando um aumento expressivo em relação aos anos anteriores. Em 2022 foram 15 casos registrados, já os anos de 2021 e 2023 apresentaram o menor número de casos, com apenas 0 e 4 registros, respectivamente. Em 2025, até o momento da coleta dos dados, foram contabilizados 11 óbitos,

indicando uma redução em relação ao pico de 2024, mas ainda mantendo números significativos.

No que se refere à variável sexo (Figura 2), ao decorrer dos anos, verificou-se que as mulheres foram levemente mais afetadas, totalizando 28 óbitos (52,8%), enquanto os homens representaram 25 óbitos (47,2%). Essa diferença, embora pequena, sugere uma distribuição relativamente equilibrada entre os sexos.

A análise da escolaridade das vítimas (Figura 3) mostra que a maioria dos óbitos por dengue ocorreu entre pessoas com baixa escolaridade ou sem informação registrada. O grupo mais afetado foi o das pessoas com dados ignorados ou em branco, seguido por aqueles com ensino médio completo ou ensino superior. Pessoas com ensino médio incompleto também tiveram um número relevante de óbitos. Em contrapartida, os analfabetos e aqueles com ensino fundamental incompleto ou completo representaram uma parcela menor dos casos.

A análise por faixa etária (Figura 4) mostra que a maioria dos óbitos ocorreu em adultos de 20 a 59 anos (30 casos; 56,6%), seguida por jovens de 10 a 19 anos (9 casos; 17%) e idosos de 60 a 79 anos (8 casos; 15%). Crianças menores de 10 anos somaram 5 óbitos (9,4%) e 1 caso (1,8%) ocorreu em pessoa com 80 anos ou mais. Esses dados indicam que a dengue continua sendo um problema de saúde pública no Piauí, afetando principalmente populações mais vulneráveis, e reforçam a importância de estratégias de prevenção e educação em saúde para combater o mosquito *Aedes aegypti*.

De acordo com os dados do DATASUS (Figura 5), observou-se que a maioria dos casos de dengue ocorreu entre indivíduos pardos, representando 81,1% do total de registros. A população branca correspondeu a 15,1% dos casos notificados, enquanto as categorias pretos e ignorados somaram 1,9%.

A análise do perfil das vítimas fatais em 2024 manteve o padrão observado em anos anteriores: houve uma concentração de óbitos em indivíduos com baixa escolaridade e nos grupos etários extremos (crianças e, principalmente, idosos), que

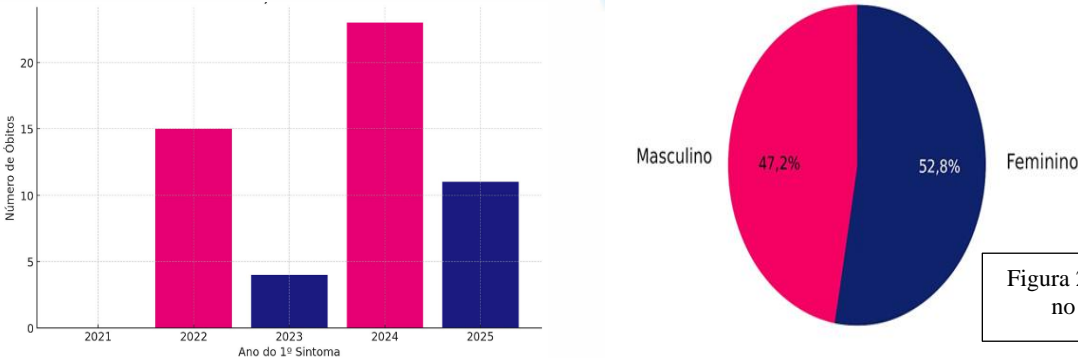


Figura 2: Distribuição por sexo no Piauí (2021- 2025)



são mais suscetíveis a complicações devido a comorbidades e respostas imunológicas distintas.

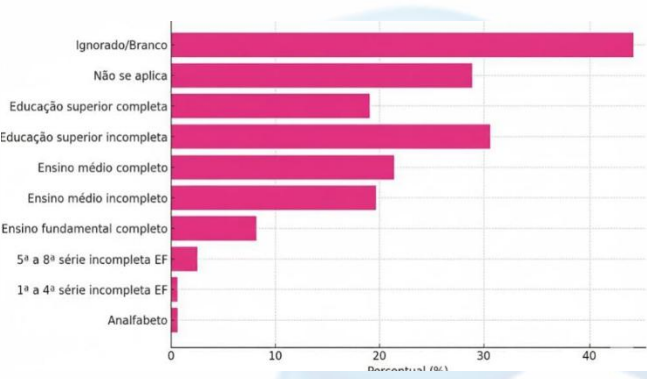


Figura 3: Distribuição de óbitos por dengue segundo escolaridade no Piauí (2021-2025)

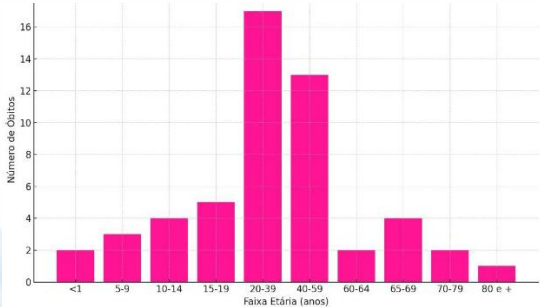


Figura 4: Óbitos por faixa etária no Piauí (2021-2025)

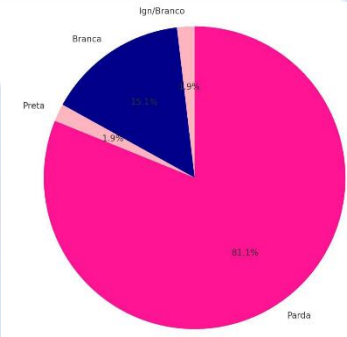


Figura 5: Óbitos por raça/cor no Piauí (2021-2025)



Discussão

Entre 2021 e 2025, o estado do Piauí registrou 53 óbitos por dengue, com um pico em 2024 (23 casos), mostrando um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Embora os números em 2025 tenham sido menores até o momento (11 óbitos) em relação ao ano anterior, ainda indicam uma ocorrência relevante da doença. Além disso, em 2021 não houve casos notificados.

A distribuição por sexo foi relativamente equilibrada, com leve predominância de mulheres (52,8%), sugerindo que fatores biológicos ou comportamentais não diferenciam de forma marcante o risco entre homens e mulheres.

Além disso, a distribuição dos óbitos por escolaridade demonstra uma concentração significativa entre indivíduos com ensino fundamental incompleto ou informações ignoradas, o que pode refletir desigualdades no acesso aos serviços de saúde e às ações de educação em saúde. Essa disparidade sugere que a vulnerabilidade social continua sendo um fator determinante na dinâmica da dengue, tanto em termos de prevenção quanto de desfechos clínicos. Quando se analisa o nível de escolaridade das pessoas que morreram, percebe-se que a maioria tinha pouca instrução ou não tinha essa informação registrada. Isso reforça que as desigualdades sociais têm grande influência nos casos graves e nas mortes por dengue. Deixando perceptível que pessoas com menor escolaridade costumam ter mais dificuldade de acesso a informações sobre prevenção e também podem demorar mais para buscar atendimento médico (Moraes-Araújo et al., 2024). Quanto à raça/cor, a maioria das vítimas era parda (81,1%), refletindo possivelmente a composição demográfica da população ou desigualdades no acesso à atenção em saúde.

De forma geral, os resultados indicam que a dengue no Piauí continua sendo um problema de saúde pública, afetando principalmente populações mais vulneráveis, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto etário, reforçando a necessidade de estratégias contínuas de prevenção, educação em saúde e atenção diferenciada aos grupos de maior risco.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da mortalidade por dengue no estado do Piauí entre os anos de 2021 e 2025 evidencia a gravidade e a persistência dessa doença como um importante desafio de saúde pública. Observou-se que, embora o número de óbitos tenha diminuído em 2025, o impacto da epidemia de 2024 foi marcante, revelando falhas na prevenção, no controle do vetor e na resposta rápida aos casos graves.

Os dados mostram que a dengue atinge de forma mais intensa populações em situação de vulnerabilidade social, com destaque para pessoas com baixa escolaridade. Esse cenário reforça a importância de fortalecer as ações educativas e de ampliar o acesso à informação e aos serviços de saúde, especialmente nas regiões mais carentes. No decorrer dos anos, a concentração de casos em adultos economicamente ativos também aponta para consequências sociais e econômicas relevantes, já que a doença afeta a produtividade e sobrecarrega o sistema de saúde.

Dessa forma, é essencial que políticas públicas sejam voltadas para a prevenção e o controle da dengue de forma contínua e integrada, unindo esforços do poder público e da comunidade. A promoção da conscientização sobre o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, aliada à melhoria das condições de saneamento básico e ao fortalecimento da atenção primária, constitui o caminho mais eficaz para reduzir os índices de mortalidade e evitar novas epidemias no estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de Arboviroses: Dengue, Chikungunya e Zika – Situação Epidemiológica 2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 21 out. 2025.

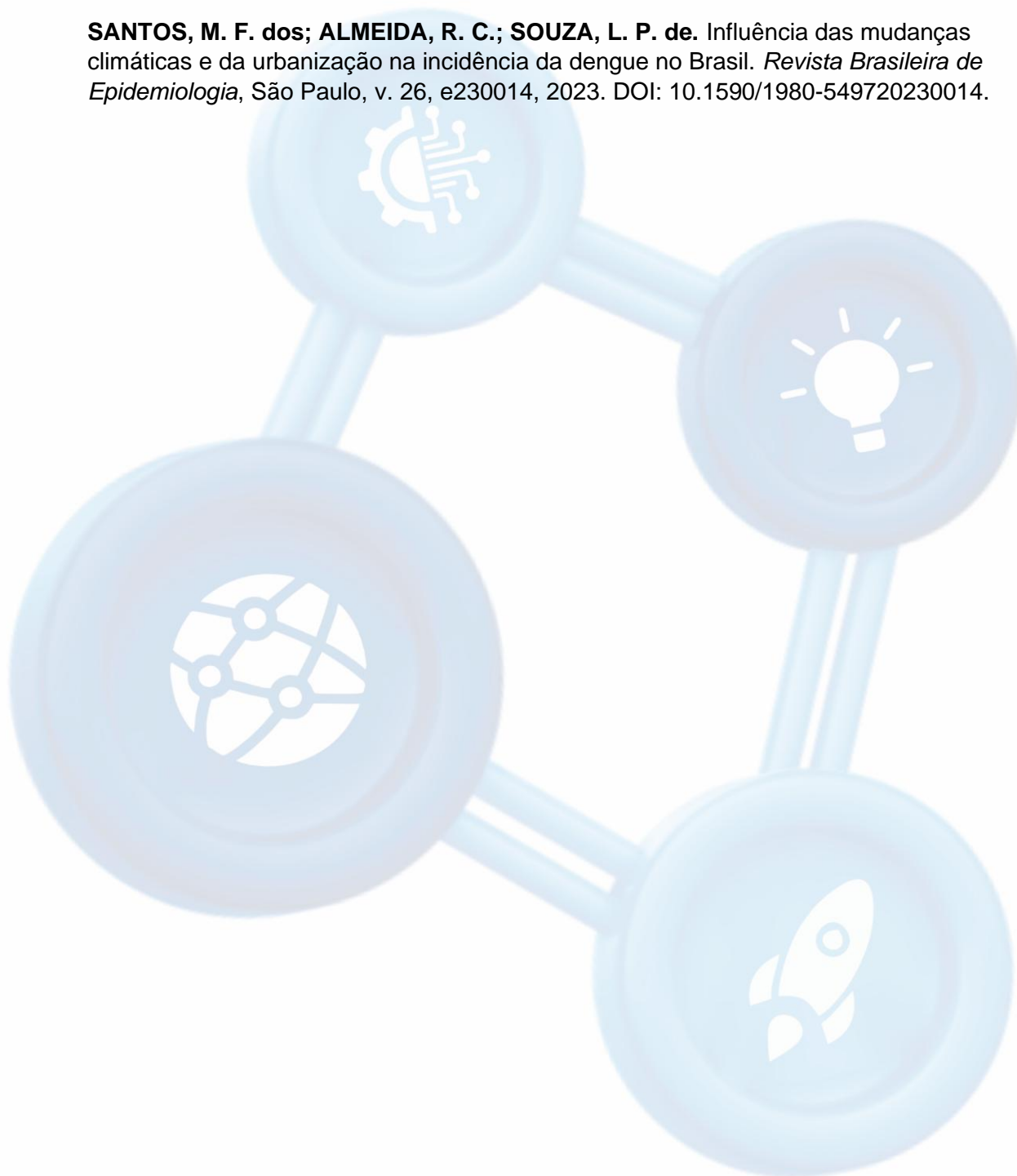
BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM): banco de dados. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 21 out. 2025.



MORAES-ARAÚJO, A. C.; BARBOSA, F. J.; NASCIMENTO, R. S. Desigualdades sociais e mortalidade por dengue: uma análise das vulnerabilidades regionais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 40, n. 3, p. 1-12, 2024.

OLIVEIRA, T. R.; COSTA, J. L.; MELO, A. C. Sinais de alarme e manejo clínico da dengue na atenção primária à saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, e00042222, 2022. DOI: 10.1590/0102-311X00042222.

SANTOS, M. F. dos; ALMEIDA, R. C.; SOUZA, L. P. de. Influência das mudanças climáticas e da urbanização na incidência da dengue no Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 26, e230014, 2023. DOI: 10.1590/1980-549720230014.



A EVOLUÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS DE CÂNCER DE MAMA NO PIAUÍ (2017–2023) E DOS ÍNDICES DE MORTALIDADE NO NORDESTE: DESIGUALDADES SOCIAIS E DESAFIOS NO RASTREAMENTO

Arthur Ferrare Ibiapina Val Sousa¹; Fernando dos Santos Castro¹; João Pedro Carvalho de

Ponte Sousa ¹; Luiz Russel De Messias Lima¹; Maria Luiza Barros Oliveira¹; Ayane Araújo Rodrigues²

¹ *Discente do Curso de Medicina da AFYA Parnaíba, Parnaíba-PI*

² *Docente do Curso de Medicina da AFYA Parnaíba, Parnaíba-PI*

RESUMO

Introdução: O câncer de mama é uma neoplasia maligna resultante da proliferação desordenada de células mamárias, sendo a mais incidente entre mulheres no Brasil e no mundo. Sua ocorrência reflete desigualdades sociais, econômicas e regionais que afetam o diagnóstico precoce e o tratamento adequado. No país, a mortalidade é maior entre mulheres negras e de menor renda, evidenciando os determinantes sociais da saúde. O estudo buscou analisar a evolução dos diagnósticos de câncer de mama no Piauí entre 2017 e 2023, relacionando-os com fatores demográficos e desigualdades no acesso aos serviços de saúde. **Metodologia:** Estudo quantitativo, transversal, retrospectivo e descritivo-observacional, com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação do Câncer (SISCAN), disponíveis no DataSUS. Incluíram-se registros de mulheres residentes no Piauí diagnosticadas com câncer de mama (CID-10: C50) entre 2017 e 2023. As variáveis analisadas — faixa etária, cor/raça, escolaridade e estado civil — foram organizadas e tabuladas no Microsoft Excel® 2021, permitindo análise descritiva e comparação temporal. **Resultados e Discussão:** Entre 2017 e 2023, houve variação nos diagnósticos. Os casos aumentaram até 2020, atingindo 49 diagnósticos, com queda em 2021-2022 — período da pandemia de COVID-19 — e retomada em 2023. A faixa etária mais acometida foi de 50-69 anos, conforme recomendações do Ministério da Saúde. Em 2023, prevaleceram diagnósticos em mulheres pardas, seguidas por amarelas e brancas, refletindo desigualdades no acesso. A pandemia revelou fragilidade no rastreamento, e a retomada posterior indica reestruturação das ações preventivas.

Conclusão: O câncer de mama permanece um desafio de saúde pública no Piauí, influenciado por fatores sociais, econômicos e raciais. As oscilações nos diagnósticos refletem avanços e fragilidades intensificadas pela pandemia. É essencial fortalecer a Atenção Primária, ampliar mamografias e manter campanhas educativas contínuas, garantindo diagnóstico precoce e práticas preventivas equitativas e humanizadas.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é uma neoplasia maligna caracterizada pela multiplicação desordenada de células anormais da mama, capazes de invadir tecidos adjacentes e metastatizar para outros órgãos (Instituto Nacional de Câncer, 2025). Histologicamente, divide-se principalmente em carcinoma ductal, originado nos ductos lactíferos, e carcinoma lobular, que se desenvolve nos lóbulos produtores de leite (Sociedade Brasileira de Câncer, 2021). Trata-se da neoplasia mais incidente entre as mulheres no mundo, configurando um relevante problema de saúde pública devido à elevada incidência, impacto psicossocial e altas taxas de mortalidade (Carneiro et al., 2025). A distribuição desigual entre grupos sociais reflete determinantes econômicos, sociais e ambientais, além das diferenças no acesso à prevenção, diagnóstico e tratamento (Costa, 2025; Silva et al., 2025). No Brasil, observa-se maior mortalidade entre mulheres negras e de menor renda, evidenciando o papel dos determinantes sociais na evolução da doença (Carneiro et al., 2025). Pesquisas de coorte em diferentes estados confirmam que o diagnóstico e o tratamento tardios estão relacionados às desigualdades regionais e estruturais (Lombaldo et al., 2023).

Os fatores de risco dividem-se em não modificáveis — idade, herança genética, densidade mamária e histórico familiar (Løyland et al., 2024) — e modificáveis, como obesidade, uso prolongado de anticoncepcionais, consumo de álcool, sedentarismo e exposição a radiações ionizantes (Gomes et al., 2022). A obesidade na pós-menopausa duplica o risco da doença, enquanto o consumo de álcool eleva a incidência dos subtipos luminais A e B (Gomes et al., 2022). Os principais sinais e sintomas incluem nódulos mamários indolores, fixos e irregulares, alterações cutâneas como vermelhidão e aspecto de “casca de laranja”, retração mamilar e secreção papilar espontânea (Asif et al., 2014 apud Batista et al., 2020). Embora o autoexame contribua para a percepção inicial de alterações, ele não substitui a mamografia, exame essencial para o diagnóstico precoce e melhores desfechos clínicos (Lombaldo et al., 2023).



A detecção precoce e o tratamento adequado são fundamentais para reduzir a mortalidade por câncer de mama. Estratégias eficazes devem promover integralidade do cuidado, fortalecimento da atenção básica e equidade no acesso aos serviços. Assim, políticas públicas voltadas à conscientização, rastreamento e tratamento oportuno são indispensáveis para diminuir desigualdades e melhorar a qualidade de vida das mulheres (Silva et al., 2025; Instituto Nacional de Câncer, 2025). Diante disso, o objetivo deste estudo é investigar fatores associados às variações da mortalidade no Nordeste, discutir desafios e estratégias preventivas e analisar a evolução dos diagnósticos de câncer de mama no Piauí entre 2017 e 2023, identificando padrões e tendências do período.

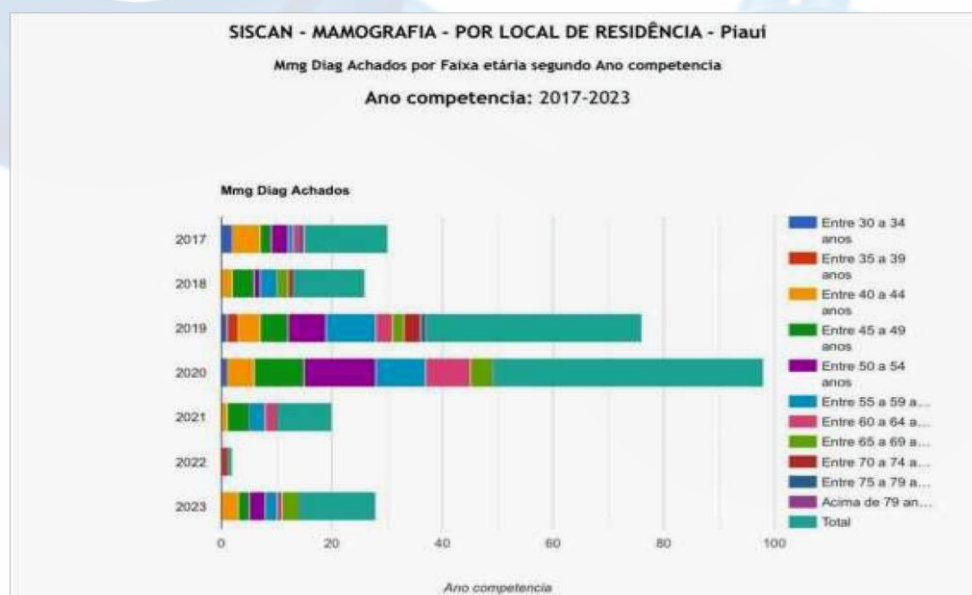
METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem quantitativa de natureza básica, configurando-se como estudo transversal, retrospectivo e descritivo-observacional. Os dados foram obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponível no DataSUS, abrangendo 2017 a 2023. O suporte teórico baseou-se em publicações científicas das bases PubMed, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O público-alvo compreende mulheres residentes no Piauí diagnosticadas com câncer de mama (CID-10: C50) no período analisado. Foram incluídos todos os registros de óbitos e casos notificados, excluindo-se dados incompletos, duplicados ou inconsistentes. As variáveis analisadas foram faixa etária, cor/raça, escolaridade e estado civil. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel® 2021 para elaboração de tabelas e gráficos, permitindo análise descritiva e comparação temporal. Por utilizar dados secundários públicos e anônimos, não houve necessidade de apreciação ética, conforme Resolução nº 510/2016 do CNS. O estudo manteve padrões éticos e de confidencialidade, contribuindo para compreender o perfil epidemiológico e orientar estratégias de prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama no Piauí.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre 2017 e 2023, o Piauí apresentou variações expressivas nos diagnósticos de câncer de mama detectados por mamografia, segundo o SISCAN/DataSUS (2025). Em 2017, houve 15 casos, número semelhante em 2018 (13), aumentando em 2019 (39) e atingindo o pico em 2020, com 49 diagnósticos. Posteriormente, observou-se queda acentuada — 10 casos em 2021, apenas 1 em 2022 — e retomada parcial em 2023,

com 14 registros. O aumento até 2020 pode refletir o fortalecimento das políticas de rastreamento do Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama (PNCCM) e o incentivo do “Outubro Rosa” (INCA, 2023). Já a queda entre 2021 e 2022 coincide com a pandemia de COVID-19, que reduziu exames preventivos e o funcionamento dos serviços, com estudos indicando queda média de até 40% na cobertura mamográfica (Brito et al., 2022). A recuperação em 2023 demonstra reorganização gradual das ações de prevenção. A faixa etária mais acometida foi de 50 a 59 anos, sobretudo em 2020. Em 2017-2018, os casos concentraram-se entre 40 e 54 anos, e em 2019-2020 houve deslocamento para 55 a 64 anos, conforme a recomendação do Ministério da Saúde para rastreamento bienal em mulheres de 50 a 69 anos (Brasil, 2022). Tal predominância se relaciona à maior exposição hormonal e adesão a campanhas (Tortora; Derrickson, 2023). Quanto à raça, em 2023 predominam mulheres pardas (n=6), seguidas por amarelas (n=6) e brancas (n=1), com um caso sem registro. Essa distribuição reflete a demografia local e possíveis desigualdades no acesso, pois mulheres negras e pardas têm maior risco de diagnóstico tardio (Carvalho et al., 2023; INCA, 2024). A correlação entre idade, raça e tempo evidencia a influência dos determinantes sociais da saúde. As quedas durante a pandemia sugerem subnotificação, e a retomada em 2023 ressalta o papel da Atenção Primária na busca ativa e rastreamento. Assim, os dados mostram crescimento até 2020, queda em 2021-2022 e recuperação em 2023, com predominância de diagnósticos em mulheres de 5069 anos, majoritariamente pardas — reforçando a necessidade de ampliar o rastreamento e promover equidade no acesso aos serviços diagnósticos.





CONCLUSÃO

Conclui-se que o câncer de mama segue como um importante desafio de saúde pública no Piauí, marcado por desigualdades sociais, raciais e regionais. Entre 2017 e 2023, houve aumento dos diagnósticos até 2020, queda acentuada durante a pandemia de COVID-19 e retomada em 2023, mostrando a influência de fatores externos na detecção e notificação da doença. As mulheres entre 50 e 69 anos concentraram a maioria dos casos, conforme o perfil epidemiológico e as diretrizes do Ministério da Saúde. A predominância de diagnósticos em mulheres pardas evidencia desigualdades no acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento. Assim, reforça-se a necessidade de manter políticas de prevenção, ampliar o rastreamento mamográfico e fortalecer a Atenção Primária, com campanhas educativas e incentivo aos exames periódicos para reduzir o diagnóstico tardio e a mortalidade.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. SISCAN – Mamografia por local de residência. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?siscan/mamografia_residbr.def.

Brasil. Ministério da Saúde. Diretrizes para a Detecção Precoce do Câncer de Mama no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>.

Brito, L. R. et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na realização de exames de rastreamento de câncer de mama no Brasil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria**, v. 44, n. 5, p. 301–309, 2022.

Carvalho, P. M.; Souza, F. J.; LIMA, R. N. Desigualdades raciais e acesso ao diagnóstico precoce do câncer de mama no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 2, p. e0003123, 2023.

INCA – Instituto Nacional de Câncer. Estimativa 2023: Incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2023.

INCA – Instituto Nacional de Câncer. Panorama do Câncer de Mama no Brasil: Dados de Rastreamento e Diagnóstico. Rio de Janeiro: INCA, 2024.

Souza, A. L.; Ferreira, R. M.; Nascimento, V. L. Efeitos da pandemia sobre os programas de rastreamento oncológico no Brasil. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e230041, 2023.

Batista, G. V. et al. Câncer de mama: fatores de risco e métodos de prevenção. **Research,**

Society and Development, v. 9, n. 12, e15191211077, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i12.11077.

Carneiro, P. L. et al. Mortalidade por câncer de mama feminino atribuível ao sobrepeso e obesidade no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 8, e12612023, 2025.

Costa, M. A. C. Determinantes sociais e desigualdades no acesso ao diagnóstico precoce do câncer de mama. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, p. 321-332, 2025.

Gomes, K. A. L. et al. Risk factors for breast cancer and their association with molecular subtypes. *Breast Cancer Research and Treatment*, v. 191, n. 3, p. 567-578, 2022.

Instituto nacional de câncer José Alencar Gomes Da Silva (INCA). Câncer de mama: vamos falar sobre isso? 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: INCA, 2025.

Lombardo, P. A. B. F.; OLIVEIRA, T. F.; GEISLER, S. A. Detecção precoce do câncer de mama – revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, e24512541727, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i5.41727.

Løyland, B. et al. **Causes and risk factors of breast cancer: what do we know for sure? Cancers (Basel)**, v. 16, n. 2, p. 301-312, 2024.

Silva, R. R. et al. Integralidade do cuidado à mulher com câncer de mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 71, n. 2, p. 1-10, 2025.

Sociedade americana de câncer (AMERICAN CANCER SOCIETY). Estágios do câncer de mama [Internet]. Atlanta, GA: American Cancer Society, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2pXV6om>. Acesso em: 14.10. 2025

Tortota, G. J.; Derrickson, B. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

Asif, H. M. et al. **Etiology and epidemiology of breast cancer. Asian Pacific Journal of Cancer Prevention**, v. 15, n. 11, p. 4409-4413, 2014.



HIPERTENSÃO ARTERIAL: PREVALÊNCIA, FATORES DE RISCO E DESAFIOS PARA A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

Ayane Araújo Rodrigues²; Douglas de Carvalho Lima¹; Elanio Marconio Pereira dos Santos¹; Taylon Oliveira de Andrades¹.

¹ Discente do Curso de Medicina da Afya Parnaíba.

² Docente do Curso de Medicina da Afya Parnaíba.

E-mail: douglascarvalholima.adv@gmail.com

ÁREA TEMÁTICA: Atenção à Saúde.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma enfermidade crônica de múltiplos fatores, caracterizada pela elevação persistente da pressão arterial, configurando-se como um dos principais problemas de saúde pública mundial.

OBJETIVO: O presente estudo teve como objetivo analisar a predominância, as determinantes e os obstáculos da hipertensão arterial no contexto da saúde pública brasileira.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão de literatura de caráter de detalhamento e abordagem profunda (qualitativa), realizada nas bases de dados *PubMed*, *SciELO* e *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)*, contemplando publicações entre 2020 e 2025, nas línguas portuguesa e inglesa. Buscamos analisar e selecionar artigos que tratassem sobre aspectos epidemiológicos, clínicos e preventivos da HAS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os resultados da pesquisa norteiam para elevada prevalência da doença, atingindo cerca de 30% (trinta por cento) da população adulta brasileira, com maior prevalência entre idosos e pessoas com sobrepeso. Entre os fatores de risco principais, temos a idade avançada, dieta rica em sódio, sedentarismo, consumo excessivo de álcool, tabagismo e predisposição genética. A hipertensão está intimamente interligada a complicações graves, dentre as quais podemos citar: acidente vascular cerebral, infarto agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca e doença renal crônica, desta forma, contribuindo de maneira significativa para a morbimortalidade cardiovascular. Apesar dos avanços terapêuticos, a baixa adesão ao tratamento e as



desigualdades no acesso à saúde são fatores que dificultam o controle eficaz da referida doença. **CONCLUSÃO:** Assim sendo, conclui-se que as estratégias de prevenção, além da educação em saúde, promoção de hábitos saudáveis e acompanhamento contínuo são essenciais para reduzir a prevalência e o impacto da hipertensão arterial na população.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial; Fatores de Risco; Saúde Pública; Prevenção.

INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma situação clínica persistente e multiforme, definida pela elevação sustentada da pressão arterial, geralmente acima de 140/90 mmHg. Trata-se de um dos mais significativos problemas de saúde pública mundial, especialmente no nosso país, devido à sua elevada predominância e ao impacto no desenvolvimento de complicações cardiovasculares, cerebrovasculares e renais. No Brasil, estima-se que cerca de mais de 30% (trinta por cento) da população adulta seja hipertensa, o que representa milhões de indivíduos em risco de morbimortalidade associada à doença (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2024).

A HAS pode ser classificada em primária, responsável pela grande maioria dos casos e de etiologia multifatorial, e secundária, decorrente de causas específicas, dentre as quais podemos citar, doenças renais, endócrinas ou uso de certos fármacos (MINISTÉRIO DA SAÚDE - BRASIL). Dentre os principais fatores de risco, podemos destacar a idade avançada, o excesso de peso, a inatividade física, a alimentação rica em sódio, o tabagismo, o consumo excessivo de álcool e a predisposição genética, conforme citamos acima. Esses aspectos, aliados às mudanças no estilo de vida e envelhecimento populacional, explicam o aumento da prevalência da doença nas últimas décadas (Oliveira et al., 2023).

O impacto da hipertensão arterial não se limita apenas ao indivíduo, mas gera repercussão na elevação de custos para o sistema de saúde e para a sociedade. Ora, temos as complicações como acidente vascular cerebral (AVC), infarto agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca e doença renal crônica, como as grandes responsáveis por internações hospitalares, incapacidades e mortalidade precoce. Além disso, diversos estudos indicam que relativa parcela dos indivíduos hipertensos desconhecem seu diagnóstico ou não realizam o controle adequado da pressão arterial, sendo que



isso reforça, ainda mais, a necessidade de medidas preventivas e de maior adesão terapêutica (Ministério da Saúde, 2024; Santos et al., 2022).

Assim sendo, apesar dos avanços no que diz respeito ao diagnóstico e o desenvolvimento de terapias eficazes, a adesão ao tratamento farmacológico e não farmacológico permanece um desafio, quase inerte, onde muitas vezes é dificultada por barreiras socioeconômicas, falta de informação e baixa percepção dos riscos da doença. Nesse sentido, programas de educação em saúde, incentivo à prática de atividade física, controle de peso e orientação nutricional são estratégias essenciais para a prevenção e controle da HAS, diminuindo a carga da doença na população.

Desta forma, diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar a hipertensão arterial sistêmica, abordando sua epidemiologia, fatores de risco, manifestações clínicas, complicações e impacto no contexto da saúde pública brasileira, destacando a importância de estratégias preventivas e de manejo adequado para reduzir a morbimortalidade associada à condição.

METODOLOGIA

Aqui temos uma revisão narrativa, sem rigidez protocolar, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, que teve por objetivo desenvolver determinadas evidências científicas acerca da predominância dos fatores de risco e das técnicas de combate à hipertensão arterial no Brasil. O rastreamento de obras bibliográficas foi realizado nos arquivos de informações da PubMed, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), englobando publicações entre os anos de 2020 e 2025, em português e inglês. Os descritores utilizados foram: “hipertensão arterial”, “fatores de risco” e “saúde pública”. Inserimos artigos originais, revisões e diretrizes clínicas que abordassem aspectos epidemiológicos, clínicos e preventivos da HAS. Excluíram-se estudos fora do período de interesse ou sem relação direta com o tema. Em sendo assim, por tratar-se de pesquisa com dados secundários e de domínio público, esta revisão dispensa apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando-se integralmente os princípios éticos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A literatura analisada indica que a prevalência da hipertensão arterial tem aumentado em diversos grupos populacionais, especialmente entre indivíduos com sobrepeso, idosos e pessoas com estilo de vida sedentário. Em nosso país, a taxa

estimada é de 30 a 32% (trinta a trinta e dois por cento) entre adultos, sendo ligeiramente maior em homens (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2024).

No que diz respeito aos resultados globais, o número de pessoas que vivem com hipertensão dobrou entre 1990 e 2019, passando de 650 milhões para 1,3 bilhão. Quase metade das pessoas com hipertensão em todo o mundo não tem conhecimento de sua condição. Mais de três quartos dos adultos com hipertensão vivem em países de baixa e média renda.

Após levantamento, verifica-se que diversos estudos recentes apontam que fatores como o envelhecimento populacional, a urbanização, o consumo alimentar inadequado e o estresse contribuem significativamente para o crescimento dos casos (Oliveira et al., 2023).

Os sintomas da hipertensão costumam aparecer somente quando a pressão sobe muito: podem ocorrer dores no peito, dor de cabeça, tonturas, zumbido no ouvido, fraqueza, visão embaçada e sangramento nasal. O Ministério da Saúde sempre orienta que medir a pressão regularmente é a única maneira de diagnosticar a hipertensão. Pessoas acima de 20 anos de idade devem medir a pressão ao menos uma vez por ano. Se houver casos de pessoas com pressão alta na família, deve-se medir no mínimo duas vezes por ano.

Entre os mais significativos fatores de risco modificáveis, destacam-se a dieta rica em sal (sódio) e gorduras saturadas, o consumo abusivo de álcool, o tabagismo e o sedentarismo. Intervenções voltadas à mudança do estilo de vida, como adoção de dieta balanceada, prática regular de atividade física e redução do consumo de sal, mostraram-se eficientes na prevenção e controle da doença (Ministério da Saúde, 2024). Além disso, o controle adequado do peso corporal e a cessação do tabagismo reduzem significativamente o risco de complicações cardiovasculares.

Em termos de quaisquer complicações, temos que a hipertensão não controlada é o principal fator de risco para acidente vascular cerebral (AVC), infarto agudo do miocárdio (IAM), insuficiência cardíaca e doença renal crônica. Esses desfechos estão entre as principais causas de mortalidade no Brasil e no mundo, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes.

No entanto, a literatura nos mostra que inúmeros hipertensos desconhecem o diagnóstico ou não aderem ao tratamento de forma adequada, devido a barreiras socioeconômicas, falta de acompanhamento médico regular e baixa percepção do risco. Programas de educação em saúde, monitoramento domiciliar da pressão arterial e



campanhas comunitárias de prevenção têm se mostrado estratégias promissoras para aumentar a adesão e reduzir a prevalência.

A integração entre atenção primária e programas de promoção de saúde é essencial para o controle efetivo da hipertensão no contexto brasileiro, mas não é só isso, pois o controle da PAS também tem se mostrado um problema de saúde pública em cidades de pequeno porte, tendo em vista que apesar da ESF cobrir 100% da população, os hipertensos têm conhecimento da doença, mas a prevalência de hipertensão arterial continua elevada (Cesarino et al., 2008; Rabetti & Freitas, 2011).

Apesar da ampla cobertura da ESF, ações para melhorar o acesso aos serviços de saúde, organização e educação são essenciais para o manejo eficaz da hipertensão. Outros estudos com hipertensos em unidades domiciliares de saúde apontam para a necessidade de ações de promoção da educação em saúde, a ESF promove estilos de vida saudáveis por meio de campanhas educativas, iniciativa que tem grande impacto no controle da hipertensão e das doenças a ela associadas (Helena et al., 2010; Rosário et al., 2009).

Um tema importante que se correlaciona com o aqui desenvolvido (PAS) é o da alimentação saudável, pois esta, de forma equilibrada, é uma das formas de controle da hipertensão arterial. Para ajudar no dia a dia da alimentação do brasileiro foi lançado em 2014, o 'Guia Alimentar para a População Brasileira'. A referida publicação relata os cuidados e caminhos para alcançar uma alimentação saudável, saborosa e balanceada. Para complementar o Guia, em 2015, foi lançada a publicação 'Alimentos Regionais Brasileiros' que divulga a variedade de alimentos no país e orienta as práticas culinárias, estimulando a valorização da cultura alimentar brasileira. Sobre o assunto, foi lançado também o Plano Nacional de Redução de Sódio em Alimentos Processados que tem a meta de tirar 28.562 toneladas de sódio dos alimentos processados até 2020. Até agora, mais de 14 mil toneladas de alimentos já foram retiradas.

CONCLUSÃO

A hipertensão arterial sistêmica nos traz uma representatividade de um demasiado desafio para a saúde pública brasileira, devido à sua alta prevalência, baixa taxa de controle e grave impacto nas taxas de morbimortalidade cardiovascular. Os principais fatores associados à doença passam por hábitos alimentares inadequados, sedentarismo, obesidade e envelhecimento populacional.



A cautela e o manuseio das práticas e ações eficazes, de nós exigem uma abordagem multidisciplinar, baseada em ações educativas, promoção de hábitos saudáveis e acompanhamento regular da pressão arterial, ou seja, temos aqui políticas públicas que garantam o acesso à atenção primária de qualidade e ampliem as estratégias de rastreamento e controle são fundamentais para reduzir a carga da doença e seus desfechos adversos na população.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC). **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial 2024**. São Paulo: Clannad, 2024.

CESARINO et al., 2008; RABETTI & FREITAS, 2011.

OLIVEIRA, R. M. et al. **Epidemiologia da hipertensão arterial no Brasil: tendências e desafios**. *Revista Brasileira de Cardiologia*, v. 35, n. 2, p. 120–132, 2023.

SANTOS, M. J. et al. **Adesão ao tratamento e fatores associados à hipertensão arterial**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 4, p. e0003122, 2022.

HELENA et al., 2010; ROSÁRIO et al., 2009.

MALACHIAS, M. V. B. et al. **Atualização das Diretrizes de Hipertensão Arterial: aspectos clínicos e terapêuticos**. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 122, n. 1, p. 77–92, 2024. DOI: 10.36660/abc.20240001. SILVA, C. A.; GOMES, L. R.; FREITAS, J. P. **Fatores de risco modificáveis e adesão ao tratamento da hipertensão arterial em adultos**. *Revista de Saúde Pública*, v. 58, n. 2, p. e23100, 2023. DOI: 10.1590/S1518-8787.2023058002.



ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA AIDS NO ESTADO DO PIAUÍ: ESTUDO TRANSVERSAL RESTROSPECTIVO (2020–2024)

Heitor Ferreira do Nascimento Melo¹; João Felipe Rocha Portela¹; Letícia Martins
Loiola¹; Maria do Livramento Karoline de Castro Monção¹; Maria Laura Lima Beltrão¹;
Samyra de Oliveira Cavalcante¹; Ayane Araujo Rodrigues².

1 Discentes do Curso de Medicina da Faculdade Afya de Parnaíba-PI

2 Docente do Curso de Medicina da Faculdade Afya de Parnaíba-PI

heitor.fnm@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A AIDS é o estágio mais avançado da infecção pelo vírus HIV e ainda representa um importante problema de saúde pública no Brasil. Mesmo com avanços no diagnóstico e tratamento, o preconceito e as desigualdades sociais dificultam o controle da doença, especialmente em regiões com menor acesso aos serviços de saúde, como o Piauí. **OBJETIVO:** Analisar o perfil epidemiológico dos casos de AIDS no estado do Piauí entre os anos de 2020 e 2024, considerando sexo, faixa etária e raça/cor. **METODOLOGIA:** Estudo quantitativo, descritivo e transversal, baseado em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) disponíveis no DATASUS. Foram incluídos casos confirmados de AIDS em residentes do Piauí no período de 2020 a 2024, analisando-se as variáveis sexo, faixa etária e raça/cor. Os dados foram apresentados em números absolutos e relativos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No período analisado, registraram-se 67 casos de AIDS no Piauí, sendo 58 em homens e 9 em mulheres. A faixa etária predominante foi de 25 a 34 anos, com maior incidência em indivíduos brancos. Notou-se também aumento proporcional de casos entre mulheres negras, o que indica feminização e interiorização da doença. Os dados evidenciam desigualdades sociais e a necessidade de intensificar ações de prevenção e diagnóstico precoce. **CONCLUSÃO:** A AIDS continua sendo um desafio para a saúde pública no Piauí, com destaque para jovens adultos e populações vulneráveis. O fortalecimento das políticas de prevenção, o combate ao estigma e a ampliação do acesso ao tratamento são essenciais para reduzir novos casos e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV.

Palavras-chaves: Epidemiologia, AIDS, HIV e Piauí.

INTRODUÇÃO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) corresponde ao estágio mais avançado da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), o qual compromete o sistema imunológico humano. Nesse período, as barreiras imunológicas encontram-se extremamente enfraquecidas, possibilitando a entrada de patógenos responsáveis por infecções oportunistas e por determinados tipos de câncer. As principais células atacadas pelo HIV são os linfócitos T CD4+, responsáveis pela coordenação da resposta imune por meio da produção de citocinas. O vírus invade essas células, altera seu DNA e passa a produzir cópias de si mesmo. Após sua multiplicação, ocorre a ruptura dos linfócitos, que morrem, liberando novas partículas virais capazes de infectar outras células (Brasil, 2022). A transmissão do HIV pode ocorrer por diferentes vias, sexual, sanguínea e vertical (de mãe para filho), sendo esta última uma das principais causas de infecção infantil no mundo. De acordo com Friedrich et al. (2016), a transmissão vertical pode acontecer durante a gestação, o parto ou a amamentação, e, na ausência de intervenções terapêuticas, as taxas podem alcançar até 31%. No Brasil, além dos desafios clínicos, ainda persiste o preconceito contra pessoas vivendo com HIV/AIDS, marcado por estigmas sociais que dificultam o diagnóstico precoce, a adesão ao tratamento e a inclusão social, reforçando a importância da informação e da educação em saúde (UNAIDS, 2023; PARKER; AGGLETON, 2020). O HIV corresponde ao vírus em si, enquanto a AIDS caracteriza o estágio avançado da infecção, marcado pelo agravamento do sistema imunológico e pelo aumento da suscetibilidade a infecções oportunistas. Desde o reconhecimento oficial da AIDS, em 1981, nos Estados Unidos, diversos avanços científicos marcaram o enfrentamento da doença, como o desenvolvimento de testes diagnósticos, a criação de programas nacionais de combate e a introdução da terapia antirretroviral, que aumentou significativamente a sobrevivência das pessoas vivendo com HIV 1 (GRECO, 2020). Apesar disso, ainda existem desigualdades na disseminação de informações sobre prevenção, sobretudo em populações em situação de vulnerabilidade social. Dados recentes do DATASUS (Brasil, 2024), referentes ao estado do Piauí, no período de 2020 a 2024, demonstram a persistência de casos de AIDS, sobretudo na faixa etária de 25 a 34 anos. Nesse intervalo, foram registrados 67 casos, sendo 58 entre indivíduos do sexo

masculino, a maioria de raça/cor branca (38), seguida de preta (20). Entre as mulheres, foram identificados 9 casos, igualmente distribuídos entre brancas e pretas. Esses indicadores reforçam a necessidade de análises atualizadas sobre o perfil

epidemiológico da AIDS no Piauí, com ênfase no período de 2020 a 2024, destacando a distribuição dos casos segundo sexo, faixa etária e raça/cor. Busca-se, ainda, compreender os determinantes sociais envolvidos na persistência da doença, de modo a subsidiar estratégias de prevenção, promoção da saúde e enfrentamento das desigualdades que contribuem para a vulnerabilidade da população.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, de natureza básica, configurando-se como um estudo transversal retrospectivo com metodologia descritivo-observacional. Os dados que embasaram os resultados foram coletados em setembro de 2025, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponível na plataforma do DATASUS/TABNET, abrangendo o período de 2020 a 2024. O referencial teórico foi composto por artigos científicos e documentos técnicos extraídos de bases como PubMed, SciELO, BVS, além de publicações do Ministério da Saúde e da UNAIDS. O público-alvo compreendeu indivíduos diagnosticados com AIDS no estado do Piauí entre 2020 e 2024. Foram incluídos apenas os casos notificados no SINAN de residentes no estado, excluindo-se registros com dados incompletos, inconsistentes ou duplicados. As variáveis analisadas foram: sexo, faixa etária (25 a 29 e 30 a 34 anos) e raça/cor (branca e preta). As informações foram organizadas em tabelas e gráficos de distribuição absoluta e relativa, descrevendo o comportamento dos casos ao longo do tempo segundo os recortes demográficos. Por utilizar dados secundários, públicos e sem identificação pessoal, a pesquisa foi dispensada de apreciação pelo Comitê de Ética, conforme a Resolução nº 510/2016 do CNS. Ainda assim, todas as diretrizes éticas foram rigorosamente respeitadas. Esse delineamento permite compreender os padrões da AIDS no Piauí e subsidia ações de prevenção e combate às desigualdades sociais ligadas à doença.



RESULTADO E DISCUSSÕES

Uma pesquisa realizada no estado do Piauí, região Nordeste do Brasil, conduzida por Júnior et al. (2019, p. 9), registrou 207 novos casos de HIV/AIDS, apontando uma incidência de 6,32 novos casos por 100.000 habitantes. No mesmo estudo, o estado também apresentou 134 óbitos causados pela infecção, o que representa 4,08 óbitos por HIV a cada 100.000 habitantes, sendo a razão de 3,08 óbitos masculinos para um feminino (Júnior et al., 2019, p. 11-12). Esse resultado revela que a incidência de HIV/AIDS continua elevada no Piauí. No mesmo artigo, Júnior (2022) destacou que a região Nordeste concentrava 22% (n = 2.982) dos casos de HIV/AIDS no país em 2021, tornando o estado o segundo com maior número de registros. Esses dados evidenciam deficiências no combate à doença, como o diagnóstico tardio, barreiras de acesso ao tratamento, desinformação e estigma, aspectos amplamente reforçados pela literatura sobre o tema. De acordo com Godoy et al. (2023), a epidemia de HIV/AIDS, inicialmente restrita a círculos cosmopolitas das metrópoles nacionais — São Paulo e Rio de Janeiro — e predominantemente masculina, evoluiu para um cenário marcado pelo aumento da transmissão por contato heterossexual, resultando no crescimento expressivo de casos entre mulheres.

Esse recorte converge com os achados deste estudo, que demonstram o aumento dos casos femininos entre 2020 e 2021, seguido de estabilização nos anos subsequentes, caracterizando a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida como uma epidemia também entre mulheres brasileiras. Os casos de HIV continuam concentrados em grupos específicos e, em grande parte, entre pessoas negras (Pinto, 2020). Tal constatação está em consonância com as informações obtidas neste estudo em relação aos dados de mulheres negras e brancas entre 2020 e 2024. No total, dos nove casos registrados de HIV no Piauí, cinco foram de mulheres pretas e quatro de mulheres brancas. Em contrapartida, entre os homens, foram detectados 58 casos no mesmo período, sendo 38 em homens brancos e 20 em homens pretos, o que demonstra diferenças raciais no perfil epidemiológico conforme o sexo.



Figura 1 -

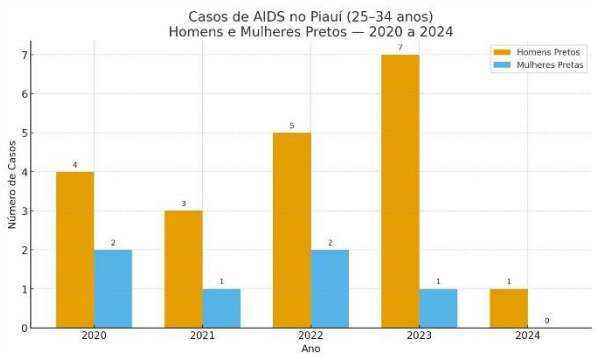


Figura2 -

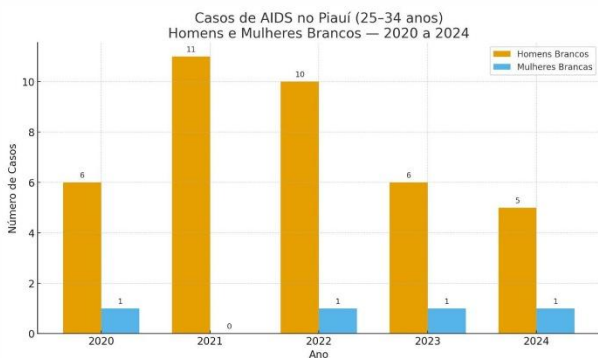


Figura 3 -

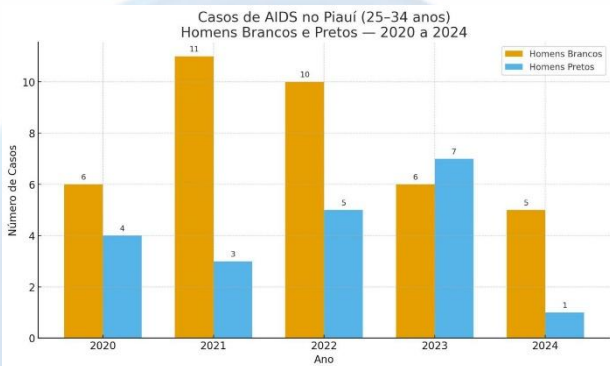


Figura 4 -

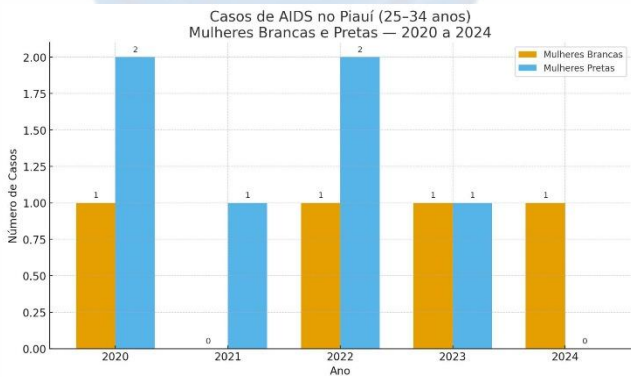
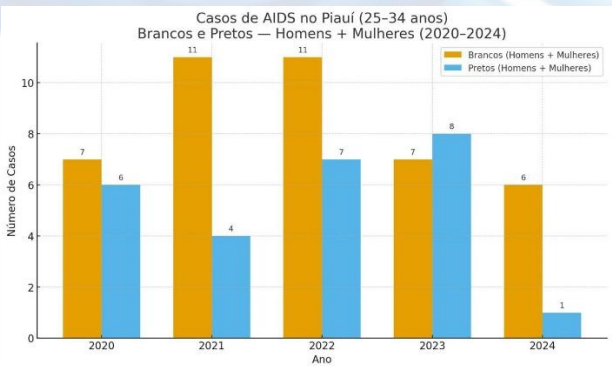


Figura 5 -





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam a persistência da AIDS como um importante entrave de saúde pública no estado do Piauí, especialmente entre adultos jovens de 25 a 34 anos. Observou-se maior incidência entre indivíduos do sexo masculino e prevalência de casos em pessoas brancas, embora o impacto entre pessoas negras e mulheres venha se tornando mais expressivo nos últimos anos. Essa mudança no perfil epidemiológico reflete a feminização e a interiorização da epidemia, fenômenos descritos pela literatura nacional. A análise reforça, ainda, que fatores como diagnóstico tardio, barreiras de acesso aos serviços de saúde, desinformação e estigma social continuam sendo entraves significativos para o controle da doença. Com isso, destaca-se a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à prevenção, ampliação do diagnóstico precoce e garantia de adesão ao tratamento antirretroviral. Além disso, é essencial intensificar estratégias de educação em saúde que reduzam o preconceito e promovam a equidade, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais associadas ao HIV/AIDS no Piauí.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2022*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Departamento de Informática do SUS – DATASUS/TABNET*. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>.

FRIEDRICH, C. C. et al. Transmissão vertical do HIV: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 10, p. 482–489, 2016.

GODOY, A. M. et al. Desigualdades de gênero e raça na epidemia de HIV/AIDS no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 1–12, 2023.

GRECO, D. B. Quarenta anos da AIDS: avanços, desafios e perspectivas. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 53, n. 1, p. 1–6, 2020.

JÚNIOR, F. A. S. et al. Perfil epidemiológico do HIV/AIDS no estado do Piauí, Brasil. **Revista de Saúde Coletiva do Nordeste**, Teresina, v. 9, n. 2, p. 7–15, 2019.

JÚNIOR, F. A. S. Distribuição geográfica e evolução da epidemia de HIV/AIDS no Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 1–10, 2022.

PARKER, R.; AGGLETON, P. Estigma, discriminação e AIDS: uma agenda de ação global. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 20, n. 1, p. 203–212, 2020.

PINTO, V. M. Vulnerabilidades e desigualdades sociais na epidemia de HIV/AIDS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 1–9, 2020.

UNAIDS. **Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS**. Relatório Global 2023. Genebra: UNAIDS, 2023. Disponível em: <https://www.unaids.org/pt>.



CÂNCER NO COLO DO ÚTERO: EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE PREVENÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE

Ananda Veras Mendes ¹; Brenda Lacerda Lima ¹; José Paulo Santos Silva ¹; Milena Medeiros de Souza ¹; Raquel Silva Souza ¹; Ayane Araújo Rodrigues ²

¹ Discente do Curso de MEDICINA da FAHESP / IESVAP, Parnaíba-PI

² Docente do Curso de MEDICINA da FAHESP / IESVAP, Parnaíba-PI

ÁREA TEMÁTICA: Atenção à Saúde

RESUMO

INTRODUÇÃO: O câncer do colo do útero é a terceira neoplasia mais incidente entre mulheres no Brasil e uma das principais causas de mortalidade feminina, estando fortemente associado à infecção persistente pelo HPV. Apesar de avanços em prevenção e rastreamento, desigualdades regionais dificultam o controle, especialmente no Norte, Nordeste e no Piauí, que apresenta altas taxas de incidência, evidenciando a necessidade de políticas públicas integradas e eficazes. **OBJETIVO:** Analisar estratégias de prevenção e controle do câncer do colo do útero, destacando o papel da Atenção Primária à Saúde, vacinação e rastreamento precoce. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão integrativa para sintetizar evidências sobre epidemiologia, rastreamento, vacinação e prevenção do câncer do colo do útero em Parnaíba (Piauí). A busca incluiu termos em português e inglês relacionados ao câncer cervical e HPV, considerando artigos, revisões, relatórios, teses e documentos oficiais com dados municipais. Dois revisores independentes realizaram triagem e leitura completa, resolvendo divergências por consenso. A extração de dados utilizou formulário padronizado com informações sobre autor, ano, tipo de estudo, população, período, variáveis e principais achados. A síntese narrativa organizou os resultados por temas, discutindo limitações, vieses e lacunas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A infecção persistente pelo HPV é o principal fator do câncer do colo do útero, tornando a vacinação essencial. No Brasil, a imunização pelo SUS é indicada para crianças de 9 a 14 anos. A prevenção secundária ocorre pelo exame citopatológico, mas desafios como baixa adesão e cobertura ainda persistem. O fortalecimento da APS, com busca ativa, acolhimento humanizado e uso do teste de HPV, é fundamental para o controle da doença. **CONCLUSÃO:** O controle do câncer do colo do útero requer ações contínuas de prevenção, detecção precoce e

educação em saúde. É essencial ampliar a vacinação, qualificar profissionais e reorganizar a Atenção Primária. Essas medidas reduzem desigualdades e visam a eliminação da doença até 2030.

Palavras-chave: Câncer do colo do útero. Papilomavírus Humano. Prevenção. Rastreamento. Atenção Primária à Saúde.

INTRODUÇÃO

O câncer do colo do útero é um dos principais problemas de saúde pública entre as mulheres brasileiras, sendo a terceira neoplasia mais incidente e uma das principais causas de mortalidade por câncer no sexo feminino (INCA, 2023). Nos últimos cinco anos, o Brasil registrou uma média anual de cerca de 17.010 novos casos, com uma taxa de incidência de 15,38 por 100 mil mulheres. Na região Nordeste, essa taxa é ainda mais elevada, alcançando 17,59 por 100 mil, o que evidencia desigualdades regionais e maior vulnerabilidade populacional (INCA, 2023).

No estado do Piauí, a estimativa para 2021 indicou aproximadamente 390 novos casos, com uma taxa bruta de 23,19 por 100 mil mulheres — valor que supera as médias nacional e regional (INCA, 2021). Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer as ações de prevenção e controle na Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente em municípios estratégicos como Parnaíba, que têm papel essencial na ampliação da cobertura vacinal contra o Papilomavírus Humano (HPV) e na qualificação das estratégias de rastreamento do câncer cervical.

A prevenção primária, por meio da imunização contra o HPV, constitui a estratégia mais eficaz para reduzir a incidência da doença, visto que o vírus está relacionado a mais de 90% dos casos (Brasil, 2022; WHO, 2020). A vacina tetravalente e, mais recentemente, a nonavalente, disponíveis gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), representam avanços significativos no controle do câncer do colo do útero. Essas vacinas são recomendadas para meninas e meninos de 9 a 14 anos, preferencialmente antes do início da vida sexual, período em que a resposta imunológica é mais eficaz (Brasil, 2023).



A prevenção secundária, realizada por meio do rastreamento com o exame citopatológico de Papanicolau ou pela introdução gradual do teste de HPV como exame primário, é fundamental para detectar lesões precursoras e reduzir a mortalidade (INCA, 2023; OMS, 2020).

No entanto, menos de 1% dos municípios brasileiros atingiram a meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de cobertura $\geq 80\%$ no rastreamento (Jornal do Commercio, 2025). Essa baixa cobertura reflete dificuldades estruturais e organizacionais da rede de atenção, incluindo adesão limitada das mulheres, falhas no registro de informações e desafios no acompanhamento dos casos alterados. Nesse contexto, é essencial que a APS de Parnaíba adote estratégias integradas que ampliem o acesso aos serviços, promovam educação em saúde, realizem busca ativa das mulheres e assegurem acolhimento humanizado em todas as etapas do cuidado (INCA, 2021; Brasil, 2022). De forma que nosso objetivo é analisar estratégias de prevenção e controle do câncer do colo do útero, destacando o papel da Atenção Primária à Saúde, vacinação e rastreamento precoce.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão narrativa para discutir a epidemiologia, o rastreamento, a vacinação e as ações de prevenção do câncer do colo do útero em Parnaíba (PI). Essa neoplasia é um relevante problema de saúde pública, associada à infecção persistente pelo papiloma vírus humano (HPV) (INCA, 2023). Foram consultados artigos científicos, dissertações, relatórios e documentos oficiais que abordassem dados municipais. Os descritores utilizados foram “câncer do colo do útero”, “câncer cervical”, “HPV” e “vacina HPV”, combinados aos termos “Parnaíba” e “Piauí”. A análise das publicações considerou autor, ano, tipo de estudo, população e principais achados, seguindo critérios de qualidade metodológica (Brasil, 2023). A síntese dos resultados evidenciou avanços nas ações de prevenção, mas também dificuldades relacionadas à adesão ao exame citopatológico e à vacinação. Persistem lacunas em estudos locais, reforçando a necessidade de novas investigações epidemiológicas (SANTOS; OLIVEIRA; LIMA, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PREVALÊNCIA

O câncer do colo do útero continua sendo um dos principais problemas de saúde pública entre as mulheres brasileiras, especialmente nas regiões com menores condições socioeconômicas e acesso restrito aos serviços de saúde. Segundo o INCA (2023), estima-se cerca de 17.010 novos casos por ano no triênio 2023–2025, com taxa de incidência de 15,38 por 100 mil mulheres. As Regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores taxas, refletindo desigualdades no rastreamento e diagnóstico precoce.

Quanto à mortalidade, o CCU ocupa a quarta posição entre as causas de morte por câncer em mulheres, com taxa ajustada de 4,51 óbitos por 100 mil, chegando a 9,07 na Região Norte (INCA, 2023). Cerca de 60% dos casos são diagnosticados tardiamente, reforçando a necessidade de ampliar a cobertura do exame citopatológico e da vacinação contra o HPV.

FATORES DE RISCO

O principal fator de risco para o desenvolvimento do câncer do colo do útero é a infecção persistente pelo Papilomavírus Humano (HPV), especialmente os subtipos de alto risco 16 e 18, responsáveis por aproximadamente 70% dos casos mundialmente (WHO, 2022). A infecção é transmitida predominantemente por via sexual e, embora frequentemente transitória, sua persistência pode induzir alterações celulares precursoras que evoluem para lesões malignas (Brasil, 2022).

No entanto, a infecção pelo HPV isoladamente não é suficiente para causar a doença. Fatores comportamentais e biológicos, como início precoce da atividade sexual, múltiplos parceiros, tabagismo, uso prolongado de contraceptivos orais, multiparidade e condições de imunossupressão, como infecção pelo HIV, aumentam o risco (INCA, 2023; Brasil, 2022). A idade média de diagnóstico situa-se entre 35 e 44 anos, sendo rara em mulheres com menos de 25 anos (Oncoguia, 2024). Dessa forma, o desenvolvimento do câncer resulta da interação entre fatores biológicos, comportamentais e sociais.



RASTREAMENTO E DIAGNÓSTICO

O **câncer do colo do útero (CCU)** configura-se como um grave e persistente desafio para a saúde pública no Brasil, sendo a terceira neoplasia mais incidente entre as mulheres e uma das principais causas de mortalidade por câncer no sexo feminino (Instituto Nacional de Câncer, 2023). O contexto epidemiológico nacional, marcado pela estimativa de 17.010 novos casos anuais e uma taxa de incidência de 15,38 por 100 mil mulheres, é substancialmente agravado nas regiões Norte e Nordeste. Especificamente no estado do Piauí, a taxa bruta estimada de 23,19 por 100 mil mulheres não apenas excede significativamente a média nacional, mas também serve como um indicador da profunda desigualdade regional no acesso e na qualidade das ações de prevenção e rastreamento (Instituto Nacional De Câncer, 2021).

Primeiramente, sabe-se que a base etiológica da doença é amplamente estabelecida na literatura científica, que atribui a infecção persistente pelo Papilomavírus Humano (HPV) como o principal fator causal, associado a mais de 90% dos diagnósticos (World Health Organization, 2020; Brasil, 2022). Diante dessa causalidade, a estratégia de controle do CCU estrutura-se em dois pilares essenciais: a prevenção primária e a secundária. A prevenção primária, realizada através da imunização contra o HPV, é reconhecida como uma das ferramentas mais eficazes para a redução da incidência da doença a longo prazo, sendo a vacina, disponível gratuitamente no SUS, recomendada para a faixa etária de 9 a 14 anos (Brasil, 2023).

Para reverter esse cenário, a literatura destaca o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) como essencial. É necessário utilizar os Agentes Comunitários de Saúde na busca ativa de mulheres, melhorar o registro de dados nos sistemas SISCOLO e DATASUS e garantir acolhimento humanizado durante o exame. A adoção do Teste de HPV como método rastreador primário é uma inovação promissora, mas requer infraestrutura e capacitação profissional. Assim, o controle do CCU em Parnaíba demanda investimento contínuo em prevenção e reestruturação da APS, alinhando-se à meta da OMS de eliminar o câncer do colo do útero como problema de saúde pública até 2030 (INCA, 2023; WHO, 2020).



TRATAMENTO

O câncer do colo do útero é uma das neoplasias mais frequentes entre as mulheres, sobretudo em países em desenvolvimento, estando fortemente associado à infecção persistente pelo Papilomavírus Humano (HPV). O diagnóstico precoce é essencial para o sucesso terapêutico, pois o tratamento varia conforme o estágio clínico da doença e pode envolver cirurgia, radioterapia e quimioterapia (INCA, 2023).

Nos estágios iniciais, o tratamento cirúrgico é o mais indicado, destacando-se a histerectomia radical com retirada dos linfonodos pélvicos, que apresenta altas taxas de cura. Em casos de lesões pré-invasivas, podem ser utilizados procedimentos conservadores, como a conização, que preserva a fertilidade e é especialmente relevante em mulheres jovens com desejo reprodutivo (Kumar et al., 2021). Nos estágios mais avançados, o tratamento padrão combina radioterapia e quimioterapia com cisplatina, associadas à braquiterapia, estratégia que tem mostrado bons resultados em sobrevida e controle local da doença (Ministério da Saúde, 2022).

CONCLUSÃO

O câncer do colo do útero, comum em países em desenvolvimento, está associado à infecção persistente pelo HPV. O diagnóstico precoce é essencial, com tratamento variando conforme o estágio: lesões pré-invasivas podem ser tratadas por conização, estágios iniciais geralmente por histerectomia radical, e fases avançadas com radioterapia combinada à quimioterapia. Novas abordagens, como imunoterapia com pembrolizumabe, têm mostrado eficácia em casos metastáticos, ampliando opções terapêuticas e melhorando o prognóstico (National Cancer Institute, 2022).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas: câncer do colo do útero**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Tratamento do câncer do colo do útero**. Rio de Janeiro: INCA, 2023.

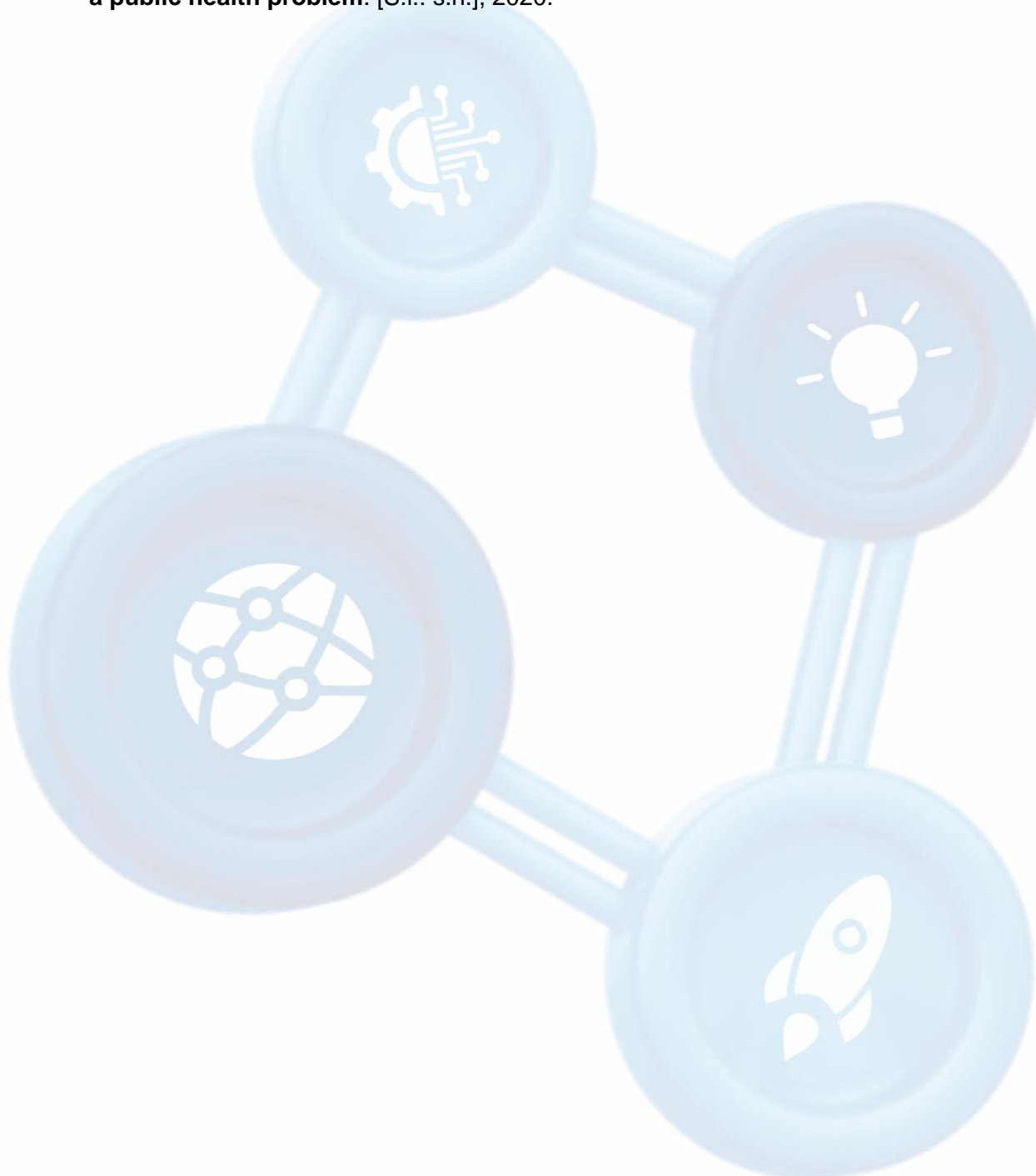
JORNAL DO COMMERCIO. **Brasil tem menos de 1% dos municípios com cobertura ideal no rastreamento do câncer de colo do útero**. Recife, 2025.



KUMAR, Vinay; ABBAS, Abul K.; ASTER, Jon C. **Robbins & Cotran: Patologia – Bases patológicas das doenças**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

NATIONAL CANCER INSTITUTE. **Cervical Cancer Treatment (PDQ®) – Health Professional Version**. Bethesda, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION
(WHO). **Global strategy to accelerate the elimination of cervical cancer as a public health problem**. [S.l.: s.n.], 2020.





ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO PARA HIPERTENSÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

Isabelly Passos Rodrigues¹; Jamille Joselle Pires Sousa¹; Kammile Sthefany da Silva¹;
Leticia dos Santos Alencar¹; Victor Matthaus da Costa Ferreira; Ayane Araújo
Rodrigues².

¹ Discente do Curso de Medicina da instituição AFYA PARNAÍBA- PARNAÍBA-PI.

² Docente do Curso de Medicina da instituição AFYA PARNAÍBA- Parnaíba-PI.

ÁREA TEMÁTICA: Atenção à Saúde

RESUMO

A hipertensão arterial é uma condição crônica de alta prevalência, considerada um dos principais desafios da saúde pública no Brasil e no mundo. Caracteriza-se pela elevação persistente da pressão arterial, podendo evoluir de forma silenciosa e provocar complicações cardiovasculares, renais e cerebrovasculares, sendo uma das maiores causas de morbimortalidade entre adultos. A doença tem origem multifatorial, associando-se a fatores comportamentais e ambientais, como alimentação inadequada, consumo excessivo de sal e álcool, obesidade, tabagismo e sedentarismo, além de fatores genéticos e socioeconômicos. A pesquisa tem como objetivo analisar a prevalência e os fatores associados à hipertensão arterial em adultos atendidos nas Unidades Básicas de Saúde do município de Parnaíba, no Estado do Piauí, e identificar hábitos de vida relacionados ao aumento do risco cardiovascular. O estudo possui abordagem quantitativa, de caráter descritivo e transversal, realizado segundo os princípios éticos em pesquisa. A amostra é composta por indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos, cadastrados nas unidades de atenção básica. Os dados foram obtidos a partir de levantamentos em sistemas de informação e registros de consultas, contemplando aspectos sociodemográficos, estilo de vida e presença de comorbidades. A aferição da pressão arterial seguiu protocolos padronizados, com o participante em repouso, utilizando manguito adequado e aparelho calibrado, sendo consideradas as médias de duas medidas. Os resultados preliminares indicam prevalência de hipertensão de 43,3% entre os avaliados, com predominância em mulheres e em faixas etárias acima de 50 anos. Entre os fatores de risco mais frequentes destacam-se o sedentarismo, o consumo elevado de sal, o sobrepeso e a obesidade, além da baixa adesão ao tratamento. Esses achados evidenciam a importância da educação em saúde e da implementação de estratégias efetivas de prevenção e controle da hipertensão na atenção primária, com foco em mudanças de comportamento, orientação nutricional e incentivo à atividade física. Conclui-se que o manejo integrado e contínuo da hipertensão arterial é fundamental para reduzir



complicações, melhorar a qualidade de vida da população e fortalecer as ações de promoção da saúde dentro do Sistema Único de Saúde, reafirmando a necessidade de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no contexto local e nacional.

Palavras-chave: Hipertensão arterial. Fatores de risco. Atenção primária à saúde. Prevenção de doenças. Epidemiologia.

INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial configura-se como um dos principais desafios à saúde pública brasileira, em razão de sua elevada prevalência e do impacto expressivo sobre a morbimortalidade da população. Estudos epidemiológicos demonstram que a condição acomete uma parcela significativa dos adultos e está associada a fatores de risco modificáveis, como dieta inadequada, sedentarismo e consumo excessivo de sal, além de fatores não modificáveis, como idade avançada e predisposição genética. Trata-se de uma doença crônica de grande relevância em saúde pública, caracterizada pela elevação persistente da pressão arterial e reconhecida como um dos principais fatores de risco para complicações graves, incluindo doenças cardiovasculares, insuficiência renal e acidente vascular cerebral (SOUZA, 2024).

Devido ao seu caráter frequentemente assintomático, a hipertensão arterial é amplamente conhecida como “assassina silenciosa”, uma vez que muitos indivíduos desconhecem o diagnóstico até a manifestação de complicações clínicas importantes. Nas últimas décadas, a prevalência global da hipertensão tem aumentado consideravelmente, impulsionada pelo envelhecimento populacional, pela adoção de hábitos de vida pouco saudáveis e pelo crescimento dos índices de obesidade. Nesse contexto, a detecção precoce e o manejo adequado da doença tornam-se fundamentais para a redução da morbimortalidade associada, ressaltando-se a importância da educação em saúde e da conscientização populacional como estratégias preventivas essenciais (Amorim et al., 2024).

Segundo a Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2025), a hipertensão arterial é uma condição multifatorial influenciada por determinantes genéticos, ambientais e comportamentais. O consumo excessivo de sódio e álcool, a obesidade e o sedentarismo são destacados como fatores de risco amplamente prevalentes. A diretriz enfatiza que o envelhecimento populacional e o estilo de vida moderno têm contribuído para o aumento expressivo da incidência e prevalência da doença, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), que concentra a maior parte dos atendimentos voltados ao controle da pressão arterial e às complicações associadas.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a epidemiologia da hipertensão arterial, identificar os grupos populacionais mais vulneráveis e reforçar a importância das ações de prevenção, diagnóstico precoce e



controle da doença, visando contribuir para a redução do impacto da hipertensão sobre o sistema de saúde e para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido com abordagem quantitativa, de caráter descritivo e transversal, tendo como finalidade analisar a prevalência e os fatores associados à hipertensão arterial em uma amostra populacional adulta do município de Parnaíba, localizado no Estado do Piauí. A pesquisa seguiu os princípios éticos preconizados pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo devidamente submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição responsável.

Os dados foram obtidos a partir de informações disponíveis no sistema DataSUS, uma base pública de acesso oficial do Ministério da Saúde, que reúne registros administrativos e clínicos de atendimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram analisados dados referentes a indivíduos adultos com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos, com registros compatíveis com o diagnóstico de hipertensão arterial.

As variáveis incluídas na análise contemplaram aspectos sociodemográficos, a exemplo de idade, sexo, local de residência, fatores de risco clínicos e comportamentais, como índice de massa corporal (IMC), presença de comorbidades, tabagismo, etilismo e histórico familiar de hipertensão. Todas as informações foram processadas e organizadas em planilhas eletrônicas para tratamento estatístico.

Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos, de forma a facilitar a interpretação e a visualização dos achados. A discussão baseou-se nas Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2025) e em publicações científicas recentes sobre o tema, possibilitando uma comparação crítica com o perfil epidemiológico da hipertensão arterial descrito em outros contextos regionais e nacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas informações obtidas no DataSUS, foram analisados 120 registros de indivíduos adultos residentes no município de Parnaíba (PI), cadastrados em UBS's com diagnóstico confirmado de hipertensão arterial. A análise demonstrou que 65% dos registros correspondiam a indivíduos do sexo feminino e 35% ao sexo masculino, sendo a média de idade de 52 anos.

A prevalência de hipertensão arterial, calculada a partir desses dados, foi de 43,3%, superando as taxas médias relatadas em levantamentos populacionais nacionais recentes, situadas entre 32% e 38% (Amorim et al., 2024). Esse padrão reforça o impacto epidemiológico da hipertensão arterial em contextos regionais e

evidencia a necessidade de intensificação das ações de vigilância e promoção da saúde cardiovascular no âmbito da atenção básica.

A análise dos fatores de risco revelou que 61% dos participantes apresentaram sedentarismo, 56% consumo excessivo de sal, 48% sobrepeso ou obesidade e 28% relataram tabagismo ativo. Além disso, observou-se que 68% dos indivíduos hipertensos desconheciam o diagnóstico ou apresentavam níveis pressóricos descontrolados, indicando fragilidade nas ações preventivas e no acompanhamento de rotina na atenção básica.

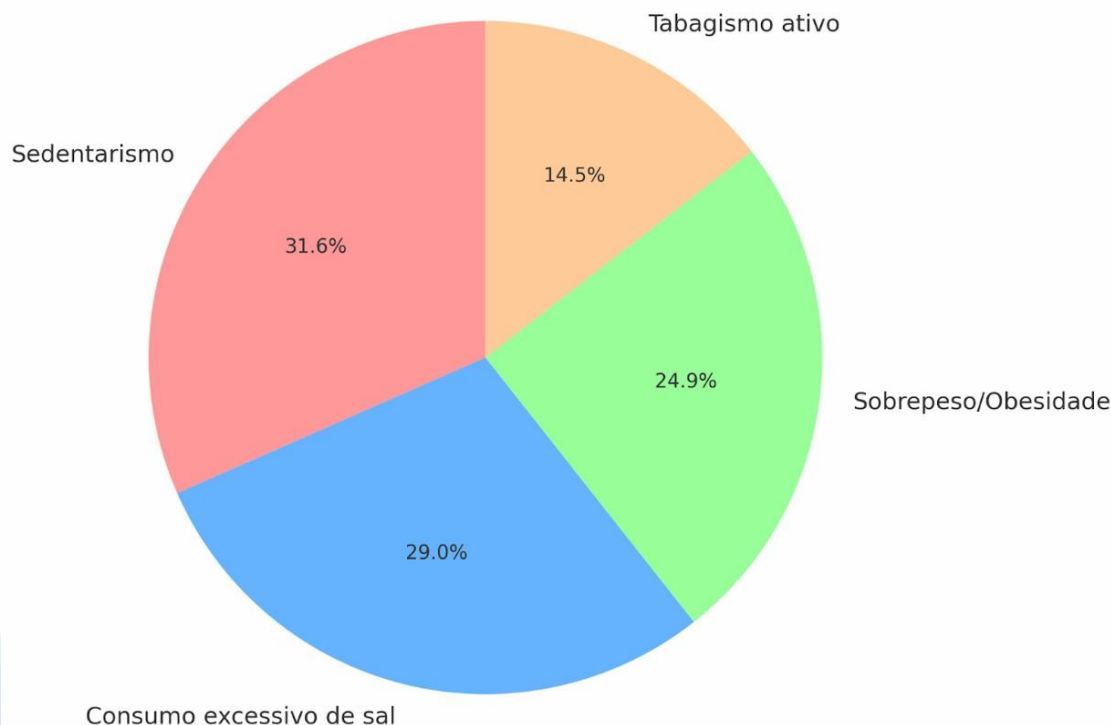
Esses resultados são compatíveis com os descritos pela Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2025), que ressalta a influência de fatores ambientais e comportamentais, como inatividade física, excesso de sódio e envelhecimento populacional, no aumento da prevalência da doença. O perfil identificado em Parnaíba reflete o padrão epidemiológico observado em outras regiões do país, onde o controle inadequado da pressão arterial está frequentemente associado à baixa adesão ao tratamento e à insuficiência de políticas públicas efetivas de prevenção.

Estudos recentes demonstram que intervenções educativas, práticas corporais regulares e o fortalecimento do vínculo entre equipe de saúde e comunidade contribuem significativamente para o controle da hipertensão (Oliveira et al., 2023). No entanto, a limitação deste estudo reside no tamanho amostral reduzido e na ausência de acompanhamento longitudinal, o que restringe a generalização dos achados. Apesar dessas limitações, os resultados obtidos até o momento evidenciam a necessidade urgente de estratégias voltadas à promoção da saúde e à ampliação do rastreamento de hipertensos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SBC, 2025).



Figura 1: Fatores de risco mais comuns, associados à hipertensão arterial

Fatores de Risco Associados à Hipertensão Arterial em Parnaíba (PI)



CONCLUSÃO

A hipertensão arterial apresenta elevada prevalência entre os adultos avaliados nas UBS's de Parnaíba, reforçando seu impacto como problema prioritário de saúde pública. Os resultados demonstram que fatores comportamentais, como sedentarismo, consumo excessivo de sal e obesidade, estão diretamente associados à ocorrência e ao descontrole da pressão arterial.

O estudo confirma que a falta de diagnóstico precoce e o acompanhamento inadequado contribuem para o aumento das complicações associadas à hipertensão. A análise dos dados evidencia que o fortalecimento das ações de prevenção e promoção da saúde é essencial para reduzir a morbimortalidade decorrente da doença.

A pesquisa destaca a importância da educação em saúde, da adesão ao tratamento com um atendimento longitudinal e do estímulo a hábitos de vida saudáveis como estratégias fundamentais no enfrentamento da hipertensão arterial, alinhados com os princípios e diretrizes do SUS. O estudo atende ao seu objetivo ao identificar fatores de risco prevalentes e a necessidade de intensificar políticas públicas voltadas à detecção precoce e ao controle eficaz da doença. Dentro desse prisma, conclui-se que



o manejo integrado e contínuo da hipertensão é indispensável para a melhoria da qualidade de vida e para a sustentabilidade do sistema de saúde.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, R. S. et al. Hipertensão arterial: prevalência, fatores de risco e desafios para o SUS. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 1–10, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021–2030. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.
- CAMPOS, R. B.; LIMA, A. A.; SOUZA, F. C. Atenção primária e controle da hipertensão arterial: desafios e perspectivas no SUS. *Revista de Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1–12, 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (BRASIL). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jun. 2013.
- OLIVEIRA, L. M. et al. Educação em saúde e adesão ao tratamento em pacientes hipertensos da atenção básica. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1–8, 2023.
- SANTOS, V. H.; BARBOSA, M. C.; PEREIRA, D. R. Associação entre obesidade, consumo de sal e hipertensão arterial em adultos brasileiros. *Revista Pan-Americana de Saúde Pública*, Washington, v. 47, n. 3, p. 1–9, 2023.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC). Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2025. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, São Paulo, v. 124, n. 1, p. 1–125, 2025.
- SOCIEDADE EUROPEIA DE CARDIOLOGIA (ESC). 2024 ESC Guidelines for the Management of Arterial Hypertension. *European Heart Journal*, Oxford, v. 45, n. 15, p. 1421–1523, 2024.
- SOUZA, A. C.; ALMEIDA, D. R.; VASCONCELOS, L. P. Prevalência e controle da hipertensão arterial em adultos brasileiros: análise a partir da Pesquisa Nacional de Saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 1–11, 2024.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global report on hypertension: the race against a silent killer. Geneva: World Health Organization, 2023.



ANÁLISE DA MORBIDADE CAUSADA PELA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (AIDS) NO PIAUÍ DE 2019 A 2024

André Luiz de Sousa Cornélio ¹; Ingrid Marques Pinto ¹; Kauã Jodan Ribeiro Costa ¹;
Maryana Dantas Ladeira ¹; Maria de Jesus Marques Moreira Machado¹; Rebeca Freitas
Chopek ¹; Sophia Manuella Rodrigues Ordoñez ¹; Ayane Araújo Rodrigues ²

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade Afya Iesvap, Parnaíba-PI

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade Afya Iesvap, Parnaíba-PI

marquesingrid376@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana, ainda representa um relevante problema de saúde pública no Brasil, com impactos significativos em diversas regiões, especialmente entre jovens adultos. No estado do Piauí, a situação epidemiológica requer atenção específica, sobretudo na faixa etária de 20 a 24 anos, onde se observam desigualdades associadas a gênero e raça/cor. **OBJETIVO:** Este estudo teve como objetivo analisar os casos notificados de AIDS entre jovens de 20 a 24 anos no estado do Piauí, no período de 2019 a 2024, com base em variáveis sociodemográficas como sexo e raça/cor, buscando compreender padrões de incidência e desigualdades na distribuição da doença. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e retrospectivo, com caráter descritivo e observacional. Foram utilizados dados secundários de domínio público, extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, referentes aos casos de AIDS notificados no Piauí durante o período analisado. Foram considerados todos os registros válidos de indivíduos entre 20 e 24 anos, excluindo-se os casos com dados incompletos, duplicados ou inconsistentes. As variáveis analisadas foram gênero, raça/cor e número absoluto de casos. Os dados foram organizados em tabelas e gráficos para facilitar a análise comparativa e a identificação de padrões. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados revelaram predominância de casos entre indivíduos do sexo masculino, totalizando 22 registros, sendo 13 entre homens brancos e 9 entre homens pretos. No sexo feminino, foram registrados 7 casos, dos quais 3 ocorreram entre mulheres brancas e 4 entre mulheres pretas. Esses achados confirmam maior vulnerabilidade entre homens jovens, porém evidenciam também o aumento proporcional de infecções entre mulheres, caracterizando o processo de feminização da epidemia. Observou-se ainda uma diferenciação racial: entre os homens, o maior número de casos foi entre brancos; já entre as mulheres, predominam os registros entre pretas. Esses dados indicam que fatores como desigualdade social, discriminação e barreiras no acesso aos serviços de saúde impactam diretamente na exposição ao vírus e na adesão ao tratamento, reforçando as disparidades estruturais existentes. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a AIDS continua sendo uma preocupação epidemiológica relevante entre jovens no Piauí,



e que variáveis como gênero e raça/cor influenciam significativamente na dinâmica da infecção. A vigilância epidemiológica se mostra essencial para o planejamento de ações mais eficazes e equitativas, e a formulação de políticas públicas sensíveis às especificidades regionais, raciais e de gênero é indispensável para o enfrentamento da epidemia e a redução das desigualdades em saúde.

Palavras-chave: Atenção à saúde

INTRODUÇÃO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), representa um dos maiores desafios globais de saúde pública desde sua identificação na década de 1980. Apesar dos avanços significativos nas áreas de prevenção, diagnóstico precoce e terapias antirretrovirais, a epidemia ainda exerce impacto expressivo em diversos contextos sociais, culturais e regionais (UNAIDS, 2023). Estima-se que, em 2022, cerca de 39 milhões de pessoas viviam com HIV no mundo, sendo mais de 1,3 milhão de novos casos diagnosticados no mesmo ano (UNAIDS, 2023).

No Brasil, apenas no primeiro semestre de 2024, foram registrados 17.889 novos casos de AIDS, segundo o Ministério da Saúde, evidenciando a permanência da relevância epidemiológica da doença (Ministério da Saúde, 2024). A análise epidemiológica da AIDS é fundamental para compreender a dinâmica de transmissão do vírus e identificar os grupos mais vulneráveis.

Estudos indicam uma prevalência elevada entre jovens adultos, com destaque para homens entre 20 e 34 anos. Contudo, observa-se crescimento proporcional entre mulheres e outros recortes sociais, como pessoas negras e pardas (Grangeiro et al., 2020; Padoin et al., 2021). Fatores como desigualdade social, estigma e dificuldades de acesso aos serviços de saúde mantêm a vulnerabilidade desses grupos e dificultam a adesão ao tratamento (Seidl et al., 2018).

A compreensão dessas disparidades regionais e sociodemográficas é essencial para subsidiar estratégias de enfrentamento e políticas públicas voltadas à prevenção e ao tratamento do HIV/AIDS. O estudo da distribuição de casos em diferentes grupos populacionais permite uma resposta mais eficiente e equitativa ao problema.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar os casos de AIDS notificados no estado do Piauí, entre 2019 e 2024, com base em variáveis sociodemográficas como sexo, faixa etária e raça/cor, com foco na população jovem de

20 a 24 anos. A proposta visa contribuir para o entendimento das desigualdades locais e o aprimoramento de ações de saúde pública voltadas à prevenção e ao controle da epidemia.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem quantitativa, de natureza básica, com delineamento transversal retrospectivo, descritivo e observacional. Os dados referem-se aos casos notificados de AIDS em indivíduos de 20 a 24 anos no estado do Piauí, entre os anos de 2019 e 2024, estratificados por gênero (masculino e feminino) e cor/raça (branca e preta). Foram utilizados dados secundários do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), organizados em tabelas e gráficos para permitir análise comparativa entre os grupos e identificação de padrões de incidência. Foram incluídos todos os registros válidos, com exclusão de casos com informações incompletas, duplicadas ou inconsistentes.

A fundamentação teórica foi construída a partir de pesquisas indexadas nas bases PubMed, SciELO e BVS, visando contextualizar os achados e relacioná-los às tendências epidemiológicas nacionais. As variáveis consideradas foram: gênero, cor/raça e número absoluto de casos notificados. Por se tratar de dados públicos, sem identificação individual, a pesquisa não necessitou de aprovação ética, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O método adotado permite uma compreensão detalhada da distribuição dos casos entre jovens de 20 a 24 anos, destacando desigualdades por sexo e raça/cor, com potencial para orientar estratégias de prevenção mais eficazes e equitativas no enfrentamento do HIV/AIDS no estado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

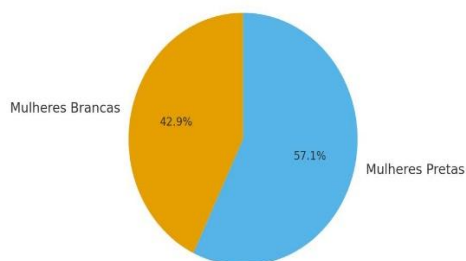
Resultados

De acordo com o DATASUS, no Piauí, a maior incidência de AIDS ocorreu na faixa etária de 20 a 24 anos. Nesse grupo, registraram-se 22 casos entre homens e 7 entre mulheres. Entre pessoas brancas, houve 16 casos (13 homens e 3 mulheres), enquanto entre pessoas pretas, observaram-se 13 casos (9 homens e 4 mulheres). Os dados apontam maior prevalência no sexo masculino, mas evidenciam também casos

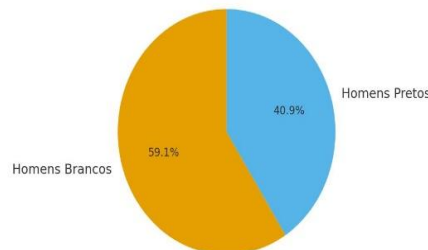


expressivos entre mulheres, ressaltando a importância de políticas de prevenção adaptadas às especificidades locais.

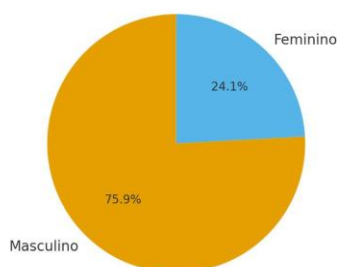
Distribuição de casos entre mulheres por raça (20 a 24 anos - PI, 2019-2024)



Distribuição de casos entre homens por raça (20 a 24 anos - PI, 2019-2024)



Distribuição de casos de AIDS por sexo (20 a 24 anos - PI, 2019-2024)



Discussão

Os resultados deste estudo indicam uma predominância de casos de AIDS entre indivíduos do sexo masculino, especialmente na faixa etária de 20 a 24 anos, no estado do Piauí, entre os anos de 2019 e 2024. Essa tendência acompanha o perfil epidemiológico nacional, que demonstra maior vulnerabilidade de jovens adultos do sexo masculino à infecção pelo HIV, relacionada a fatores comportamentais, como práticas sexuais desprotegidas e baixa adesão às medidas preventivas. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2023)

A presença expressiva de casos entre mulheres jovens reforça o processo de feminização da epidemia, descrito em pesquisas recentes. (SILVA; AMARAL; SANTOS, 2019; DUARTE; RHODEN, 2019; ARAÚJO; NASCIMENTO; SANTOS, 2021). Tal fenômeno está associado a fatores sociais e de gênero que limitam a autonomia feminina na negociação do uso do preservativo e dificultam o acesso à informação e aos serviços de saúde. Essa vulnerabilidade é ainda mais acentuada entre mulheres negras, que enfrentam barreiras adicionais para o diagnóstico e tratamento, além de maior exposição ao estigma e à discriminação. (BRASIL, Ministério da Saúde; 2023)



A análise por raça/cor evidenciou disparidades importantes: entre os homens, observou-se maior número absoluto de casos entre brancos, enquanto entre as mulheres houve predominância de infecções entre pretas. Essas desigualdades refletem determinantes estruturais da infecção pelo HIV no Brasil, como o racismo e a desigualdade social, que influenciam tanto a exposição ao vírus quanto a continuidade do cuidado em saúde. (BRASIL, Ministério da Saúde; 2023)

Dessa forma, a incidência de AIDS no Piauí reflete tendências nacionais e reforça a necessidade de estratégias de prevenção combinada, ampliação da testagem e fortalecimento da atenção primária. É essencial incorporar perspectivas de equidade racial e de gênero nas políticas públicas, garantindo respostas mais justas e eficazes no enfrentamento do HIV/AIDS. (BRASIL, Ministério da Saúde; 2023)

CONCLUSÃO

Este estudo confirma que a AIDS continua sendo um relevante problema de saúde pública no estado do Piauí, especialmente entre jovens de 20 a 24 anos. A maior incidência entre homens evidencia a persistência da vulnerabilidade masculina, mas o aumento proporcional de casos entre mulheres reforça o processo de feminização da epidemia.

A análise por raça/cor expôs desigualdades estruturais: homens brancos apresentaram maior número absoluto de casos, enquanto entre as mulheres predominam os registros entre pretas, refletindo desigualdades históricas e sociais que interferem no acesso à prevenção e ao tratamento.

Esses achados destacam a importância de políticas públicas intersetoriais que considerem as especificidades locais e promovam equidade de acesso aos serviços de saúde. A ampliação da testagem, a educação em saúde com enfoque em gênero e raça, e o fortalecimento da atenção primária são estratégias centrais para o enfrentamento eficaz da epidemia.

Por fim, a vigilância epidemiológica segue como ferramenta essencial para o monitoramento da doença, permitindo ajustes constantes nas ações de prevenção e controle, com foco na redução das desigualdades e na melhoria dos indicadores de saúde da população jovem.



REFERÊNCIAS

GRANGEIRO, Alexandre; CUNHA, Cláudia; MONTEIRO, Simone. **Desigualdades regionais e o acesso à prevenção e tratamento do HIV no Brasil.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00122819, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2024.** Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

PADOIN, Stela Maris de Mello; SILVA, Flávia Martins; ALMEIDA, Talita Gomes. **Fatores associados à vulnerabilidade de mulheres ao HIV/AIDS.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 55, e03719, 2021.

RIBEIRO, Larissa S.; MENEZES, João P.; LIMA, Rafaela T. **Temporal pattern, spatial distribution, and factors associated with the incidence of HIV/AIDS among young people in Brazil.** *Pan American Journal of Public Health*, Washington, v. 48, e23, 2024.

SEIDL, Eliane M. L.; RIBEIRO, Priscila M.; BRITO, Ana M. **Estigma e discriminação relacionados ao HIV/Aids: experiências de pessoas vivendo com HIV em serviços de saúde no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 61–70, 2018.

ZEBALLOS, Rafael S.; NASCIMENTO, Júlia C.; PEREIRA, Douglas M. **Recent HIV infections and estimated HIV incidence among adolescents from key populations in Brazil.** *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 58, n. 12, 2024.



DIABETES GESTACIONAL: FATORES DE RISCO, COMPLICAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE TRATAMENTO

Ana Livia Araújo Mendes ¹; Arthur Gomes Antunes ¹; Isaac Brito Ricardo ¹; Angelo Ferraz Neto ¹; João Mateus Oliveira Moreira ¹; Ayane Araújo Rodrigues²

¹ Discente do Curso de Medicina da Afya Parnaíba

² Docente do Curso de Medicina da Afya Parnaíba

ÁREA TEMÁTICA: Atenção à Saúde

RESUMO

INTRODUÇÃO: O diabetes gestacional é uma alteração metabólica caracterizada pela intolerância à glicose diagnosticada pela primeira vez durante a gestação. Essa condição representa uma das complicações mais comuns do período gravídico e um relevante problema de saúde pública, devido ao aumento progressivo de sua incidência e às repercussões materno-fetais. Entre os fatores associados ao seu crescimento destacam-se o aumento da obesidade, do sedentarismo, da idade materna avançada e do histórico familiar de diabetes tipo 2. A presença de resistência insulínica durante a gravidez, quando exacerbada, leva ao aumento dos níveis glicêmicos e pode comprometer tanto a saúde da mãe quanto a do bebê. **OBJETIVO:** Analisar os principais fatores de risco, as complicações e as estratégias de tratamento do diabetes gestacional, ressaltando a importância do diagnóstico precoce, do manejo adequado e das ações preventivas para reduzir os impactos dessa condição. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura de caráter descritivo e abordagem qualitativa, realizada nas bases PubMed, SciELO e BVS, contemplando publicações entre 2020 e 2025, nas línguas portuguesa e inglesa. Foram selecionados artigos que abordassem aspectos clínicos, epidemiológicos e terapêuticos do diabetes gestacional, sendo excluídos os que não apresentavam relação direta com o tema. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os achados indicam que o excesso de peso antes da gestação, o ganho ponderal elevado durante o período gestacional, a idade materna acima de 30 anos e o histórico familiar de diabetes constituem os principais fatores de risco para o desenvolvimento da doença. A condição está associada a complicações maternas, como hipertensão gestacional, pré-eclâmpsia e necessidade de parto cesariano, e neonatais, como macrossomia, hipoglicemia ao nascer e parto prematuro. A longo prazo, há maior probabilidade de a mãe evoluir para diabetes tipo 2 e de a criança desenvolver obesidade e distúrbios metabólicos. O tratamento baseia-se inicialmente em medidas não farmacológicas, como alimentação equilibrada, controle do peso e prática regular de atividade física. Quando essas intervenções não são suficientes, recorre-se à terapia medicamentosa, com destaque para a metformina e a insulina, que asseguram o controle glicêmico adequado. Estratégias multidisciplinares, envolvendo educação em saúde, acompanhamento médico e nutricional e incentivo à atividade física, demonstram eficácia na redução da incidência e das complicações da doença. **CONCLUSÃO:** O diabetes gestacional exige atenção especial durante o pré-natal, visto que seu controle adequado reduz significativamente os desfechos negativos para mãe e filho. A prevenção, o rastreamento precoce e o acesso a cuidados de saúde de



qualidade são essenciais para minimizar riscos e promover uma gestação saudável. Políticas públicas voltadas à promoção de hábitos saudáveis, à educação alimentar e ao acompanhamento contínuo das gestantes são fundamentais para reduzir a prevalência e as consequências dessa condição.

Palavras-chave: Diabetes Gestacional; Complicações; Tratamento.

INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus (DM) é uma doença multifatorial caracterizada pela hiperglicemia decorrente da deficiência na secreção e/ou ação da insulina, e representa um dos principais problemas de saúde pública no Brasil, com cerca de 13 milhões de brasileiros vivendo atualmente com a doença (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2024). Classifica-se, principalmente, em diabetes mellitus tipo 1 (DM1), de etiologia autoimune, e diabetes mellitus tipo 2 (DM2), relacionada à resistência insulínica e à falência progressiva das células β pancreáticas. Além disso, existem formas específicas, como o diabetes gestacional, caracterizado por intolerância à glicose diagnosticada durante a gestação, e o diabetes pré-gestacional, quando a doença já está presente antes da gravidez (Costa et al., 2021).

No Brasil, o diabetes representa um dos principais desafios de saúde pública. Estimativas apontam que cerca de 7,6% da população adulta apresenta a patologia em debate, além de aproximadamente metade dos indivíduos desconhece o diagnóstico, o que contribui para maior risco de complicações (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2024). O aumento da prevalência do diabetes está associado a fatores demográficos e comportamentais, como o envelhecimento populacional, o excesso de peso, a inatividade física e alterações nos padrões alimentares, além da influência da urbanização acelerada e do maior número de gestações em idade avançada, que representam fatores de risco adicionais, especialmente para o desenvolvimento do diabetes gestacional (Mocellin et al., 2024).

O impacto do diabetes ultrapassa o individual, refletindo em custos elevados para o sistema de saúde público e prejuízos socioeconômicos devido ao aumento das hospitalizações, absenteísmo no trabalho e mortalidade precoce. Além disso, complicações agudas, como a cetoacidose diabética, permanecem relevantes, especialmente no DM1, enquanto as complicações crônicas são importantes



determinantes da qualidade de vida e sobrevida do paciente (Chacón et al., 2022; Lima & Fonseca Filho, 2024).

Diante desse cenário, compreender a epidemiologia, os fatores de risco e os impactos do diabetes é fundamental para subsidiar estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e manejo clínico adequado, visando reduzir a morbimortalidade e melhorar a qualidade de vida da população. Assim, este trabalho tem como objetivo abordar o panorama do diabetes no Brasil, analisar a epidemiologia, a sintomatologia, a faixa etária predominante, o tratamento e a relevância do diabetes mellitus, relacionando seus impactos individuais e coletivos no contexto da saúde pública brasileira.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura de natureza básica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, visando analisar as evidências científicas sobre diabetes gestacional. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados PubMed, SciELO e BVS, abrangendo publicações de 2020 a 2025. Foram utilizados os descritores: “diabetes gestacional”, “complicações” e “tratamento”. Incluíram-se artigos originais e de revisão nas línguas portuguesa e inglesa que abordassem aspectos clínicos, epidemiológicos e terapêuticos. Excluíram-se publicações fora do período definido ou sem relação direta com o tema. Por utilizar dados secundários e de domínio público, o estudo dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), respeitando-se integralmente os princípios éticos da pesquisa científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prevalência da diabetes gestacional (DG) tem aumentado em diversos contextos epidemiológicos, associada ao crescente índice de obesidade materna, idade materna avançada e história familiar de diabetes (tipo 2) (Modzelewski et al., 2022; Takele et al., 2024). Estudos recentes demonstram que mulheres com índice de massa corporal (IMC) pré-gestacional elevado têm risco maior de desenvolver DG, assim como aquelas com ganho de peso gestacional excessivo (Jest et al., 2022). Além disso, fatores como inatividade física durante a gestação são determinantes modificáveis cuja intervenção reduz o risco em 24-38% (Rocha et al., 2024). No que se refere às complicações, a DG está associada a aumento do risco materno de hipertensão



gestacional, pré-eclâmpsia e necessidade de cesariana, além de complicações neonatais como macrosomia, hipoglicemia ao nascer e nascimento pré-termo.

A busca do Diabetes Mellitus Gestacional (DMG) é recomendada no pré-natal para identificar de forma precoce gravidezes em risco. Embora haja divergência internacional, a prática mais aceita envolve a triagem inicial com glicemia de jejum no primeiro contato com o médico para gestantes com fatores de risco; se a glicemia de jejum for de 92-125 mg/dL, diagnostica-se DMG, e se for ≥ 126 mg/dL, sugere-se Diabetes Mellitus (DM) tipo 2 pré-gestacional diagnosticado no período gravídico. Para as pacientes com glicemia de jejum satisfatória (< 92 mg/dL), a busca contínua entre 24 e 28 semanas de gestação com o Teste Oral de Tolerância à Glicose (TOTG) de 75g, que consiste em três medições: em jejum, 1 hora e 2 horas após a ingestão da solução de glicose, sendo o diagnóstico de DMG estabelecido com pelo menos um desses valores modificados (Godinho et al., 2023)

Quanto às estratégias de tratamento, intervenções preventivas têm sido testadas com bons resultados. Uma meta-análise recente com mais de 40.000 participantes indicou que intervenções baseadas em dieta, atividade física, combinação dieta + exercício e uso de metformina reduzem a incidência de DG. Em casos diagnosticados de DG, a metformina se destaca como alternativa à insulina para controle glicêmico, com alguns estudos mostrando menor ganho de peso materno, menor risco de hipertensão gestacional ou parto cesariano, e menos hospitalizações neonatais em comparação à insulina, embora existam discordâncias em relação a algumas complicações neonatais menores e a longo prazo (Fapani et al., 2025). A insulina continua sendo padrão-ouro quando a glicemia permanece alta apesar das intervenções não farmacológicas ou quando há contraindicações ao uso de agentes orais. (Jones et al., 2024).

Em síntese, os achados reforçam que um enfoque multidisciplinar é essencial para minimizar os riscos imediatos obstétricos e as sequelas metabólicas maternas e infantis. Políticas de saúde pública devem priorizar medidas preventivas modificáveis (controle do peso materno, promoção da atividade física gestacional, educação nutricional) e melhor acesso ao diagnóstico e tratamento.



CONCLUSÃO

A diabetes gestacional representa um desafio significativo para a saúde pública no Brasil, com prevalência crescente associada a fatores como obesidade, sedentarismo e idade materna avançada. Em síntese, a revisão destacou que a intolerância à glicose durante a gestação aumenta o risco de complicações materno-fetais imediatas, como macrosomia e pré-eclâmpsia.

As estratégias de manejo, priorizando intervenções não farmacológicas como dieta equilibrada e atividade física, complementadas por metformina ou insulina quando necessário, demonstram eficácia na redução de incidências adversas. Uma abordagem multidisciplinar, com ênfase em educação em saúde e monitoramento contínuo, é essencial para otimizar desfechos.

Contudo, políticas públicas devem fomentar hábitos saudáveis, acesso equitativo ao cuidado pré-natal e pesquisas para padronizar protocolos, visando diminuir a prevalência e os impactos socioeconômicos dessa patologia, promovendo gestações mais seguras e uma população mais saudável.

REFERÊNCIAS

- CHACÓN, P. G. L. et al. Adesão ao tratamento de diabetes mellitus e suas repercussões sociais e econômicas. **Revista Qualidade HC Ribeirão Preto**, v. 9, p. 1–10, 2022.
- COSTA, B. B. et al. Principais aspectos fisiopatológicos e clínicos presentes no diabetes mellitus tipo I autoimune. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. e21773, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21773.
- GODINHO, Breno Veggi et al. Diabetes Mellitus Gestacional: Fisiopatologia, fatores de risco e manejo terapêutico. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 4, p. 13859–13870, abr. 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n4-090.
- JEST, Perna et al. A Clinical Update on Gestational Diabetes Mellitus. **Endocrine Reviews**, v. 43, n. 5, p. 763–793, 2022.

JONES, R. J. et al. Insulin Management for Gestational and Type 2 Diabetes in Pregnancy. **Obstetrics & Gynecology**, v. 143, n. 6, p. 950–960, 2024.

LIMA, B. V.; FONSECA FILHO, A. C. Cetoacidose diabética: uma revisão bibliográfica. **Scientific Society Journal**, v. 4, n. 1, p. 45–55, 2024.

MOCELLIN, L. P. et al. Prevalence of gestational diabetes mellitus in Brazil: a systematic review and meta-analysis. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 8, e00064919, 2024. DOI: 10.1590/0102-311XPT064919.

MODZELEWSKI, Robert et al. Gestational Diabetes Mellitus—Recent Literature Review. **Journal of Clinical Medicine**, v. 11, n. 19, p. 5736, 2022.

ROCHA, C. F. M. et al. Physical Activity during Pregnancy and Risk of Gestational Diabetes Mellitus: An Umbrella Review of Systematic Reviews and Meta-analyses. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 1, e00097323, 2024.

TAKELE, Wubet Worku et al. Effective interventions in preventing gestational diabetes mellitus: A systematic review and meta-analysis. **Communications Medicine**, v. 4, n. 1, p. 1-13, 2024.



INCIDÊNCIA DA HANSENÍASE NA PLANÍCIE LITORÂNEA: DADOS E DESAFIOS

Thaianne Cavalcante Sérvio¹; Morgana de Oliveira Teles¹; Beatriz Falcão Teixeira¹;
Maria Eudes Gonçalves Barbosa Damasceno¹; Rodrigues de Santana; Reinaldo Klauck
Vieira¹; Ayane Araujo Rodrigues²

¹ Discente do Curso de Medicina da Afya Parnaíba

² Docente do Curso de Medicina Afya Parnaíba

ÁREA TEMÁTICA: Atenção à Saúde

RESUMO

INTRODUÇÃO: A hanseníase permanece como um importante desafio de saúde pública no Brasil, especialmente entre populações em vulnerabilidade social. Trata-se de uma doença infecciosa e crônica, causada pelo *Mycobacterium leprae*, que acomete nervos periféricos e pele, podendo causar incapacidades físicas se não diagnosticada precocemente. Sua transmissão ocorre pelas vias respiratórias, e o diagnóstico é clínico, confirmado por exames laboratoriais. Apesar dos avanços no diagnóstico e tratamento, o Brasil segue como o segundo país com maior número de casos no mundo, refletindo desigualdades sociais, atraso diagnóstico e falhas no controle da doença. **OBJETIVO:** Analisar a incidência e o perfil epidemiológico da hanseníase no estado do Piauí entre 2021 e 2025, identificando fatores determinantes e condicionantes associados, com vistas ao aprimoramento das ações e políticas públicas voltadas ao controle da doença. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e transversal, com abordagem retrospectiva. Os dados foram obtidos no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS), considerando registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foram incluídos casos confirmados de hanseníase notificados no Piauí entre 2021 e 2025, excluindo registros duplicados e com informações incompletas. As variáveis analisadas incluíram sexo, faixa etária, escolaridade, raça,



classificação operacional e presença de incapacidades físicas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No período analisado, registraram-se 3.945 casos de hanseníase no Piauí, com pico em 2022 (932 casos) e redução em 2025 (332 casos). Essa diminuição pode estar relacionada a subnotificações e à intensificação de campanhas de prevenção e diagnóstico precoce. Observou-se distribuição equilibrada entre homens (50,1%) e mulheres (49,9%), indicando que a doença afeta ambos os sexos de forma semelhante. A maior concentração ocorreu entre 40 e 69 anos, especialmente no grupo de 50 a 59 anos (19,6%), representando impacto significativo sobre a população economicamente ativa. Em relação à raça, a população parda foi a mais afetada (71,8%), seguida pela branca (15,3%) e preta (8,5%). Quanto à escolaridade, prevaleceram indivíduos com baixa instrução ou sem escolaridade formal (40,7%), reforçando a associação entre vulnerabilidade social e risco aumentado para a doença. Esses achados refletem desigualdades estruturais e o acesso limitado aos serviços de saúde, além de destacar o papel da educação em saúde e da conscientização comunitária na detecção precoce e adesão ao tratamento. **CONCLUSÃO:** A hanseníase é um problema de saúde pública relevante, especialmente em regiões de menor desenvolvimento socioeconômico. A doença afeta predominantemente adultos de meia-idade, pardos e com baixo nível de escolaridade. Os resultados reforçam a necessidade de intensificação das políticas públicas voltadas à vigilância ativa, diagnóstico precoce e tratamento oportuno, além de ações educativas e intersetoriais que reduzam o estigma e promovam a inclusão social das pessoas acometidas. A análise epidemiológica realizada contribui para subsidiar estratégias regionais de enfrentamento e fortalecer as ações de controle e eliminação da hanseníase no estado.

Palavras-chave: Hanseníase. Incidência. Políticas públicas

INTRODUÇÃO

A hanseníase é um desafio para a saúde pública no Brasil, afetando a população de forma desproporcional, em especial aquelas em estado de maior vulnerabilidade social e baixas condições socioeconômicas. A hanseníase é uma doença infecciosa e altamente

contagiosa, causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*. Acomete principalmente os nervos superficiais da pele e troncos nervosos periféricos, e evolui de maneira lenta, manifestando-se principalmente através de sinais e sintomas dermatológicos e neurológicos. A transmissão ocorre pelo contato com o ar, através das vias respiratórias, podendo atingir pessoas de qualquer sexo ou idade, inclusive crianças e idosos, com evolução ocorre, em geral, de forma lenta e progressiva, podendo levar a incapacidades físicas os indivíduos acometidos (Matos et al., 2021).

O Ministério da Saúde do Brasil, em um guia prático sobre a hanseníase, em 2021, orienta, para fins de tratamento, que os doentes sejam classificados em Paucibacilares (PB) que devem possuir de um a cinco lesões cutâneas, sem presença demonstrada de bacilos em baciloscopia e o Multibacilares (MB) apresentando mais de cinco lesões de pele, com neurite ou bacilos presentes em esfregaço de pele. O diagnóstico da hanseníase é baseado no quadro clínico do paciente e confirmado pela baciloscopia e biópsia de pele, e informações sobre a história de evolução da lesão e exame físico minucioso determinam o tratamento, que dura 6 até 24 meses.

O Brasil, em 2023, foi o segundo país do mundo em número de casos novos, e houve aumento de pacientes com incapacidade física, relacionadas ao diagnóstico tardio e tratamento ineficaz. O Governo Federal criou o Programa Brasil Saudável, que visa enfrentar os problemas sociais e ambientais que afetam a saúde das pessoas de maior vulnerabilidade social em todo o território.

O enfrentamento da hanseníase envolve o compromisso que perpassa pela implementação de políticas de saúde que culmine em ações estratégicas, controle dos fatores de risco e redução da sua prevalência, diagnóstico precoce, e manejo das incapacidades. Diante disso, esse trabalho visa analisar a incidência da hanseníase no Piauí entre 2021 e 2025, descrever seu perfil epidemiológico e apontar fatores determinantes e condicionantes relacionados ao aprimoramento das ações e políticas para seu manejo na região.

METODOLOGIA

A pesquisa teve uma abordagem quantitativa de natureza descritiva e representou um estudo transversal retrospectivo. Os dados quantitativos que constituem os resultados foram coletados por meio do da plataforma Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS) em um recorte temporal de 2021 a 2025. Os

dados incluíram diagnóstico de hanseníase, e sua relação com sexo, nível socioeconômico, raça e escolaridade no Piauí durante o período analisado.

Os critérios de inclusão envolveram os registros de casos confirmados de hanseníase notificados no SINAN de residentes do Piauí entre 2021 e 2025. Definiu-se como critérios de exclusão: registros duplicados, casos com informações incompletas ou inconsistências. Outras variáveis incluíram sexo, faixa etária, escolaridade, classificação operacional, presença de incapacidades e distribuição geográfica dos casos, com o objetivo de identificar possíveis padrões epidemiológicos e sociais associados à ocorrência da hanseníase no estado.

Trata-se de um estudo com dados secundários, não havendo necessidade de submissão ao CEP, e com riscos mínimos. Dessa forma, o delineamento metodológico proposto permitiu compreender os padrões epidemiológicos da hanseníase no Piauí e contribuir para o planejamento de estratégias preventivas e o fortalecimento das políticas públicas de controle e eliminação da doença

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2021 e 2025, registrou-se no Piauí, 3.945 casos novos de hanseníase, segundo dados do SINAN, com destaque para 2022 evidenciando o maior número de casos (932), enquanto houve queda de casos (332) em 2025. Essa redução pode estar associada a subnotificações e implementação de medidas preventivas, e campanhas de diagnóstico precoce. O estigma social, a falta de conhecimento, e as iniquidades em saúde influenciam diretamente o diagnóstico, prognóstico e tratamento da hanseníase, levando a complicações da sensibilidade e força muscular, levando à incapacidade física do indivíduo (Santos.,2022).

Verificou-se uma distribuição equilibrada entre homens (50,1%) e mulheres (49,9%), correspondendo a 160 e 159 casos, respectivamente, na Planície Litorânea. Esse equilíbrio reforça que a doença não apresenta predileção marcante por sexo, mas pode estar associada a fatores comportamentais e de exposição, já que homens tendem a procurar menos os serviços de saúde, favorecendo diagnósticos mais tardios (Silva et al., 2018).

A maior concentração de casos ocorreu entre 40 e 69 anos, com destaque para o grupo de 50 a 59 anos (773 casos; 19,6%), seguido pelo grupo de 40 a 49 anos (757



casos; 19,2%). As faixas de 30 a 39 anos e 60 a 69 anos também apresentaram número

expressivo, com 492 (12,5%) e 723 (18,3%) casos, respectivamente. Há grande impacto da hanseníase sobre a população economicamente ativa, refletindo o caráter crônico e de evolução lenta da doença, além da repercussão sobre a funcionalidade e atividades realizadas por esses indivíduos, no que cerne as atividades laborais e de lazer, levando a impactos significativos na renda e participação social (Gomes et al, 2024).

A população parda foi a mais acometida, totalizando 229 casos (71,8%), seguida pela branca com 49 casos (15,3%) e preta com 27 casos (8,5%). Quanto à escolaridade, os indivíduos com baixa escolaridade ou sem instrução formal foram os mais afetados, representando 130 casos (40,7%), seguidos por aqueles com ensino fundamental incompleto (36 casos; 11,2%) e ensino médio completo (30 casos; 9,4%). Essa predominância reflete o perfil demográfico do Piauí, mas também as desigualdades sociais e o acesso desigual aos serviços de saúde, especialmente em comunidades mais vulneráveis. Ademais, esse padrão demonstra que o nível educacional está diretamente relacionado ao conhecimento sobre a doença, à busca por atendimento precoce e à adesão ao tratamento, o que impacta diretamente nos indicadores epidemiológicos e nas taxas de incapacidade física associadas à hanseníase (Da Silva; Siqueira-Yamagu, 2024).

CONCLUSÃO

Na Planície Litorânea a maior incidência de hanseníase foi em homens, entre 40 e 69 anos, pretos e pardos e baixo nível de escolaridade e condições sócioeconômicas. Nossos achados podem permear as políticas públicas a serem implementadas nessa região, contribuindo para o planejamento e implementação de estratégias que possibilitem diagnóstico precoce, tratamento adequado e assistência resolutiva, em especial para as populações mais vulneráveis.



REFERÊNCIAS

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hanseníase [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Hanseníase no Brasil : perfil epidemiológico segundo níveis de atenção à saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia prático sobre a hanseníase [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.

Brasil. Decreto nº 11.908, de 06 de fevereiro de 2024. Institui o Programa Brasil Saudável - Unir para Cuidar, e altera o Decreto nº 11.494, de 17 de abril de 2023, para dispor sobre o Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente - CIEDDS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 06 de fevereiro de 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico: Hanseníase/2025. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente Departamento de Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

Leite, Cleber Queiroz et al. Guia prático da Hanseníase na atenção básica. São José dos Pinhais: Editora BrazilianJournals, 2022. OMS - Organização Mundial da Saúde. Diretrizes para o diagnóstico, tratamento e prevenção da hanseníase. Nova Deli: Organização Mundial da Saúde, Escritório Regional do Sudeste Asiático; 2019.

Matos TS, Moura JC, Fernandes TRMO, Souza CDF. Epidemiological, neurofunctional profile and prevalence of factors associated with the occurrence of physical disabilities due to leprosy in a reference center in Northeast Brasil: a sectional study. Rev Assoc Med Bras. 2021;67(1):19-25. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9282.67.01.20200139>.
Ministério da Saúde (BR).



Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia prático sobre a hanseníase [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2017. [citado em 15 fev. 2024]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_hanseniase.pdf.

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Estratégia nacional para enfrentamento da hanseníase 2019-2022 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2021. [citado em 15 fev. 2024]. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_nacional_enfrentamento_hanseniase_2019_2022.pdf

MOHAMED, Yasmin Ibrahim; VIEIRA, Victoria Cabreira; MARQUES, Daniela Ferreira. O perfil epidemiológico das internações por hanseníase no Brasil de 2018 a 2023. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 11, p. e126131146943-e126131146943, 2024.

SAMPAIO, Ana Paula Fontenele; COSTA, RMPG. Perfil epidemiológico dos casos de Hanseníase no estado do Piauí-Brasil. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 16, n. 10, p. 24333-24343, 2023.

SILVA, Janete Silva Rezende da et al. Fatores sociodemográficos associados ao grau de incapacidade física na hanseníase. **Revista Cuidarte**, v. 9, n. 3, p. 2338-2348, 2018.

SANTOS, Tereza Paula Pereira et al. Os impactos do estigma e preconceito nos portadores de hanseníase: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 4, p. e10148-e10148, 2022.

GOMES, Ana Carla Dias Botelho et al. Estudo comparativo de hanseníase nos estados do Nordeste entre os anos de 2017 a 2023. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 7, p. 2866-2880, 2024.